



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA**

**“BATALHA DA BORRACHA”: O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO
CEARENSE PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO
DE 1939 A 1970**

**MANAUS-AM
2015**

FRANCISCO ELEUD GOMES DA SILVA

**“BATALHA DA BORRACHA”: O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO
CEARENSE PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO
DE 1939 A 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA-UFAM), como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto.

**MANAUS-AM
2015**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Silva, Francisco Eleud Gomes da

S586” “Batalha da Borracha”: O contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970 / Francisco Eleud Gomes da Silva. 2015

142 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) –
Universidade Federal do Amazonas.

1 – Amazônia. 2-Políticas Públicas. 3-Borracha. 4-Migração. 5-
Migração Cearense. – Manaus. I. Pinto, Ernesto Renan de Melo Freitas
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA

“BATALHA DA BORRACHA”: O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO
CEARENSE PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO DE 1939 A 1970

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto - PRESIDENTE
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Marilene Correa da Silva Freitas - MEMBRO
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Davi Avelino Leal - MEMBRO
Instituto Federal do Amazonas

Aprovado em / /2015

Para Antônia Gomes Macena Silva, minha mãe, conselheira, amiga, que sempre confiou e acreditou na minha carreira acadêmica, esteve ao meu lado nas dificuldades e nos momentos difíceis da vida, o meu eterno reconhecimento. Para minha família, em especial, minha esposa Lina, que compreendeu o meu esforço e me ajudou muito nessa jornada. Para meus filhos, Bruno Henrique Araújo da Silva, Júlio Henrique Araújo da Silva e Vinícius Henrique Araújo da Silva. Para o meu irmão e professor Dr. Wellington Gomes da Silva, que me incentivou muito nessa trajetória acadêmica. Ao meu pai Antônio Ferreira da Silva, sua esposa Ana Célia e para minhas irmãs, Poliana, Samirimis, Katiane e Jackeline. Por fim, a todos que colaboraram direta ou indiretamente com a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Trilhar o caminho da Pós-Graduação é muito importante na carreira acadêmica, porém, existe um preço a ser pago. Temos que ter em mente que, a partir deste momento vamos partir para a pesquisa mais sofisticada, que precisa de concentração, foco nos estudos, perseverança e objetivos bem delimitados. Precisamos entender que, para se desenvolver uma dissertação, antes de tudo, é necessário entender que todo o processo de sua construção, passa pelo coletivo, ou seja, construímos algo interagindo com professores, alunos e amigos. Através da orientação de um, uma dica de outro, uma conversa nos corredores, tudo isso faz parte de um rito dinâmico para a formação do futuro mestre ou doutor. Quero agradecer, glorificar, exaltar e enaltecer a Jesus, que é digno de toda honra, glória e poder, por ter me ajudado nessa empreitada tão árdua, porém, exitosa. Quero agradecer ao Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, em especial à sua coordenação, exercida pela Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, pela estrutura curricular do curso, pelas disciplinas oferecidas, pela equipe de professores e todo o apoio acadêmico e pedagógico que foram importantíssimos para a minha formação. À Capes, que me proporcionou durante dezoito meses, bolsa de estudo, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso trabalho. Quero, ainda, fazer um agradecimento especial ao meu orientador Professor Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto, por ter aceitado o meu projeto, embora dez meses após o início do curso, pela confiança na sua realização. Ressalto sua formação intelectual, gentileza, paciência, humildade, elegância, uma orientação competente e, sobretudo, o respeito pelo aluno, foram virtudes fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho, durante a jornada de vinte e quatro meses. Aos professores Doutores Marilene Côrrea da Silva Freitas e José Aldemir de Oliveira que participaram da minha banca de qualificação. Suas sugestões e críticas foram preponderantes, pois nos deram um norte considerável, sem as quais não seria possível avançar tanto na elaboração dessa dissertação. Ao Professor Doutor Walmir Albuquerque Barbosa, pela gentileza nas leituras e orientações em relação aos livros sugeridos, na leitura de trabalhos durante as disciplinas. Ao Professor Dr. Odenei Ribeiro, pela humildade e paciência em nos orientar, indicar livros e, acima de tudo, ouvir com muita atenção nossas dificuldades e angústias, à professora Dr^a Heloisa Helena Correa da Silva, na disciplina: de Samuel Benchimol a Euclides da Cunha, aspectos culturais e sociais, que ampliou o meu conhecimento sobre o pensamento social na Amazônia. Além da indicação de livros, na aquisição do livro de Samuel Benchimol, Romanceiro da Batalha da Borracha,

durante as disciplinas por ela ministradas. Ao técnico Administrativo Caio Roberto de Souza Cunha, e a todos os estagiários que por ali passaram, pela compreensão, paciência e ajuda no decorrer desses dois anos. Ao diretor do Serviço de Segurança do Campus, Américo Dias Siqueira, que me apoiou sempre quando precisei me dedicar mais intensivamente aos estudos e a todos os meus colegas de trabalho da Universidade Federal do Amazonas, em especial aos vigilantes do setor de segurança do qual faço parte. Agradeço também ao meu grande amigo, que considero irmão, Professor Mestre Tenner Inauhiny de Abreu, que me ajudou na construção do projeto de pesquisa e nos capítulos da dissertação, ao professor Dr. Davi Avelino Leal, pela paciência na leitura detalhada e orientação no desenvolvimento do trabalho, sugestão de livros, empréstimos e principalmente pela dica do livro de Abdelmalek Sayad que me ajudou muitíssimo no desenvolvimento da teoria da dissertação. Ao meu amigo, Advogado Jaime da Silva Beleza, pela leitura da dissertação e observações sugeridas quanto à ortografia. Ao doutorando Carlos Augusto da Silva, pela humildade de sempre, pelo apoio nos estudos e principalmente sugestões. Quando da realização da minha qualificação suas dicas e orientações me ajudaram muito. A doutoranda deste programa, Jânia Maria de Paula, pelas dicas sobre o trabalho. Ao meu colega professor, Mestre Sidney Barata de Aguiar, pelo incentivo quando eu ainda era aluno especial do Programa de Pós-Graduação em História PPGH-UFAM. A Professora Doutora Eloína Monteiro dos Santos, do Curso de História, pelo incentivo. Aos meus irmãos em Cristo, Antônio Eliziário, Raimundo Alberto Pereira Rocha, José Roberto Ribeiro Damasceno, que me ajudaram em oração e demais irmãos da minha congregação que me deram apoio espiritual para obter êxito nessa jornada. Quero agradecer também, a todos os meus colegas da turma do Mestrado 2013, que muito me ajudaram no decorrer das disciplinas, pelos debates e embates que foram importantes para a construção do processo de nossa formação durante as disciplinas. Adrielly Vaz dos Santos, Basílio José Tenório de Souza, Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis, Deib Lima de Souza e Luiz Gustavo Negro Vaz, foram meus amigos mais chegados, com os quais foram discutidos e debatidos os nossos trabalhos, as nossas angústias e dificuldades. Joyce Karoline Pinto de Oliveira Pontes, Josué Gomes Vieira, que me ajudou muito, lendo o que eu escrevia, sugerindo outras leituras. Hellen Bastos Gomes, Rodolfo Almeida de Azevedo, Soraya de Oliveira Lima, Taciana Lima Magalhães, Tatiana Lopes Vieira, Wallace Abreu França. Para todos os colegas e amigos que compartilharam essa trajetória acadêmica, o meu muito obrigado.

RESUMO

Busca-se, neste trabalho, pesquisar a migração cearense para a Amazônia, para que possamos compreender de que forma esta ocorreu no período de 1939 a 1970. Como podemos compreender o processo de migração cearense durante o período da Segunda Guerra para a Amazônia? Primeiramente, faremos um levantamento bibliográfico da literatura mais geral sobre o migrante e a migração para, posteriormente, aprofundar a pesquisa mais específica sobre os migrantes nordestinos, que é nosso objeto principal. Procederemos a uma análise dessas obras para destacar qual a sua importância para esclarecer a questão, seja em termos econômicos, políticos, sociais e culturais que discorreram sobre o tema em estudo. Ao fazer uso da pesquisa utilizaremos o método de reconstrução histórica. Entendemos como metodologia adequada para o procedimento científico na condução do processo de investigação da nossa dissertação. Nesse sentido, o objetivo geral é desvendar o processo de migração cearense para a Amazônia durante o período de 1939 a 1970, nossos objetivos específicos são: Destacar as políticas públicas para a Amazônia para apontar os dramas sociais no período da “Batalha da Borracha”. Identificar o processo de recrutamento e uso de mão de obra para o empreendimento. Desvendar a natureza das políticas públicas que direcionaram esse processo. Enfatizamos ainda, os dramas sociais ocorridos durante e depois da “Batalha da borracha” no Amazonas. Portanto, entendemos que os resultados alcançados por nosso trabalho foram satisfatórios, tendo em vista que ficou claro todo o processo de migração colocado em prática pelo governo brasileiro e americano, através dos “Acordos de Washington” no sentido de trazer os trabalhadores nordestinos para a Amazônia, para auxiliarem no esforço de guerra aliado. Ficou explícito também que as políticas públicas desenvolvidas na Amazônia através dos grandes projetos desenvolvimentistas não proporcionaram um desenvolvimento para Amazônia, nem tampouco, para os atores sociais que participaram do processo, em especial aos seringueiros, que continuam lutando para que essa batalha realmente tenha um desfecho positivo, pois, entendemos que essa batalha ainda não terminou, tendo em vista que nem todos foram reconhecidos e beneficiados a contento pelo Governo Federal. Enfatizamos ainda, que, em relação aos dramas sociais e sofrimentos que esses migrantes nordestinos vivenciaram. Ficou claro o processo de exploração sofrido por esses trabalhadores através do mecanismo de expropriação proporcionado pelo sistema de aviação que existiu naquele momento e que até hoje perdura na Amazônia, embora com algumas mudanças, porém, com o mesmo caráter de exploração.

Palavras chave: Amazônia. Políticas Públicas. Borracha. Migração. Migração Cearense.

ABSTRACT

Seeks, in this work, search the Ceará migration to the Amazon, so we can understand how this occurred from 1939 to 1970. How can we understand the Ceará migration process during the period of World War II to the Amazon? First, we will do a literature review of more general literature on migrants and migration to subsequently deepen more specific research on the northeastern migrants, which is our main object. We proceed to an analysis of these works to highlight why it's important to clarify the issue, whether in economic, political, social and cultural spoke about the topic under study. By making use of the research we will use the historical reconstruction method. We understand how proper methodology for scientific procedure in the conduct of research of our thesis process. In this sense, the overall goal is to unravel the Ceará migration to the Amazon during the period 1939-1970, our specific goals are: To emphasize the public policies for the Amazon to point out the social dramas during "Battle of Rubber". Identify the process of recruitment and labor use for the project. Unravel the nature of public policies that guided this process. We emphasize also the social dramas that occurred during and after the "Battle of rubber" in the Amazon. Therefore, we believe that the results achieved by our work were satisfactory, given that it was clear throughout the migration process put in place by the Brazilian and American government, through the "Washington Agreement" in bringing the Northeastern workers to Amazon , to aid the Allied war effort. It was also explicit that public policies developed in the Amazon through large development projects did not provide a development for Amazon, nor to the social actors who participated in the process, especially the rubber tappers, who continue fighting for this battle really have an outcome positive, because we understand that this battle is not over, given that not all were recognized and benefited the satisfaction by the Federal Government. We emphasize also that, in relation to social dramas and sufferings that these northeastern migrants experienced. It was clear the process of exploitation suffered by these workers through the expropriation mechanism provided by the dispensing system that existed at that time and to this day continues in the Amazon, although with some changes, however, with the same character of exploitation.

Keywords: Amazon. Public Policy. Rubber. Migration. Cearense migration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMAZON RIVER STEAM** – Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará.
- ANZA** – Amazônia Mineração S.A.
- BASA** – Banco da Amazônia S.A.
- BCB** – Banco de Crédito da Borracha
- BANCREVEA** – Banco de Crédito da Borracha
- CAETA** – Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPRM** – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
- CSN** – Companhia Siderúrgica Nacional
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce
- DNI** – Departamento Nacional de Imigração
- EUA** – Estados Unidos da América
- ELETROBRÁS** – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- FINEP S.A.** – Financiadora de Estudos e Projetos S.A.
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPA** – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- INSS** – Instituto Nacional de Seguridade social
- IPI** – Imposto Sobre Produtos Industrializados
- IAN** – Instituto Agrônomo do Norte
- MAUC** – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará
- PVEA** – Plano de Valorização Econômica da Amazônia
- PIN** – Plano de Integração Nacional
- PPGSCA** – Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.
- PROTERRA** – Programa de Redistribuição de Terra
- RDC** – Rubber Development Corporation
- RFC** – Reconstruction Finance Corporation
- RRC** – Rubber Reserv Company
- SAVA** – Superintendência de Abastecimento do Vale amazônico
- SEMTA** – Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores Para a Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SNAPP – Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WRD - Wilde Rubber Division

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO I – A NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MIGRAÇÃO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS	19
1.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO DO ESTADO NOVO	19
1.2 A NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MIGRAÇÃO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.....	23
1.3 PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E USO DE MÃO DE OBRA PARA O EMPREENDIMENTO.....	32
1.4 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO	53
1.4.1 Breve contexto histórico do subdesenvolvimentismo	53
1.4.2 O desenvolvimentismo no Brasil.....	55
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA.....	58
2.1 A DEPENDÊNCIA NORTE-AMERICANA DA BORRACHA ANTES E DEPOIS DO ATAQUE À BASE AÉREA DE PEARL HARBOUR E O INTERESSE PELA AMAZÔNIA.....	65
2.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO VARGAS.....	68
2.3 PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO DOS GOVERNOS MILITARES.....	75
CAPÍTULO III - DRAMAS SOCIAIS DOS SERINGUEIROS NO PERÍODO DA “BATALHA DA BORRACHA”.....	94
3.1 ALGUNS CASOS DE SERINGUEIROS E SERINGALISTAS QUE FORAM PARAR NA JUSTIÇA.....	105
3.2 SISTEMA DE AVIAMENTO, MECANISMO DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	108
3.3 DIFERENÇAS ENTRE O SOLDADO DA BORRACHA E SOLDADO DAS FORÇAS ARMADAS.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	135

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.
(Martin Luther King).*

A proposta das nossas considerações iniciais é apresentar a metodologia utilizada ao longo da pesquisa, fazendo um rápido comentário dos objetivos, problematização e hipóteses que conduziram o processo de construção do projeto e da dissertação. O objetivo é mostrar ao leitor uma visão geral e também pedagógica do processo de construção das etapas que formam o texto em si. Busca-se, neste trabalho, pesquisar a migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970, a partir da natureza das políticas públicas. Através desta investigação, tem-se como objetivo, desvendar quais os possíveis motivos da migração cearense nessa época, abordando a natureza dos processos migratórios, as políticas públicas de migração e suas articulações que tinham como objetivo trazer esses nordestinos para trabalharem na floresta, na retomada da produção da borracha.

Os Estados Unidos perderam todos os suprimentos vindos dos seringais do oriente, por conta do ataque japonês à base americana de Pearl Harbour, uma estratégia surpreendente do exército japonês que deixou as tropas dos Estados Unidos inoperantes no Pacífico. Diante deste fato, os Estados Unidos ficaram numa situação complicadíssima, pois, como iriam suprir a demanda da borracha antes vinda do oriente? Este fato culminou com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Daí a necessidade da retomada da produção da borracha para recuperar os efeitos do bloqueio da borracha proveniente do Oriente. Sendo o Brasil aliado dos americanos, buscou-se o incentivo ao aumento da produção do látex. E por que tinha que ser na Amazônia? Por que deveria ocorrer essa migração de cearenses na sua maioria para a Amazônia para ajudar no esforço de guerra? Não poderiam usar as pessoas que estavam aqui? Como por exemplo: os povos tradicionais das florestas, os indígenas que aqui se encontravam, os caboclos, dentre outros.

Vale a pena frisar que a Amazônia já tinha experiência em se tratando de extração do látex, pois recentemente havia passado por um período de esplendor de 1880 a 1910. Neste momento de retomada da produção da borracha natural, a Amazônia estava ainda convivendo com a crise deste período anterior, provocada pelas plantações de borracha na Ásia, mais precisamente nas colônias inglesas. É importante destacar que a Inglaterra era aliada dos Estados Unidos, e o bloqueio efetuado pelo Japão prejudicou ambos os países que necessitavam de borracha natural para suprirem a demanda da guerra, tendo em vista que,

neste período, ainda não havia sido alavancada a produção da borracha sintética, que se encontrava em estágio inicial. A migração cearense era importante nesse momento, e o governo de Getúlio Vargas via nessa ocasião uma oportunidade para contornar uma crise que assolava o nordeste brasileiro. Gostaria de reiterar que, ao discorrer sobre políticas públicas de migração de nordestinos em sua grande maioria cearenses, usa-se quase sempre o argumento da seca.

Porém, queremos nos contrapor a esse argumento, afirmando que não se resume apenas à questão da seca o motivo para migração desses cearenses, pois muitas pessoas que estavam numa situação social ruim, numa estrutura fundiária desfavorável à pequena agricultura, o desemprego estrutural, tudo isso foi fundamental para que eles avistassem naquela ocasião uma chance de tentar uma nova vida em outro lugar. Existia também a possibilidade de fugir do recrutamento para a guerra, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial naquele momento.

A borracha ia além do que um simples produto beneficiado da matéria prima de um item extrativista. Dentro da Segunda Guerra Mundial, tornava-se uma medida diplomática entre países, entre regiões que disputavam o mesmo poder e prestígio, pela Europa, América, Ásia, e, principalmente em nível nacional, entre Ceará, Rio de Janeiro e Vale Amazônico, pois a vinda desses sujeitos com suas famílias para os recôncavos florestais atrás de condições materiais de vida e sobrevivência não significou apenas a abertura de uma nova fronteira econômica ou a retomada comercial de um produto extrativista, significou mais, muito além do que os ganhos e perdas daquele contexto.

Estruturou, sim, a posição geográfica da Amazônia em um cenário econômico nacional e internacional que perdura até o presente momento, que desde os fins dos anos 80 do século XIX este território serve de um vasto depósito de almas disponíveis ao trabalho manual e com a terra. É importante enfatizar que, neste período, por conta dos “Acordos de Washington”, foram enviados para os Estados Unidos não só a borracha, mas também café, minérios e outros produtos.

Neste contexto, vai surgir a figura do “Soldado da Borracha”, através da propaganda do Estado Novo. Foi dito a esses migrantes que eles faziam parte de um grande exército, que tinha um valor simbólico de militarização do trabalho, pois foram trabalhando o psicológico desses seringueiros no sentido de se sentirem responsáveis, para uma eventual vitória dos aliados.

Pretendemos também identificar quais políticas públicas foram desenvolvidas nesse período da “Batalha da Borracha”, e os dramas sociais vividos por esses atores históricos,

antes, durante e depois deste período. É importante enfatizar que nesse período antes da “Batalha da Borracha”, o mundo vivia um período, pós-guerra e ainda perduravam as consequências da primeira guerra mundial; este quadro de instabilidade da política mundial contribuiu para que surgissem na Alemanha, o nazismo com Adolfo Hitler, o fascismo na Itália com Benito Mussolini, a ditadura de Francisco Franco na Espanha com caráter fascista, enquanto no Brasil, Getúlio Vargas implantava, através de um golpe de Estado, o Estado Novo.

Notamos que existem poucos trabalhos retratando este período da “Batalha da Borracha”, e dentre eles, podemos destacar:

- a) *A luta pela Borracha no Brasil: um estudo da história Ecológica*, neste livro, o autor recupera a dramática luta ocorrida no Brasil para fomentar plantações de borracha na Amazônia e em outros setores de nossas terras tropicais (São Paulo, sul da Bahia, norte do Mato Grosso, Espírito Santo) através de uma enorme documentação acerca do Brasil. (DEAN, 1989);
- b) *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*, nesta pesquisa, o autor retrata, com riqueza de detalhes, toda operação montada pelos Estados Unidos junto com o governo brasileiro para montar um esquema logístico, e ao mesmo tempo, uma estratégia para socorrer o governo americano, que estava precisando urgentemente de borracha natural para suprir a demanda da guerra, e a saída encontrada foi buscar migrantes nordestinos para a Amazônia, através dos “Acordos de Washington”. (CORRÊA, 1965);
- c) *Romanceiro da batalha da borracha* neste livro, Samuel Benchimol, retrata uma pesquisa *in loco* com os nordestinos que chegavam ao Amazonas na época da “Batalha da Borracha”. No livro, é mostrada sua dificuldade da adaptação nos seringais dentro da floresta, e descreve situações, dramas e paixões que marcaram a presença nordestina na Amazônia e nos seringais amazônicos. (BENCHIMOL, 1982).
- d) *Soldados da borracha – trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*, Secreto demonstra, nesta obra, como foi elaborada a política de migração do governo brasileiro para trazer os nordestinos para a Amazônia através dos “Acordos de Washington” e relata o drama das mulheres que ficaram no nordeste sem assistência após a vinda dos maridos para a Amazônia. (SECRETO, 2007).
- e) *A batalha da borracha na segunda guerra mundial*. Martinello ressalta que, por trás de um esforço de guerra que tinha como objetivo adquirir borracha para suprir a

demanda da guerra, existia uma rede de interesses políticos e sociais movida pelo capital internacional juntamente com o governo brasileiro para propiciar a “Batalha da Borracha”. (MARTINELLO, 2004);

- f) *Mais borracha para a vitória*. A autora mostra com detalhes as ferramentas usadas pelo governo brasileiro através da propaganda, cartazes, cartilhas, brochuras, desenhos e outros instrumentos, para convencer os nordestinos a se deslocarem para a Amazônia, com o objetivo de produzir borracha para o esforço de guerra, pois os Estados Unidos estavam precisando urgentemente desta matéria-prima. (GONÇALVES; COSTA, 2008).
- g) *“Soldados da Borracha”: das vivências do passado às lutas contemporâneas.*, este livro lançado recentemente no final de 2014, resultado de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na UFAM (Universidade Federal do Amazonas), defendido em 2013, traz uma grande contribuição para a temática relacionada aos migrantes que lutaram na “Batalha da Borracha”, para a academia, pois foi um estudo minucioso, detalhado e aprofundado a respeito dos “Soldados da Borracha”, através das fontes oficiais, bibliográficas, história oral e leis relacionadas a esses trabalhadores. Portanto, é um livro de grande relevância e certamente de grande contribuição para a pesquisa em geral. (LIMA, 2013).

Este acontecimento da “Batalha da Borracha”, que provocou a vinda dos nordestinos para o Amazonas e as consequências desta política de migração direcionada para a Amazônia, ainda não plenamente esclarecido é o foco da presente pesquisa. O meu interesse por esse tema e a maneira como desenvolvi essa dissertação, se deu sobretudo, pela natureza interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Diante disso, entendemos que o nosso estudo poderá ser relevante, pois pretendemos contribuir para minimizar esta lacuna e contribuir com o resgate desta temática da migração cearense no período de 1939- 1970, e posteriormente, através desse estudo, abrir novos horizontes para o desenvolvimento da pesquisa, dentro do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, com a comunidade científica na cidade de Manaus, na região Norte, e no país, ou seja, aprofundar o tema da migração cearense para a Amazônia nesse período da “Batalha da Borracha”.

O que me inspirou a desenvolver esta pesquisa, foi o fato de ser nordestino, ter vivenciado um processo de migração durante o ano de 1981. Nessa época, chegamos a Manaus com meu irmão, tios, trazidos pelo meu tio Luiz da Silva Gomes. É um fato interessante que precisa ser mencionado. Minha avó materna, que se chamava Francisca, antes

de sua morte, encaminhou a missão para o meu tio, citado acima, da necessidade de o mesmo ir para São Paulo angariar recursos para depois nos levar para Manaus. Vale ressaltar que este era o sonho de minha avó, que sempre pedia ao meu avô para virem para Manaus, porém não chegou a se realizar, pois a mesma morreu em seguida. Assim, esse tema sobre migração nordestina, sempre foi muito atraente, e com isso, busco entender o porquê desse processo, o que estava por trás dessas vindas de cearenses para a Amazônia. E o fato de me tornar servidor desta Universidade, ter feito um curso de graduação em História na UFAM, fez-me conviver e respirar conhecimentos no cotidiano dessa instituição, tudo isso influenciou para construção dessa pesquisa, que também é parte da minha história pessoal e familiar.

Nosso objetivo geral é desvendar o processo de migração cearense para a Amazônia durante o período de 1939 a 1970. E os objetivos específicos são: Identificar o processo de recrutamento e uso de mão de obra para o empreendimento. As políticas públicas para o Amazonas no período da “Batalha da Borracha”. Desvendar a natureza das políticas públicas que direcionaram esse processo. Revelar os dramas sociais ocorridos durante e depois da “Batalha da Borracha” na Amazônia. Na elaboração da pesquisa utilizaremos o método de reconstrução histórica. Já que se trata de uma metodologia adequada para o procedimento científico na condução do processo de investigação da nossa dissertação. No nosso procedimento metodológico, primeiramente, faremos um levantamento bibliográfico da literatura mais geral sobre o migrante e a migração, fontes de jornais, a constituição de 1988 (BRASIL, 1988), projetos de leis, legislação sobre o processo de migração para posteriormente aprofundar a pesquisa mais específica sobre os migrantes cearenses, que é nosso objeto principal. Procederemos a uma análise dessas obras para destacar qual a sua importância para esclarecer a questão, seja em termos econômicos, políticos, sociais e culturais que discorreram sobre o tema em estudo. Inicialmente estudaremos o contexto em que surgiram as migrações, entendendo da necessidade constante dessa pesquisa durante o transcorrer da execução da dissertação.

No primeiro capítulo, trataremos da natureza das políticas de migração no Governo Getúlio Vargas, o contexto histórico do Estado Novo, processos de recrutamento e uso de mão de obra para o empreendimento e o Nacional Desenvolvimentismo. No segundo capítulo, abordaremos as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia; no primeiro momento, o destaque será a borracha natural, tanto na primeira quanto na segunda fase, quando ocorrerá a retomada da produção da borracha que, naquele momento, ficou conhecida, como “Batalha da Borracha”. Posteriormente, as políticas de desenvolvimento terão novo rumo, que incluirão a criação de vários órgãos que farão parte da infraestrutura a ser usada

para o programa de desenvolvimento da Amazônia, principalmente, após o Golpe de Estado dos militares. O contexto histórico mundial daquele momento fez com que os militares fossem induzidos a fazer uma rearticulação da economia do Brasil com capital internacional, criando condições econômicas e políticas para propiciar uma grande concentração e centralização do capital estrangeiro, nacional, etc. No terceiro capítulo, enfatizaremos os dramas sociais vivenciados pelos seringueiros denominados de “Soldados da Borracha” durante e após a “Batalha da Borracha”. Momento em que compulsaremos a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Legislação Ordinária sobre a migração e Projetos de Leis para desvelar as injustiças sociais praticadas pelo Governo Federal durante o trágico período da migração na era Vargas.

CAPÍTULO I – A NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MIGRAÇÃO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

1.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO DO ESTADO NOVO

“... Todo nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade, de prepará-la para o futuro; desde a que vive nas praias, defrontando o mar, que é um educador de energias, àquela que vive no interior lavrando a terra criadora de riquezas, àquela que vive pastoreando o gado e que é descendente dos antigos centauros do Rio Grande; à mocidade das fábricas, das indústrias e do Comércio; enfim, a todos aqueles que na juventude veem abertos pelo deslumbramento da vida que recém-desponta, a essa mocidade que sacode os braços para o alto como se pretendesse abraçar o Sol. É nela que deposito a minha confiança, é para ela que eu apelo, porque é uma força capaz de consolidar o Estado Nacional.” Getúlio Vargas.

O Estado Novo¹ se constituiu em decorrência de uma política de massas que se foi definindo no Brasil a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Essa autora afirma que essa política direcionada às classes populares floresceu no período entre guerras, e, sobretudo, a partir das críticas ao Sistema Liberal, visto como inapto para resolver os problemas sociais. (CAPELATO, 2003).

Precisamos compreender que essa instabilidade foi gerada pela crise capitalista na economia, comprometendo seriamente a base do Sistema Liberal vigente. Nesse contexto, as dificuldades da economia brasileira, muito afetada pelo crack da bolsa de Nova York em 1929, serviram para acelerar o processo de mudança que vinha sendo apregoado nos anos anteriores. (CAPELATO, 2003). A referida autora explica ainda que:

Nesses anos manifestou-se na Europa, em outras partes do mundo, uma crise do Liberalismo: os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar de cunho individualista. Correntes intelectuais e políticas antiliberais e antidemocráticas, de diferentes matizes, revelaram extrema preocupação com a questão social e muito se discutia sobre nossas formas de controle das massas com o intuito de evitar a eclosão de revoluções socialistas. (CAPELATO, 2003, p.109).

Para Mantega (2003), o Brasil estava inserido neste contexto de crise do Liberalismo numa situação muito ruim, porque fazia parte dos países periféricos e subdesenvolvidos.

¹ Ver mais sobre Estado Novo em:

FERREIRA, J. **Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7 letras. 2011.
MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, o subdesenvolvimento dependia:

Em primeiro lugar, da estrutura interna dos países periféricos, que se caracteriza pela produção agrícola primário – exportadora, com baixa integração entre os diversos setores produtivos e com desemprego estrutural (uma vez que o lento crescimento da produção agroexportadora não consegue absorver a rápida expansão demográfica) combinados com o baixo nível de organização e sindicalização da força de trabalho; e, segundo lugar, o subdesenvolvimento depende das relações comerciais com o centro, porque se verifica uma queda constante do poder de compra de bens industriais por parte dos bens primários, ou seja, cada unidade de bem primário compra quantidade cada vez menor de produtos industriais, exportando-se, assim, para o centro já desenvolvido, a fonte de desenvolvimento, qual seja, os aumentos de produtividade. (MANTEGA, 2003, p. 38).

Essa produção agroexportadora estaria assentada numa estrutura agrária fortemente monopolizada e nas mãos de grupos sociais privilegiados pela a atual situação. (MANTEGA, 2003). Este autor ressalta, ainda, que tudo isso estava concorrendo para dificultar uma democrática e justa ocupação da terra e, conseqüentemente, o seu usufruto, necessitando, nesse sentido, de uma urgente reforma agrária para melhorar a produtividade da agricultura brasileira. A CEPAL sugeria uma forte cooperação do Estado na economia, promovendo o desenvolvimento e planejamento das transformações que eram consideradas importantes nesse momento. Assim, o Estado é tido como centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infraestrutura para a expansão industrial e a canalização dos recursos naturais para as novas atividades prioritárias. (MANTEGA, 2003).

Observa-se que o fundamento da CEPAL estimula fortemente uma postura nacionalista, com objetivos bem definidos voltados para o acúmulo de capital, criando assim uma forte oposição ao imperialismo comercial e financeiro que, tinha por base a exploração agroexportadora. Porém, vale salientar que esse nacionalismo não tem pretensão nesse momento de criar um clima hostil ao capital estrangeiro, limitava-se à crítica ao imperialismo no que diz respeito às atividades agroexportadoras, finaliza Mantega. (MANTEGA, 2003).

Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia. Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e à proposta de organização de um Estado forte e autoritário. (CAPELATO, 2003). Esta autora afirma que a Reforma Política ocorreu após o golpe de Estado que aconteceu no dia 10 de novembro de 1937, liderado por Getúlio Dorneles Vargas, com o apoio do Exército brasileiro e outras forças que não aceitavam a democracia. É importante salientar que, nesse processo em que ocorreu o golpe de Estado, o povo não participou, e a legitimação desse poder veio através do

apoio mais amplo da sociedade, fortemente influenciada pela propaganda veiculada pelos meios de comunicação, direcionada para a sociedade em geral. Capelato reitera que,

Muitas pesquisas foram e continuam sendo realizadas com o objetivo de colocar novas questões a esse passado que levaram ao estudo de aspectos não abordados até então. Muitos temas se constituíram em objeto de investigação. Cabe mencioná-los: cultura política e formas de repressão; organização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), suas práticas de propaganda e de censura; política cultural do Estado atuando sobre produções artísticas como música, artes plásticas, cinema; significado dos imaginários sociais e recriados na época através da manipulação de símbolos, emblemas, sinais, criação de mito, cerimônias cívicas e esportivas e demais espetáculos do poder; importância dos meios de comunicação e seu uso político, e, neste aspecto, foram realizados trabalhos sobre imprensa, rádio, documentários, revistas, livros e demais publicações do DIP; políticas de imigração; preconceitos racial e social; educação e ensino; atuação da Igreja e relação do catolicismo com a tentativa de sacralização da política. (CAPELATO, 2003, p. 111-112).

Os anos do Estado Novo são, indubitavelmente, não só um período fundamental de nossa história política e econômica por suas marcantes realizações. (GOMES, 1999). Compreende também um período crítico que faz parte da história intelectual brasileira, pela real e forte política cultural executada. É desta forma que entendemos como se processou a produção-divulgação de uma historiografia no Brasil durante o Estado Novo, como sendo parte de um capítulo dessa política mais ampla e, particularmente, por fazer parte de um movimento intelectual instituído durante o processo de formação do Estado nacional brasileiro, finaliza Gomes (1999). Esta autora acrescenta ainda que,

A criação da revista cultura política integra um grande conjunto de realizações na área da política cultural do Estado Novo, materializadas principalmente pela ação de dois órgãos do aparelho de Estado: O ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este último, em sua estrutura organizacional, era resultado do Decreto-lei nº 1.915, de dezembro de 1939, que alterara o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado em 1934, no contexto das eleições indiretas para a presidência da República, pela Assembleia Nacional Constituinte². (GOMES, 1999, p. 125-126).

Finalmente, vale a pena ressaltar a versão de história do Brasil que o Estado Novo sanciona e propaga. Tratando-se de um Estado autoritário, centralizador e estranho aos procedimentos eleitorais. (GOMES, 1999). É relevante salientar que essa história tem na “raça mestiça” seu fundamental ator, sendo símbolo de resistência, coragem e luta, portanto,

² Sobre o DIP ver o verbete em: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; BELOCH, I.; LAMARAO, S. T. N. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

democrática e republicana. Ressaltando que esta democracia era somente social e não política, porém, manifestava-se através de um regime político, a república, salienta Gomes (1999).

Com o golpe do Estado Novo, selava-se um verdadeiro capítulo dos debates e, principalmente, dos enfrentamentos políticos da década de 30. (GOMES; *et al.* 2007). É importante enfatizar que, após o golpe de Estado, as oligarquias liberais dos Estados do Centro Sul, foram simplesmente ignoradas, não levando em conta, nem o fato de elas terem participado com sucesso dos trabalhos constitucionais. Os tenentes também foram deixados para trás, sem, contudo, terem considerado a sua ação política no período que antecedeu o Estado Novo, conclui Gomes e outros (2007).

Em se tratando da questão da intervenção por parte do governo ditatorial de Getúlio Vargas, sobre os Estados brasileiros, fica bem explícito que o governo pretende manter o controle do país, com receio do retorno das oligarquias que, noutro momento, estavam no poder. Para Gomes e outros (2007), fica a sensação de que,

Evidentemente, quando se deu o golpe de 1937, os Estados já haviam perdido, do ponto de vista jurídico-institucional, suas antigas prerrogativas. A nomeação de interventores pelo governo federal já se rotinizara, generalizando-se para os vários Estados do país, estabelecendo ainda a medição de uma série de agências burocráticas em suas relações com a política nacional. O Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, de forte conteúdo centralizador, estabelecera normas subordinando os executivos estaduais ao poder central, impondo severa disciplina orçamentária aos Estados e Municípios, proibindo ainda que contraíssem empréstimos externos sem a autorização do governo federal. Tais reformas reduziram bastante à área de manobra das oligarquias locais, além disso, as decisões estratégicas relativas às principais atividades econômicas dos Estados já haviam passado para a esfera de competência do governo federal. (GOMES; *et al.* 2007, p.135).

Schwartzman (1983), ao falar sobre Getúlio Vargas, ressaltava que somente as pessoas que realmente tinham intimidade poderiam compreender suas qualidades e seu imenso potencial, haja vista que muitos acreditavam que o mesmo se destacaria somente como brilhante deputado estadual do Rio Grande. Porém, destacou-se na Assembleia da Província, depois foi para a Câmara Federal, membro da Comissão de finanças, líder da bancada, Ministro da Fazenda e Governador do estado. Sobre essas virtudes e potencial promissor, Schwartzman destaca que:

Ora, ainda bem jovem, o Sr. Getúlio Vargas já se distinguia pela atuação dedicada aos assuntos internacionais, mesmo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, isto é, no restrito meio Provinciano abalado por tantas e tão acesas competições partidárias, o homem público estreante, o deputadinho de vinte e poucos anos, mais uma vez surpreendeu os companheiros por se alhear dos pequenos motivos regionais que os absorviam para o âmbito das doutrinas, das correntes, dos debates políticos

em curso nos grandes centros europeus e americanos. (SCHWARTZMAN,1983, p.26).

Para Jorge Altamira (2003), o início da segunda guerra mundial não pode ser entendido apenas como decorrente dos problemas não resolvidos pela primeira guerra mundial. A segunda guerra mundial não foi apenas o revanchismo contra o tratado de Versalhes. A segunda guerra mundial foi, antes de tudo, uma luta imperialista, como também uma grande manifestação do capitalismo mundial, uma espécie de veredicto histórico diante do capital em sua fase final.

Segundo Altamira (2003), na deflagração da guerra mundial, a socialdemocracia e o stalinismo, responsáveis pelas principais derrotas do movimento operário mundial, permitiram a eclosão da maior carnificina conhecida pela humanidade porque, na premissa básica de toda guerra mundial, e em particular das guerras imperialistas, encontra-se a necessidade da burguesia de submeter o seu próprio proletariado.

Para Eric John Ernest Hobsbawm (2004), não precisamos ser detalhistas em relação a história do período entre guerras para perceber que o acordo de Versalhes não podia ser instrumento de paz. Estava bem explícito que outra guerra estava a caminho. A Segunda Guerra Mundial poderia até ser evitada, ou na pior hipótese, adiada, se tivesse havido a restauração da economia pré-guerra, como um sistema global de prosperidade, crescimento e expansão econômica. O que contribuiu concretamente para a eclosão da Segunda Guerra Mundial foi a agressão sofrida pelas três potências descontentes, unidas através de acordos desde metade da década de 1930. Inclusive, com a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931, a Itália invadiu a Etiópia em 1935, a intervenção da Alemanha e da Itália na guerra civil espanhola em 1936, e, por fim, a Alemanha invadiu a Áustria em 1938.

1.2 A NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MIGRAÇÃO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.

Não gosto de conselho, mas posso dar um. Que aprendam o hábito da leitura dos grandes clássicos como Cervantes, Shakespeare, Balzac, Guimarães Rosa, Machado de Assis. Momentos dedicados à leitura são mais profundos e preciosos da vida, porque você lida com o que de mais importante a humanidade conseguiu produzir. Quando você passa por essas e outras obras como a de Marx e Adorno, é como se tivesse atravessado um túnel e quando sai dele você é outra pessoa. Essas obras têm a capacidade de transformar as pessoas e ninguém consegue escapar desse fascínio. (Renan Freitas Pinto, entrevista concedida ao jornal A crítica em 29 de setembro de 2013).

Para Maria Verônica Secreto (2007), Getúlio Vargas tinha um plano que consistia em fazer com que os habitantes do campo permanecessem lá, para isso, colocou em prática um plano que ficou conhecido como “marcha para o oeste”³, primeiramente, a ideia de ir para o interior acabou tendo outro destino que foi a região amazônica, por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial. As contínuas secas que atingiam o Nordeste eram o pano de fundo que justificava a vinda dos nordestinos para a Amazônia. Getúlio Vargas pretendia fomentar um grande programa de colonização, porém a conjuntura internacional não permitiu tal projeto, enfatizado através da imprensa oficial.

O início da Segunda Guerra Mundial e a assinatura dos “Acordos de Washington”, em 1942, modificou a política externa do Brasil. Embora o debate político nos Estados Unidos sobre o fornecimento de borracha pela Amazônia frequentemente se apropriasse do discurso da segurança nacional, as divisões também refletiam uma competição entre diferentes visões das paisagens e dos povos tropicais. (GARFIELD, 2009). Este autor enfatizava ainda que,

A conflagração global havia suscitado interesse e envolvimento inéditos do governo dos Estados Unidos nos assuntos amazônicos. Porém, o imperialismo norte-americano no Caribe e no Pacífico desde a virada do século havia promovido, durante muito tempo, ideologias que infantilizavam os povos tropicais, retratando-os como incapazes de administrar os próprios recursos e desesperados por tutela política, conhecimento técnico, ajuda econômica e liderança moral vindos dos Estados Unidos. (GARFIELD, 2009, p.3).

Secreto (2007) explica que a situação dos Estados Unidos começava a piorar a partir daquele momento, pois os japoneses passaram a controlar o abastecimento de borracha, trazendo mais problemas para os aliados que era adquirir um grande fornecedor de borracha, principalmente para a indústria bélica. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, o Brasil deixou de ser neutro e ainda teve que produzir bastante borracha em tempo reduzido. Havia a necessidade de mobilização de uma grande quantidade de trabalhadores o mais rápido possível. Daí entrarem em cena os “Soldados da Borracha”⁴.

Observe esse contrato de encaminhamento, do trabalhador Leocádio Caetano de Souza, nº 5546. (SEMTA):

³ Sobre o tema marcha para o oeste, ver artigo: SCHWAB, M. C. Nacionalismo, políticas sociais, e marcha para o oeste nos artigos de Paulo Figueiredo durante o Estado novo. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV.*, Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza, [s. n.]. 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0222.pdf>>. Acesso em: 19 dez 2014.

⁴ Ver: MORALES, L. A. **Vai e vem, vira e volta: rotas dos Soldados da Borracha**. São Paulo: Annablume Editora, 2002

Imagem 1 - Contrato de Encaminhamento nº 5546 (SEMTA).

ASSISTENCIA À FAMÍLIA									
Tipo de assistência	1	2	3	4	5	FOTO			
Nº de dependentes	5								
Ass. Totalidade									
Chefe Dep. Mãe: 111-111									
Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia						IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO DE ENCAMINHAMENTO						Nº 5546			
<p>O SEMTA (SERVIÇO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA), representado pelo Dr. Paulo de Assis Ribeiro, e Leonildo Custano de Souza, com 42 anos de idade, natural do Estado do Rio de Janeiro, trabalhador agrícola, identificado pelo número acima impresso, ajustaram entre si um contrato para o encaminhamento do segundo aos pontos de apresentação ao Estado do Pará, com o fim de prestar serviços no Vale Amazônico, na extração de borracha ou, quando designado por quem de direito, em qualquer trabalho relacionado com a produção da borracha, sob as condições que se seguem.</p>									

Fonte: MAUC/UFC.

Secreto (2007) afirma que é importante enfatizar que esses trabalhadores foram regidos por um contrato, conforme a imagem 1, que exaltava os direitos e os deveres, divididos em duas partes. Na primeira parte, o Estado se responsabilizava em levar os nordestinos até o seringal e, na segunda ficava sob responsabilidade dos donos dos seringais, isso era para evitar o que tinha ocorrido na época do boom da borracha, quando a exploração do nordestino-seringueiro foi muito grande. Embora soubessem que os direitos explicitados no contrato não foram garantidos por falta de fiscalização efetiva e eficaz. Sobre a situação de soldado, o contrato não indicava nada, explicava apenas que a pessoa que se tornava voluntário, apenas ficaria isento do serviço militar, porém, não tinha os mesmos direitos que o soldado oficial que pegava em armas. Fica bem explícito um discurso como ferramenta de propaganda do Governo Federal. A solução dos conflitos que porventura viessem a ocorrer estava sob a responsabilidade da justiça do trabalho.

A guerra criou uma nova conjuntura. Apesar de o modelo econômico não priorizar – muito pelo contrário – as exportações agrícolas por implicarem, na visão varguista, uma fragilidade econômica, um ponto de vulnerabilidade, o alinhamento com os Estados Unidos e a demanda da borracha, além de outras matérias-primas, recolocaram em pauta a questão do incremento das exportações de alguns produtos primários. Junto veio a necessidade de o litoral chegar ao sertão. O litoral fez-se presente no Nordeste com a batalha da borracha e, para os trabalhadores, com o contrato de trabalho. Este, que tinha por intuito proteger o trabalhador, em lugar de explorá-lo, era uma novidade. (SECRETO, 2007, p.32).

É importante enfatizar que a política de migração foi equivocada e mal conduzida, tanto pelo Brasil, quanto pelos Estados Unidos que tinham interesse na borracha para suprir

os estoques que se encontravam em situação precária. A exploração tradicional sem o mínimo de tecnologia contribuiu para o fracasso desta empreitada, pois o trabalho era feito manualmente e era dificultado pela distância entre as árvores, fazendo com que os trabalhadores conseguissem pouca colheita e a desperdiçassem pela ausência de tecnologia adequada para desenvolver este serviço. Samuel Benchimol (1982) publica em seu livro a saudação aos “Soldados da Borracha” datada de 1945, retratando o cotidiano desse trabalhador dentro das matas, a sua jornada diária, os locais de defumação, os tapiris.

Vejamos na íntegra esta saudação:

Na alta e fria madrugada
 Bem dentro do fundão da mata
 Sai do tosco tapiri improvisado
 - **“poronga”** na cabeça
 - espingarda à tiracolo
 Faca na cintura
 - tijelinha na sacola
 O seringueiro brabo e valente
 - egresso da caatinga
 - flagelado da seca
 Fervendo de febre
 Com sede, fome, cobiça e **“apetite de seringa”**
 Percorre os meandros dos caminhos, as estradas sinuosas
 em busca da **“árvore que chora”**
 para sangrar as veias
 e colher a seiva
 das velhas seringueiras mães
 Dez, vinte, cinquenta, cem paus e madeiras
 - andares de sete léguas
 - horizontes do sem fim
 - nos ermos do fim do mundo
 Quando nasce o sol no meio da jornada,
 Uma parada na volta da estrada
 Para o café da manhã:
 Chibé, pirão, pinga e jabá
 Para enganar e aplacar a fome, a febre e o frio
 Da malvada, da maldita maleita
“adespois” retorna ao seio da floresta
 Para colher no fundo da tigela
 O sangue, o suor e a lágrima
 Do leite branco do látex
 Caminhando nas mesmas picadas
 Olho e ouvido no pio dos pássaros
 No bote das cobras
 No estrugir das onças
 No pulo moleque dos micos
 Balde cheio, suando e cansando, retorna ao tapiri
 Acende o fogo no Ouricuri
 E começa a defumar a **“pela”** e separa a bola de borracha
 Fina, entrefina, sernambi e caucho
 Que nasce e cresce, rolando e rolando,
 Na cangalha do pau sobre o fumo
 Ou no paneiro de cipó
 Na boca da noite,

Acende um cigarro de palha e milho e tabaco de corda
 E na alucinação da vigília
 O seringueiro sonha e canta o seu cordel de repentista e
 Seresteiro de viola e cavaquinho:
 - rola a bola
 - bola da sorte
 - sorte no corte
 - corte do fabrico
 - fabrico da safra
 - safra do coronel
 - Coronel do aviador
 - aviador dos “vaticanos” e “gaiolas”
 - vapores, navios e paquetes para os portos para suprir os “aliados”
 - para fabricar pneus
 Para os aviões dos generais
 E para os exércitos matarem e destruírem
 Crianças, cidadãos e cidades
 No começo e fim dessa História estória
 - ninguém arrecorda
 - ninguém chora
 - ninguém condecora
 O humilde e anônimo soldado da selva
 Sem soldo e sem farda,
 Que morreu de “beribéri”, de sezaõ, de fome e de solidão
 Nos confins dos seringais do sem fim
 Sem direito a toque de silêncio
 E enterro de herói:
 Sem nome
 Sem número
 Sem memória
 Sem monumento
 Na pira da tumba do soldado desconhecido. (BENCHIMOL, 1992, p.182).

Quando do lançamento do livro *A luta pela Borracha no Brasil: um estudo da história Ecológica*, em 15 de setembro de 1989, o Sociólogo Renan Freitas Pinto publicou uma nota no Jornal Amazonas em Tempo, sobre o referido livro de Warren Dean, onde destacava que não se tratava apenas de mais uma notícia relacionada à Amazônia, porém dizia respeito à luta pela terra em sintonia com a defesa do meio ambiente. O autor faz uso do método da reconstrução histórica na sua pesquisa, com a pretensão de contribuir de duas maneiras: a primeira seria recolocar o processo de produção da borracha, com mais objetividade e aquém da passionalidade, repensando uma maior quantidade de aspectos de uma história cheia de controvérsia. A segunda seria apontar para elementos que nos levariam a uma história ecológica. Freitas Pinto ressaltava, naquele momento, que o autor acreditava ter superado esses dois objetivos. (PINTO, 1989).

Warren Dean (1989) utilizou vários autores de reconhecida autoridade em se tratando de Amazônia, na construção de sua pesquisa, fazendo uma conexão entre o passado e o presente, empregando um rigor teórico, bastante criatividade e dados de documentos

científicos e institucionais consideráveis. Isso contribuiu para ampliar a questão documental da pesquisa, acrescentando um estilo com fluidez, inventividade e precisão. Portanto, reconhecemos se tratar de uma obra, não apenas sobre a Amazônia, mas acima de tudo sobre o Brasil, do presente e do futuro próximo. Vale a pena chamar a atenção deste livro, pelo fato de ele ter uma abordagem atual em relação ao monopólio da borracha. Freitas Pinto enfatiza que, com a edição deste livro, o autor tem o objetivo claro de contribuir para destruição de um mito, o mito de Henry Wickhan. Renan Freitas Pinto revela que,

A partir daí, Dean revisita o mito de Henry Wickhan: “o herói inglês, o doador das sementes de seringueira. É o mito de Henry Wickhan, o patife inglês, o ladrão das sementes de seringueira. “Nem vilão, nem herói, Wickhan é colocado em seu devido lugar pela reconstrução histórica realizada por Warren Dean. (FREITAS PINTO, 1989, p.29).

Este autor ainda questiona se o Brasil não tivesse perdido quase na sua totalidade o monopólio da borracha natural? O que teria acontecido com relação ao crescimento da economia da brasileira? Warren Dean finaliza afirmando que o choque da borracha teria sido promissor. Em se tratando do fungo que impediu o desenvolvimento da seringueira, não podemos culpar os brasileiros, tachando-os de incompetentes, haja vista que muitos pesquisadores, durante décadas, a serviço das multinacionais, intensificaram pesquisas em busca de uma solução para o *microcyclos*⁵, sem contudo, alcançar resultados satisfatórios. Portanto, vale a pena esclarecer que, neste livro, o autor recupera a dramática luta realizada no Brasil para fomentar plantações de borracha na Amazônia e outros setores de nossas terras tropicais (São Paulo, sul da Bahia, norte do Mato Grosso, Espírito Santo) através de uma enorme documentação acerca do Brasil. Seth Garfield enaltece a pesquisa de Warren Dean, afirmando que,

A história ambiental pioneira de Warren Dean sobre a borracha amazônica documenta os esforços intermitentes das administrações Vargas e Roosevelt para criar plantations de borracha no Brasil no início da década de 1940. No dia 22 de junho de 1940, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei que destinava 500 mil dólares para o Departamento de Agricultura (USDA), para o desenvolvimento da produção de borracha no hemisfério ocidental. O Bureau of Plant Industry e o Office of Foreign Agricultural Relations montaram um amplo programa para pesquisar o cultivo sistemático de borracha, com o objetivo principal de combater o *Microcylus ulei*, vulgarmente conhecido como “mal-das-folhas” sul-americano, fungo que, historicamente, atacava as plantações de borracha no hemisfério

⁵ O mal das folhas da seringueira é causado pelo *Microcylus ulei*, fungo originário da Amazônia. Essa doença, responsável pela queda prematura das folhas em árvores adultas e pelos danos consideráveis nos folíolos, constitui-se em um dos principais fatores limitantes à expansão da heveicultura no Brasil, bem como em toda a América Latina.

ocidental. Acordos de cooperação foram assinados com catorze países da América Latina e também com várias companhias comerciais; missões exploradoras foram enviadas para áreas promissoras, buscando avaliar se elas eram próprias para o cultivo da seringueira e colher informação sobre as condições de saúde e o nível salarial, além de produzir pesquisas topográficas, mapas e fotografias; botânicos do USDA foram enviados para a América Latina; seções experimentais e demonstrativas foram estabelecidas na Amazônia brasileira, na América Central e no Caribe para reunir e propagar clones altamente produtivos da seringueira e criar variedades resistentes a doenças; sprays fungicidas contendo cobre insolúvel foram aplicados, com sucesso, para controlar o “mal-das-folhas” em mudas criadas em viveiros experimentais. (GARFIELD, 2009, p. 25-26).

O estágio de subdesenvolvimento da Amazônia é retratado pela sua situação pré-capitalista causada pela economia regional devido a sua produção extrativista que limita a economia regional. Segundo Djalma Batista, isto serve como um grande empecilho para o desenvolvimento da Amazônia.

Para Djalma Batista (2007), a Amazônia não participou do processo de desenvolvimento provocado pela revolução de 1930, já que vivia em condições econômicas de sobrevivência. O povo hinterlandino vivia com o mínimo de artigos indispensáveis à existência, que se reduziam a roupas, querosene que servia para a iluminação, os instrumentos de trabalhos, que eram o terçado, anzóis, facas e, às vezes, cartuchos para a espingarda. Toda essa pobreza que era agravada pelo isolamento, falta de oportunidade e de educação, contribuía para o subdesenvolvimento psicossocial ou sociocultural.

Para Luiz de Miranda Corrêa, (1965) o início da Segunda Guerra Mundial viria tirar a tranquilidade, principalmente, de duas cidades amazônicas: Manaus e Belém. Isso aconteceu porque as fontes produtoras do Oriente passaram para as mãos dos japoneses, inimigos declarados dos Estados Unidos. Nesse período, assinaram acordos, criaram agências brasileiras e norte-americanas, ou mistas, e teve início o que, na época, se convencionou denominar de “A Batalha da Borracha”. Para Corrêa,

Entretanto, de muito pouco se beneficiou a Amazônia com essa segunda, e bem menos importante, fase gumífera. Se na primeira, por imprevidência dos comerciantes e dos homens públicos, as divisas carreadas serviram somente para construir cidades ou embelezá-las, em sua maior parte voltando aos países de origem, a segunda viria beneficiar tão somente o poder central, em detrimento da região produtora, a mais pobre e mais subdesenvolvida do país. Baseados, talvez, nessa certeza, é que, mais tarde, os parlamentares da região, já na constituinte, cobrariam a dívida do Brasil à Amazônia, concretizando a forma de pagamento no plano de Valorização Econômica da Amazônia. (CORRÊA, 1965, P.19).

Segundo Corrêa (1965), os estoques de borracha norte-americanos tinham somente 527.708 toneladas, e, talvez, se conseguisse a metade desta quantidade, usando os restos de objetos de borracha, em todo o país. Em uma economia de guerra, esses estoques não

durariam dois anos. O que era pior em tudo isso era que os Estados Unidos precisavam ajudar outras nações aliadas. Os estoques de borracha ingleses estavam numa situação pior, pois tinham apenas 100.000 toneladas, o que daria apenas para um ano. No geral, as Nações Unidas necessitariam de mais de 800.000 toneladas do produto por ano.

A deflagração da guerra na Europa proporcionou à economia industrial dos Estados Unidos tremendos problemas de fornecimento, sendo o da borracha o mais crítico. Não haviam sido feitas reservas de borracha, embora alguns funcionários governamentais tivessem previsto a escassez. Descobriu-se que as companhias químicas americanas não tinham uma ideia clara sobre a produção de borracha sintética, pois se deixaram enganar por seus parceiros de cartel alemães. (DEAN, 1989, p.131).

Diante de tanta dificuldade que os países aliados se encontravam para adquirir borracha, era necessário utilizar uma estratégia capaz de minimizar a carência desta matéria-prima tão importante naquele contexto de guerra e para isso, os Estados Unidos e a Inglaterra precisariam agir rápido. Diante disso:

Os governos Britânicos e norte-americanos, através da junta de matérias-primas, ou escritório misto de matérias-primas, concordaram em dividir as responsabilidades, na procura, em áreas pré-determinadas, de borracha nativa. A Inglaterra se encarregou das áreas produtoras do Ceilão, Índia, Burma e África, com exceção da Libéria, enquanto que os Estados Unidos, se ocuparam com as compras, e com o incremento da produção de borracha, originárias da Libéria e América Latina. (CORRÊA, 1965. p.20).

Para Corrêa (1965), através dessa política estratégica, a produção teve um aumento significativo. Um exemplo disso foi o Ceilão que, em 1940, produziu 88.894 mil toneladas e passou para 105.500 toneladas em 1943. O governo brasileiro publicou um boletim de informações em 1941, em que fazia uma estimativa sobre a existência de 300.000.000 de árvores de borracha, com uma produção de 800.000 toneladas por ano, numa área próxima de um milhão de milhas quadradas, no Brasil, Peru, Bolívia e Colômbia. Porém, existia um grande problema porque em meio acre de floresta, eram encontrados apenas três ou quatro seringueiras diferentemente das plantações do Oriente onde facilmente se encontravam de 75 a 100 pés, no mesmo espaço.

Além desse problema da distância das árvores, que era um complicador a mais para a produção, existiam ainda outras dificuldades que a Amazônia apresentava para a produção da borracha natural naquele momento. Como assinala Corrêa:

Outras dificuldades apresentava, ainda, a produção de borracha Amazônica. Alimentação, médicos e medicamentos, barcos, combustível e, acima de tudo, braços necessários para aumentar a produção. Para se obterem 50.000 toneladas de borracha nativa, pelos processos habituais, seriam necessários 100.00 mil seringueiros. Na época, estimavam-se em, 35.000 os seringueiros, em toda a área. (CORRÊA, 1965. p.21).

Corrêa (1965) reitera ainda que, em 1912, quando ocorreu a maior produção de borracha amazônica, foram produzidas apenas 42.000 toneladas. Nos anos anteriores à guerra, essa produção é ainda mais reduzidas, não chegando a produzir mais de 20.000 toneladas. A produção Amazônica, juntamente com as outras regiões gumíferas da América latina, não ultrapassaria 67.000 toneladas. As indústrias norte-americanas precisavam, anualmente, de 20.000 mil toneladas do produto. Não havia outra solução, senão, incrementar a produção de borracha, no momento em que as áreas produtoras do Extremo Oriente estavam nas mãos dos japoneses.

Em 1942, os Japoneses tinham-se apoderando de 97% das zonas produtoras de borracha, prejudicando violentamente o esforço de guerra e ocasionando sérios problemas às nações aliadas. Somente os Estados Unidos precisavam de 30.000 toneladas de pneus para veículos a motor. A economia necessitava de veículos, não somente para serem usados nos diversos “fronts” da guerra, como também, para transporta de trabalhadores e de material de guerra. (CORRÊA, 1965. P.23).

Para Corrêa (1965), a diversidade de árvores que produziam goma elástica, hévea e caucho na Amazônia, maniçoba e mangabeira encontradas em outras regiões do Brasil, guanule no México, a castilloa na América Central, tornava difícil, aos técnicos do governo norte-americano melhorar os processos extrativos, com a urgência existente. O governo americano organizou quatro programas diferentes: a) Ir em busca de borracha natural; b) Investir na produção de borracha sintética; c) Investir na pesquisa e na reutilização dos restos de borracha; e) Manter um rígido controle do uso da borracha para colocar em prática o programa do governo norte-americano. Este autor ressalta que

Duas subsidiárias da “Reconstruction Finance Corporation”, a “Rubber Reserv Company” e a “Rubber Development Corporation” (esta última ficaria famosa em toda a Amazônia, conhecida pelas suas iniciais, “RDC”), tomariam conta de três dos quatro programas. O controle do uso da borracha, entretanto, ficaria a cargo do “War Production Board”, com a colaboração e a assessoria de outros departamentos do governo, inclusive do “Office of Price Administration”. (CORRÊA, 1965, p.24).

Corrêa (1965) reitera, ainda, que o programa da “RCF” (Reconstruction Finance Corporation) foi colocado em prática em três etapas: Armazenar a borracha natural durante o

período de defesa. Obter borracha natural durante a guerra. Fomentar um programa de borracha sintética.

1.3 PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E USO DE MÃO DE OBRA PARA O EMPREENDIMENTO

Inicialmente, o programa se concentrou em duas etapas, a compra e a armazenagem da borracha natural, embora essa estratégica política tivesse que ser encerrada rapidamente, por causa da queda das zonas produtoras no Oriente, em 1942. Esse acontecimento mudou totalmente a estratégia, pois, agora, os Estados Unidos, além de adquirir e armazenar a goma elástica, necessitava também ir em busca da borracha natural.

Durante o desenvolvimento da guerra, vários conflitos administrativos ocorreram e isso contribuiu para modificar a estratégia inicial nos diversos organismos responsáveis pelos programas de produção, pesquisa, procura, compra e estocagem de borracha. Embora a “RFC” fosse encarregada de aquisição da borracha, era preciso ser aprovada por vários órgãos do governo Americano, como: “Office of Production Management”, “Board of Economic Warfare”, “Office of Rubber Coordinator”, entre outros.

Para Corrêa (1965), A “Rubber Reserve Company”, que era subsidiária da “RFC”, ficou encarregada da produção sintética, durante o período da guerra. Ficou também encarregada do programa de obtenção de borracha natural até fevereiro de 1943. Este autor acrescenta ainda que,

Entretanto, com relação ao programa de pesquisa, busca e obtenção da borracha natural, os conflitos administrativos se sucediam. Em fevereiro de 1943, decidiu-se retirar da “RRC”, a divisão da borracha natural, conhecida como “Wild Rubber Division”, e com ela formar uma nova corporação que receberia o nome de “Rubber Development Corporation”. (CORRÊA, 1965, p.25).

Após isso, a “RDC” tomou conta do programa de borracha natural, até o fim da Segunda Guerra Mundial, sob a supervisão do “Office of Economic Warfare” e da “Foreign Economic Administration”. Essas duas repartições do governo norte-americano “RRC”⁶ e

⁶ A Rubber Reserve Company (RRC) era uma agência norte americana, instituída por Roosevelt em 28 de junho de 1940. Naquela época ele era presidente dos Estados Unidos. Com capital de 140 milhões de dólares fornecido pela Reconstruction Finance Corporation. Tinha-se como objetivo apontar soluções para os problemas da borracha. Naquele período os EUA estavam com muitas dificuldades para adquirir borracha. A partir daí, a RRC se intensificou no sentido de estudar possibilidades de investimentos na produção de látex em regiões da África e

“RDC” ficaram responsáveis pela fomentação e organização da produção da borracha sintética e natural durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial.

Corrêa (1965) ressalta que, segundo o relatório Callaghan, faltou entrosamento entre os órgãos do governo norte-americano, que foram responsáveis pelos problemas da borracha. Cada órgão elaborava seu próprio plano, sem que houvesse a interferência do governo do Rio de Janeiro. Isso dificultou a organização, no sentido de atrapalhar o governo norte-americano com relação à borracha amazônica. Os representantes brasileiros observavam os planos e os recusavam por envolverem problemas de soberania.

Para Benchimol (1982), uma entrevista do Major Oscar Passos, publicada em um jornal da Bahia, em 1943, retrata fielmente a situação em que se encontrava “A Batalha da Borracha”. O mesmo afirmava que a “Batalha da Borracha” não tinha organização, nem mesmo nos seringais, nas linhas de suprimento, de transporte, de assistência e até de crédito. Quando perguntado sobre o porquê de tal insucesso? Ele afirmou que era devido ao interesse de certos indivíduos juntamente com a incompetência de outros, criando um quadro caótico de desorganização, levando a uma verdadeira descrença a todos. O Major Oscar Passos, que era ex-interventor do Acre e ex-presidente do Banco da Borracha, afirmava ainda que:

As mil e uma organizações, falando línguas diferentes, formam verdadeira Torre de Babel. O SEMTA, agora substituído pelo CAETA, a SAVA, o SESP, o SNAPP e o BANCREVEA não se entendem. O SEMTA traz os nordestinos até Belém e os entrega a SAVA para alimentá-los e encaminhá-los aos seringais. Não sabe o SEMTA se a SAVA possui alimentos e alojamentos disponíveis, nem estes dois sabem se o SNAPP pode transportar os homens, bagagens e materiais rio acima, em tempo oportuno. Nenhum deles leva em conta a época própria para o corte de seringa, nem a viabilidade dos transportes que devem ser realizados em ocasião certa, fatal e própria a cada região, ditada pelas cheias e terríveis vazantes periódicas dos rios. (BENCHIMOL, 1982, p. 74).

Segundo Benchimol (1982), devido a essa situação, muitos dos novos seringueiros chegavam atrasados, ou, às vezes, muito adiantados a certas regiões, sendo comum não haver suprimentos disponíveis para fazer o transporte rio acima, quando a navegação era possível. Muitos gêneros alimentícios apodreceram em Belém e Manaus, devido terem chegado à época em que os altos rios estavam secos, e o resultado de tudo isso era um ano de privação e nenhuma produção.

Corrêa (1965) enfatiza que esse foi o maior programa posto em prática pela “RDC”, no caso, o brasileiro. Entre primeiro de abril de 1942 até 30 de junho de 1946, foram adquiridas 54.477.25 toneladas de borracha, com um preço médio de 76 centavos de dólar por libra de peso. No ano de 1942 no Rio de Janeiro, após a terceira reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos países americanos, finalmente, em 3 de março deste mesmo ano, o governo brasileiro e “Rubber Reserve” assinaram o acordo que ficou conhecido como “Acordos de Washington”, que concretizava a compra do estoque brasileiro de borracha. Esse referido acordo tocava em outros pontos:

- 1) O uso de borracha no Brasil, ficaria restrito ao essencial.
- 2) A venda aos Estados Unidos de toda a produção brasileira de borracha até 31 de dezembro de 1946.
- 3) A criação de uma repartição do governo brasileiro para monopolizar as compras e as vendas de borracha.
- 4) A estabilização do preço do produto em 39 centavos de dólar por libra peso, para conseguir melhor qualidade de borracha levada a seca, não somente destinada à exportação para os Estados Unidos, como, também, para o consumo no mercado interno. Mais tarde, em maio de 1942 este preço foi reajustado para 45 centavos de dólar peso.
- 5) O estabelecimento de um bônus de 2 ½ centavos por libra peso, para toda borracha adquirida acima de 5.000 toneladas anuais, e um adicional de 2 ½ centavos, por toda compra acima de 10.000 toneladas, a ser pago pelo governo norte-americano.
- 6) O estabelecimento de preços, para o excesso de produtos manufaturados de borracha exportável.
- 7) O consentimento da “Rubber Reserve” à criação de um fundo, de US\$5.000.000, para incentivar a produção de borracha. (CORRÊA, 1965, p. 83-84).

Segundo Corrêa (1965), o início da implantação deste programa aconteceu com muita confusão e muita pressa, desta forma, aconteceu à contratação de muitas pessoas, sendo que as mesmas não estavam aptas a desempenhar os serviços necessários. Depois que a organização da “RDC” através do seu presidente Allen ter exercido um grande esforço no sentido de enxugar a máquina para poder movimentar toda aquela estrutura, ele conseguiu êxito, sendo reduzido, em agosto de 1944, o pessoal americano que trabalhava nas áreas de extração de 725 para apenas 440, que foram substituídos pelo pessoal local. O maior problema encontrado foi com relação à admissão de funcionários qualificados e colocá-los nas áreas em que se extraía a borracha. Paulatinamente esse problema foi sendo resolvido, sendo posto um grupo de americanos e brasileiros que, finalmente, puderam desempenhar a contento e com eficiência suas ações nas diversas áreas em que se comprava e embarcava a borracha.

Segundo consta no Diário Oficial de 1942, os Acordos de Washington, relativos à borracha, fixaram o preço em 39 cents por libra, colocado a bordo em Belém do Pará, tinha o prazo de dois anos, sendo que, com direito a reajuste, durante os três anos que sucederem. O governo norte-americano se comprometia ainda com a contribuição de 10 milhões de dólares, para o saneamento, que deverá ser colocado em prática, com a assistência da Fundação Rockefeller, com a cooperação do governo brasileiro, o crédito é de cinco milhões aplicados com a colaboração do Instituto Agrônomo do Norte, nas pesquisas científicas, que tinha como objetivo a melhoria e o desenvolvimento da produção da borracha. Segundo o Diário Oficial citado acima, ainda existiam mais vantagens:

Toda a borracha exportada além do limite anual de 2,5 cents por libras até 10 mil toneladas e, daí para cima, a bonificação subirá para 5 cents por libra, sendo as importâncias oriundas dessas bonificações aplicadas nas mesmas condições e proporção de crédito de 10 milhões de dólares. (AMAZONAS. p. 3, 1942).

Os “Acordos de Washington” causaram uma violenta oposição por parte dos empresários e seringalistas da região, por causa da cláusula que fixava o preço de 39 cents por libra de peso. O sr. Valentim Bouças, que era um dos assessores do ministro Souza Costa, foi totalmente contrário a essa oposição, defendendo-a com veemência na seguinte declaração:

Se fossemos oportunistas e não economistas poderíamos ter obtido preços na base de 50 ou 60 “cents” por libra, circunstância que seria um ótimo negócio de ocasião, mas não uma medida de alcance econômico... A missão Souza Costa poderia ter obtido preços muito mais altos se o que ela visasse não fosse o desenvolvimento da economia Amazônica através da borracha, mas simplesmente o interesse dos açambarcadores e oportunistas que muito já ganharam nos áureos tempos e que adquiriram quintas e vivendas principescas fora do Brasil, deixando a Amazônia no pauperismo em que vive, sem mesmos os traços de sua passagem, a não ser centenas de garrafas de champagne e latas de caviar vazias [...]. (AMAZONAS. p. 3, 1942).

Para Corrêa (1965), o maior opositor norte americano foi o vice presidente norte-americano, Henry A. Wallace, presidente do “Board of Economic Warfare”. Ele tomou a iniciativa de escrever ao Subsecretário de Estado Summer Welles e ao Secretário do Comércio após passar alguns dias da assinatura do acordo, onde afirmava que:

The basic objective was to provide for the type of constructive action which we felt to be necessary, including improvement of transportation to open up remote regions, establishing gattering and bub-depots, with necessary clearings, housing and sanitation work, furnishing supplies and equipping maitaning field expeditions. There was full agreement between the representatives of our Board and of our Departments and the Departments of Agriculture on this plan. (CORRÊA, 1965, p. 56).⁷

⁷ Numa tradução livre, significa "O objetivo básico era fornecer para o tipo de ação construtiva que foi sentida em Bem necessário, incluindo a melhoria do transporte para abrir regiões remotas, que estabelece Bub-depósitos gattering e, com clareiras necessário, habitação e saneamento, fornecendo suprimentos e equipamento expedições de campo maitaning. Houve um acordo completo entre os representantes da UO Diretoria e dos nossos departamentos e os Departamentos de Agricultura sobre este plano ".

Continuando suas críticas, afirmava que a “BEW” não tinha as cópias do acordo realizado com o Brasil, senão após a sua assinatura. Afirmava, ainda, que tinha muito receio por não ter a “RRC” estabelecido uma cota de consumo de borracha, sendo essa a maior falha do acordo na sua visão. O governo norte-americano, diante dessa situação, recomendou abertura de negociação para estabelecer a quantidade de consumo interno, o governo brasileiro concordou em limitar em 10.000 toneladas o total para ser usado no consumo interno.

Corrêa (1965) reitera que: Às vezes nos parece que a história desse esforço, no que diz respeito à produção da borracha para a guerra, é uma história de pequenas intrigas, lutas e ciúmes, quase sempre prejudicando o resultado global. E, como já dissemos, acontecia, abaixo e acima do Rio Grande. É bem verdade que, para o Brasil, se tratava mais de uma questão comercial, que de matéria de sobrevivência nacional. Os funcionários do Rio de Janeiro queriam obter lucros e concessões dos ricos vizinhos do Norte, que encaravam o problema pelo lado da sobrevivência. Para a Amazônia, a esperança de uma nova época de dinheiro fácil, de novas fortunas, de euforia. Esperança que desapareceu rapidamente.

Para Benchimol (1982), a “Batalha da Borracha” começava assim, cheia de discórdia, de acusação e do insulto à gente amazônica que aqui ficou em estágio avançado de pobreza, sobrevivendo ainda à crise causada pela primeira fase da borracha. Iríamos observar, in loco, uma série de erros, melhor dizendo, a repetição dos mesmos erros e do mesmo drama que continuavam sob o comando de novas siglas e órgãos que passaram a gerenciar as operações de “guerra na selva”, debaixo da liderança de tecnocratas que surgiram neste momento, para depois empolgar o processo decisório do nosso ulterior desenvolvimento. Benchimol enfatiza ainda que:

Os acordos de Washington, é de justiça salientar, proporcionaram à região a montagem de um esquema logístico institucional, do qual participou ativamente o governo brasileiro, com o apoio americano, abrindo-se muitas fontes operacionais e estratégicas na área. Os objetivos, no entanto, de um e outro governo, eram até certo ponto conflitantes. Os americanos tinham seu interesse marcado pela urgência e pelo prazo curto, enquanto que o governo brasileiro e a região amazônica tinham os interesses voltados para o permanente e o duradouro, desejando montar na Amazônia, seguindo as linhas mestras do “discurso do Rio Amazonas”, uma política de desenvolvimento: “conquistar a terra, dominar às águas, sujeitar a floresta [...] as tarefas da raça, nessa luta, que já se excede por séculos”. (BENCHIMOL, 1982, p.72.)

Discordamos quando Benchimol (1982) afirma que o governo brasileiro e a região amazônica tinham interesses voltados para o permanente e o duradouro. Na nossa ótica, entendemos que tudo isso não passou de um discurso, uma retórica para empolgar as pessoas

envolvidas nesse processo, no caso, os migrantes nordestinos. O governo brasileiro só desenvolveu essa política de migração por causa dos Estados Unidos que precisavam urgente de borracha natural para suprir a demanda da guerra. Para Pedro Martinello (2004),

Ao deflagrar o conjunto de programas para o fortalecimento da produção gumífera, o governo federal inaugura um padrão novo no relacionamento entre a economia amazônica e a economia nacional: a produção gumífera será, a partir daí, capturada pela dinâmica da industrialização brasileira. Submete-se, portanto, à dinâmica do centro cíclico principal do sistema econômico nacional e suas relações com o centro. (MARTINELLO, 2004, p.15).

Para Benchimol (1982), a batalha da borracha foi de maneira estratégica elaborada nos altos escalões ministeriais dos dois governos que desenvolveram sua política e sua ação baseadas na elaboração de um dispositivo logístico-institucional muito grande para a época. Ele destaca, nesse período, a criação do Banco da Borracha, como uma instituição muito importante. Em 1942, pois foi aplicado um capital inicial de cinquenta milhões de cruzeiros e participação acionária de 40% de uma agência do governo americano que tinha como objetivo desenvolver operações de crédito, fomentar a produção e financiamento da empresa seringueira. Todo esse investimento lhe garantia o direito de exercer o monopólio final da compra e venda da borracha. Esse Banco da Borracha se transformaria em Banco de Crédito da Amazônia e, mais tarde, receberia o nome de Banco da Amazônia S/A.

Outra construção importante foi o aeroporto de Ponta Pelada, em Manaus, e a ampliação do aeroporto de Val-de-Cans, em Belém, que tinha como objetivos servirem de bases operacionais e também de apoio para aviões americanos e para linhas comerciais brasileiras. A criação da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) tinha como objetivo promover o racionamento, devido ao bloqueio marítimo, e normalizar os suprimentos tanto nas cidades amazônicas quanto nos seringais do interior.

Foi criado, nesse período, o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), depois substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) que tinha a função de recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores, na sua grande maioria nordestinos, nos seringais, com supervisão do Departamento Nacional de Imigração (DNI). Eram oferecidas passagens gratuitas nos navios das companhias de navegação, Loyde Brasileiro e SNAPP. Benchimol destaca ainda que o transporte e o suprimento dos seringais funcionava como:

Um esquema de transporte e suprimento, a cargo de uma agência norte-americana, a “Rubber Reserve Company”, posteriormente transformada na “Rubber Development

Corporation” (R.D.C.), cuja sede funcionou, na fase de implantação, nos camarins dos artistas do Teatro Amazonas, com a finalidade de suprir os seringais amazônicos e as casas aviadoras de bens, utilidades, alimentos, instrumentos de trabalho para envios aos seringais, e promover o transporte de passageiros de e para o interior, e de borracha para os Estados Unidos; dada a urgência e o bloqueio marítimo da costa brasileira, eram feitos em aviões Catalina e S-42 diretamente de Manaus e Belém para Miami. (BENCHIMOL, 1982, p.73).

Benchimol (1982) ressalta ainda que, apesar da montagem desse esquema logístico institucional e de serviços que deveriam apoiar as frentes de trabalhos e a reabertura dos seringais silvestres, que tinha como objetivo o abastecimento das bases aliadas, tiveram que enfrentar, devido a sua improvisação, falta de pessoas na organização e desordem administrativa, muitas dificuldades no campo operacional. Nesse sentido, Benchimol afirma que,

No fundo, esse esforço não foi em vão. Nesse período criaram-se instrumentos institucionais válidos, como o Banco da Amazônia, Instituto Agrônomo do Norte, o SESP, os novos territórios Federais, que iriam propiciar uma nova tomada de posição para enfrentar o problema amazônico, sob novas dimensões, no pós-guerra ele marcou, todavia, a consciência brasileira, criou motivação política para enfrentar os novos desafios e despertar o país para a importância do projeto amazônico. (BENCHIMOL, 1982, p.75).

Benchimol finaliza, dizendo que esse esforço foi muito válido naquele momento, fato comprovado no ano de 1946, quando foi inserido o Art. 199 na Constituição Brasileira (BRASIL, 1946), aceitando uma proposição de Leopoldo Carpinheiro Péres, deputado amazonense, no qual o governo brasileiro tinha a obrigação de aplicar, na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo período de vinte anos ininterrupto, a quantia de 3% de sua renda tributária. Tal suporte financeiro, entretanto, não aconteceu.

Batista (2007) afirma que, somente depois de seis anos de muito debate e polêmica, finalmente foi sancionada a Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953 (BRASIL, 1953), criando a Superintendência executora do preceito constitucional, cuja instalação aconteceu no dia 21 de junho do mesmo ano. E os objetivos eram grandiosos, pois incluíam serviços, empreendimentos e obras que tinham como objetivos incrementar o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, como proposta de melhorar os padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região.

Para Batista (2007), foi desafiador estruturar e colocar em funcionamento a SPVEA, ele elenca os motivos:

- a) Novidade que representava, no Brasil, a existência de um organismo visando especificamente à recuperação, valorização ou ao desenvolvimento regional;
- b) Necessidade de disciplinar, através de planos, a aplicação das verbas, com a finalidade de mudar os erros que se amontoaram na evolução da Amazônia;
- c) Inexistência de pessoal habilitado para participar diretamente do empreendimento, sem os compromissos que cedo poderiam levá-lo ao descrédito;
- d) Mentalidade vigorante de que tudo deveria provir do governo, largamente explorada pelos políticos, que disputavam, através do orçamento Federal, recursos para a manutenção de instituições existentes ou apenas imaginadas, que serviam de ponto de apoio a sua atividade.

Batista (2007) conclui, afirmando que esses foram os motivos que, infelizmente, não foram superados e contribuíram para a derrocada da SPVEA. E, finalmente com o início da Ditadura no Brasil em 1964, a SPVEA foi simplesmente esquecida e depois, extinta.

Secreto (2007) enfatiza que, quando se trata de migração no Nordeste o que vem à cabeça é a relação seca-migração. Quando nos referimos à seca no Nordeste no decorrer do século XX, observamos que estão ligadas às crônicas naturalistas, retratando as famílias morrendo de fome, os filhos sendo vendidos pelos pais, sendo abandonados, mulheres se prostituindo e outros casos dessa natureza. Na Amazônia, não é muito diferente, dos aproximados 50 mil “Soldados da Borracha”, incluindo trabalhadores e dependentes que vieram para a Amazônia no período entre 1943-1944, a estimativa aponta que cinquenta por cento morreram ou desapareceram.

Para Secreto (2007), durante o ano de 1942, o Nordeste foi marcado pela seca, colaborando para o recrutamento de nordestinos para os seringais da Amazônia. Nesse ano, foram selados os “Acordos de Washington”, quando o governo Getúlio Vargas firmava o compromisso para a produção da borracha para os aliados, com um pequeno detalhe: eles queriam uma grande produção num reduzido espaço de tempo. Diante disso, havia a necessidade de recrutamento de trabalhadores com muita urgência. Já havia algum tempo que os Estados Unidos e a Alemanha estavam em busca da produção da borracha sintética, embora não descuidassem das pesquisas agrícolas nos campos experimentais na Costa Rica e no empreendimento de Henry Ford na Amazônia.

É importante entendermos que, mesmo antes da assinatura dos “Acordos de Washington” em 1942, os Estados Unidos já estavam instalados no Brasil, especificamente na região amazônica através do investimento de Henry Ford, naquela que ficou conhecida como

Forlândia, um dos maiores investimentos jamais visto anteriormente. Em 1927, o governo do Pará cedeu a Henry Ford um milhão de hectares para o plantio de seringueiras. (GRANDIN, 2010). Isso contribuiu certamente para a sua visionária e apetitosa vontade de investir na floresta amazônica. O principal motivo desse grandioso empreendimento foi desenvolver a borracha natural, matéria-prima de extrema necessidade e grande demanda.

Portanto, devemos compreender esse processo como sendo parte de um contexto de crescimento do capitalismo industrial que carecia urgentemente desta borracha natural para atender à demanda americana, mais especificamente a Cia Ford Industrial, a maior produtora de carros naquele momento, tendo em vista que a borracha sintética, ainda não tinha alcançado seu estágio de desenvolvimento avançado. Daí, a necessidade desse volumoso investimento na Amazônia, para garantir o crescimento da indústria americana. Em se tratando do tamanho da propriedade que viria a ser a cidade de Forlândia, Grandin (2010) afirma que a propriedade poderia ser comparada a um estado americano como Connecticut, ou ainda o Tennessee.

A despeito dos melhores esforços de Thomas Edison para produzir borracha doméstica ou sintética, o látex era o único recurso natural importante que Ford não controlava, embora sua exposição em Nova York⁸ incluísse um modelo de plantação. (GRANDIN, 2010). Este autor comenta sobre a continuidade do projeto Forlândia, ressaltando que,

Nos meses seguintes, à medida que descrevia a empolgação com o modelo A⁹, jornalistas e formadores de opinião começaram a dar a atenção à Forlândia, nome que o projeto de Ford logo recebeu no Brasil. E descreviam o empreendimento como uma competição entre duas forças irresistíveis. De um lado estava o industrial que havia aperfeiçoado a linha de montagem e dividido o processo de fabricação em componentes cada vez mais simples, concebidos para tornar-se um produto reproduzível infinitamente, com o primeiro indistinguível do milionésimo. (GRANDIN, 2010, p. 17-18).

Finalmente, após o final da Segunda Guerra Mundial, a Forlândia que prometia um projeto miraculoso para a Amazônia veio a fracassar em meio a uma série de motivos relacionados às plantações e, principalmente, às pragas surgidas no decorrer desse período que foram determinantes para este processo que culminou com a venda para o Governo Federal através do Decreto-Lei nº 8.440 de 24 de Dezembro de 1945, (BRASIL, 1945)

⁸ A exposição de Nova York foi realizada no velho Madison Square Garden da rua 50, atraindo mais de um milhão de pessoas e eclipsando o National Car Show, ocorrido nas vizinhanças. O evento era realizado em Nova York para exibir o novo modelo A.

⁹ A partir de maio de 1927, quando a Ford Motor Company parou de produzir o modelo T, até outubro, quando foi montado o primeiro modelo A, muitas pessoas duvidavam de que a empresa conseguisse efetuar a mudança.

comprando a Cia. Ford Industrial pela quantia de Cr\$ 5 milhões de cruzeiros. Chegava ao fim a Forlândia.

O aumento da produção da borracha mundial crescera algo em torno de 409.676, quase dez vezes mais durante o período que compreende 1900 e 1922, afirma Pinto (1984), conforme gráfico sobre as exportações brasileiras e mundiais de borracha crua, Segundo Nelson Prado Alves Pinto (1984) pelos números registrados na produção da borracha na Amazônia, a trajetória já confirmava as grandes dificuldades que a heveicultura encontrava naquele momento na região, conforme mostra a tabela 1.

Tabela1 - Exportações brasileiras e mundiais de borracha crua (toneladas).

<i>Anos</i>	<i>Brasil</i>	<i>Total mundial</i>
1900	26.750	44.808
1905	35.000	57.001
1910	40.800	95.611
1915	37.220	173.442
1922	21.775	409.676

Fonte: ([Brasil] SOARES, 1927, p. 58; [Total mundial] KNORR, 1945, p. 247 apud PINTO, 1984, p. 40).

Percebemos que, como peças fundamentais que contribuíram para esses aumentos, destaca-se a revolução que ocorreu nos meios de transportes juntamente com o crescimento da disseminação do transporte rodoviário que contribuiu para transformar a indústria de veículos automotores no principal consumidor de artefatos de borracha (PINTO, 1984, p.40). Este autor confirma ainda que,

E foi exatamente o intenso dinamismo deste setor que possibilitou o rápido ritmo de crescimento observado na produção gumífera, durante o primeiro quartel do século XX. Na verdade, a correlação entre a expansão da produção de borracha vegetal e a de veículos automotores foi quase absoluta. Isso fica nítido a partir dos dados relativos à indústria norte-americana, principal consumidora mundial de borracha. (Pinto, 1984, p.40).

Constatamos que esta relação entre o aumento do crescimento da produção de automóveis, ônibus e caminhões ocorreu de maneira paralela ao aumento significativo da produção da borracha em nível mundial. Isso foi influenciado fortemente pela produção asiática na Malásia, colônia da Inglaterra, que tinha superado a produção de borracha natural na Amazônia a partir de 1912, conforme a tabela 2, que trata sobre as vendas de veículos e importações de borracha pelos Estados Unidos.

Tabela 2 - Vendas de veículos e importações de borracha nos EUA.

Anos	<i>Vendas anuais das fabricas de automóveis ônibus e caminhões.</i>		<i>Importações líquidas de Borracha.</i>	
	<i>(unidades)</i>	<i>(índice)</i>	<i>(toneladas)</i>	<i>(índice)</i>
1900	4.192	100,0	20.308	100,0
1905	25.000	596,4	27.021	133,0
1910	187.000	4.460,9	42.210	207,8
1915	969.930	23.137,6	98.990	487,4
1922	2.544.176	60.691,2	296.394	1.459,5

Fonte: (DRABBLE, 1973, p. 222 e 224 apud PINTO, 1984, p.41).

Foram criados a SEMTA (serviço especial de mobilização de trabalhadores para a Amazônia) e o SESP (serviço especial de saúde pública), pela mobilização de coordenação econômica, o segundo com o objetivo de sanear a Amazônia juntamente com a região do Vale do Rio Doce, onde se produzia borracha e minérios respectivamente, matérias-primas consideradas estratégicas para ajudar os aliados na guerra.

Em se tratando de políticas de migração de nordestinos em sua maioria cearenses, usa-se quase sempre o argumento da seca. Porém, queremos discordar veementemente desse argumento, acrescentando que não se trata somente de seca, o motivo para migração desses cearenses, pois muitas pessoas que estavam numa situação social ruim, com a estrutura fundiária desfavorável à pequena agricultura, e o desemprego estrutural, tudo isso contribuía para que eles avistassem naquela ocasião uma chance de tentar uma nova vida em outro lugar. Existia, também, a possibilidade de fugir do recrutamento para a guerra, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial naquele momento.

Segundo Benchimol (1982), muitos nordestinos vieram para a Amazônia para simplesmente saborear uma aventura; um número considerável, também, veio estimulado pela passagem gratuita ofertada nos navios do *loyde*, assim como pelas promessas do governo. Através de cartazes o governo fazia uma propaganda muito forte de convencimento, dos boatos, dos anúncios dos centros de migração e recrutamento.

Ao discorrermos sobre o processo de migração, observamos algumas abordagens teóricas enfatizando as comunidades, as relações sociais e os seus direitos, semelhantes ao processo de migração que estava ocorrendo com os cearenses que vieram para a Amazônia. Neste sentido, Ferdinand Tonnies (1973) ressalta que, dessa maneira, verificamos a existência e o nascimento de desigualdades reais dentro da comunidade, tanto pelas obrigações e pelos direitos amplos e restritos, sendo considerada também a vontade da comunidade. Portanto,

todas as relações sociais são invenções humanas. Percebemos dois tipos de vontades; a essencial que é caracterizada como instintiva, espontânea, irrefletida que empurra a atividade humana por trás. Temos também a vontade arbitrária que tem como características serem deliberadas, reflexivas e finalistas, com a capacidade de determinar a atividade humana em relação ao futuro. A vontade essencial está presente na vida dos camponeses dos artesãos, enfim, na vida das pessoas comuns, enquanto a arbitrária está relacionada a homens de negócios, cientistas, autoridades e dos indivíduos das classes superiores.

Observamos que a política de migração é conduzida pelo poder do Estado de maneira arbitrária, prevalecendo a vontade do governante que foi captado pela conjuntura internacional do momento, no caso, a conjuntura da guerra, para levar estes cearenses para um local desconhecido e estranho para sua cultura. Percebemos a dificuldade de adaptação desses migrantes quando da sua chegada à Amazônia, pois se depararam com um clima, uma geografia, uma hidrografia, enfim, uma natureza totalmente diferente, trazendo consigo também uma diferente cultura. Não podemos, contudo, negar que, neste primeiro contato houve um choque cultural muito grande. Daí esse sentimento de “estrangeiro” dentro de seu próprio país.

Ao adentrar teoricamente nesta temática que, na nossa ótica, tem relação com esse processo migratório, Georg Simmel (2005) frisa que, na relação entre o “estrangeiro” ou o “estranho”, no sentido positivo, não existe um relacionamento, pois, quando há possibilidade de contato, ele, o “estranho”, é sempre considerado alguém de fora, como se não fizesse parte do grupo ou não fosse membro desse grupo. Portanto, as relações acontecem a partir de certo parâmetro de distanciamento objetivo, porém, partindo das características essenciais de que também ele é um membro de outro determinado grupo. Dessa forma, os contatos com ele são, ao mesmo tempo, estreitos e remotos, no decorrer das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra.

Segundo Simmel (2005), o contato entre estes dois elementos cria uma consciência de haver, conjuntamente, um conflito específico, ou geral e difuso, e mais especificamente, da existência de algo não comum, embora afável a um determinado acento específico, e com condições de promover as relações desejadas. Este é um exemplo de um país, de uma cidade, de etnias estranhas, ou outros tipos, que de maneira nenhuma se refere a questões individuais, porém, a uma estranha, difusa e abstrata origem, que seria comum a muitos estrangeiros. Nesse sentido, os estranhos não são tomados como indivíduos, mas como estrangeiros de certo tipo socialmente definido. Observa-se que não existe mais uma distância em relação a

ele de maneira abstrata e geral, porém com base em elementos socialmente objetivados em relação aos quais ocorrem as possibilidades de proximidade.

Constata-se, na percepção de Simmel, que, mesmo esses migrantes estando inseridos nesse processo de migração para a Amazônia, o sentimento que eles tinham era de total abandono, pela maneira como foram recrutados. Pois as autoridades brasileiras pensaram somente em solucionar o problema da falta de borracha dos Estados Unidos, sem que antes fosse feito um estudo aprofundado para saber como trazê-los de maneira mais humana e digna, pois se o governo tivesse agido assim, com certeza minimizaria o sofrimento dessas pessoas enquanto sujeitos participantes deste processo.

Sobre esse tema da migração ainda, embora seja no contexto da imigração argelina para a França, entendemos como um processo semelhante ao processo de migração na Amazônia. Nesse sentido, Pierre Bourdieu, segundo Sayad (1998), enfatiza que o sociólogo converte-se num escrivão público. Ele consegue trazer à tona, as vozes esquecidas, ajudando-os através do silêncio ou também das falas ou perguntas, com o intuito de achar palavras, reencontrá-las, no sentido de mencionar uma experimentação, o qual é totalmente adverso. “Os dizeres e os provérbios da sabedoria ancestral, as “palavras da tribo” que descrevem seu exílio, *elghorba*, como um ocidente, uma queda nas trevas, um desastre obscuro [...]”. (SAYAD, 1998, p.9). Isso sem se impor como porta-voz e nem se valer da palavra dada, como procedem muitos defensores das boas causas, tudo isso com o objetivo de dar lições ou exhibir bons sentimentos, afirma Pierre Bourdieu. Ele justifica ainda os motivos de Abdelmalek Sayad,

É claro que Abdelmalek Sayad tinha mil motivos para perceber de imediato o que, antes dele, escapava a todos os observadores: ao abordarem a “imigração” – a palavra é clara – do ponto de vista da sociedade receptora que coloca o problema dos “imigrantes” apenas quando os imigrantes “constituem um problema”, os analistas omitiam, na verdade, as questões sobre as causas e os motivos que poderiam ter determinado as partidas e sobre a diversidade das condições de origem e das trajetórias. Primeiro gesto de ruptura com esse etnocentrismo inconsciente, Abdelmalek Sayad devolve aos “emigrantes”, sua origem, e todas as particularidades que a ela encontram-se associadas e que explicam muitas das diferenças observadas nos destinos posteriores. (SAYAD, 1998, p. 11).

Como Sócrates, o imigrante é átopos, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer pela virtude da referência. (SAYAD, 1998, p.11). Este autor destaca que, mesmo sendo cidadão ou estrangeiro, e embora esteja parcialmente do lado do mesmo, ou parcialmente do lado do outro, o “[...] imigrante [...]” habita esse lugar “[...] bastardo [...]”, “[...] enquanto Platão fala na divisa entre o ser e o não-

ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita além do embaraço; e da dificuldade que se experimenta em pensá-lo – até na ciência.”, (SAYAD, 1998, p.11). Que muitas vezes usa, sem sabê-lo, suas conjecturas ou exclusões da Visão Oficial, com o intuito de reproduzir o embaraço que sua ausência constrange, conclui Sayad. Ele ainda ressalta, confirmando que,

O incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. Presença ausente, ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quanto não de “raça”), como também a “generosidade” assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal. Entre as mãos de semelhante analista, o “imigrante” funciona, como podemos notar, como um extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente. (SAYAD.1998, p. 11-12).

Para Sayad (1998), nosso ponto de partida, no primeiro momento, é necessário um aprendizado sobre a emigração precisamente falada ou, ao menos, uma análise das esferas sociais que a concebem, assim como o estudo, para que a pesquisa seja integral, das alterações, destas mesmas condições e, convergente, das modificações da emigração. Necessidade de ordem cronológica, sem dúvida, pois, na origem da imigração, encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade (SAYAD, 1998). Poderá ser conhecido noutro lugar, noutro corpo social, ou noutra comunidade de emigração; como dois rostos numa mesma existência, a emigração aloja-se de maneira contrária à outra direção da emigração, em que se alonga e escapa, ao passo que, o imigrante como duplicado do emigrante, não se oculta ou não se subjuga, tendo sido terminantemente deslembado como tal afirma Sayad (1998). Este autor ainda acrescenta que,

Mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante. Em seguida, temos mais abundantes e mais diversificados, os estudos dedicados às condições de existência na imigração (condições de vida e condições de trabalho principalmente), ou seja, grosso modo, o estudo dos diferentes problemas sociais que foram constituídos como “os problemas da emigração”. E na medida em que os contatos do imigrante com a sociedade que o agrega a si se prolonga, se ampliam e se intensificam, ou seja, na medida em que o imigrante sai da esfera em que o restringem tradicionalmente o estatuto e a condição que lhe são atribuídos, na medida em que vai ganhando novos espaços (alguns deles inédito, como o espaço político), chegando a desmentir a definição dominante que se dá dele e que ele tem de si mesmo, o tratamento social e o tratamento científico, sendo que este se encontra com frequência na dependência daquele, conservado imigrante e, mais amplamente,

a todo o fenômeno da imigração, ganham em extensão e em compreensão. (SAYAD, 1998, p. 14).

Para Sayad (1998), o imigrante, muitas vezes, é o produto de uma problemática que vem imposta de fora, e nem sempre é fácil de escapar, o discurso (científico ou não) relacionado ao imigrante e a migração, estará censurada, para poder expressar a respeito, a embuti-lo em todo um encandeamento de diversos objetos ou de distintos problemas. Aliás, seria possível falar dele de outra forma? Está no estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e, também científico). Neste sentido Abdelmaleck Sayad, conclui dizendo que:

Por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que se encontram associados – problemas que se devem entender aqui no sentido de dificuldades, distúrbios, danos etc.; mais do que no sentido de problemática constituída de forma crítica em relação a um objeto que cria necessariamente um problema e que, característica esta que lhe é própria, existe apenas, no limite, graças aos problemas e que coloca para a sociedade. Sem dúvida, a problemática verdadeira e apropriada a este setor deveria começar por se dar como primeiro problema, como problema prévio, o fato de que se trata de um objeto que cria um problema.¹⁰ Trata-se sem dúvida de uma banalidade, mas de uma banalidade que é importante lembrar, dizer que a imigração é um “fato social completo”, única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, economia, jurídica, etc.). (SAYAD, 1998, p.15).

Portanto, em se tratando de imigração e emigração, na fala de Abdelmaleck Sayad (1998), percebemos existir uma complexidade gigantesca, pois, no momento de sua partida, ele se encontra em estado de emigrante, quando chega, torna-se imigrante, e a sociedade de emigração o esquece antes de ser denominado de imigrante. No nosso entendimento, a sociedade em que estão inseridos os contempla como se fossem objetos inanimados, usando-os apenas como mão de obra necessária, sempre com uma rigorosa exploração, sem no entanto, reconhê-los enquanto sujeitos históricos e sociais que contribuem certamente para o desenvolvimento de uma nação. De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; Sayad completa afirmando que,

¹⁰ Sobre as múltiplas determinações que pesam sobre a produção em ciências sociais relativamente à imigração, ver artigo: SAYAD, A. Tendances et courants dans les publications en sciences sociales sur l: immigration en France depuis 1960. *Current Sociology*, v. 32, n. 3, p. 219-304, t. 2, 1984.

Seria então preciso, no caso desse tipo de objetos sociais, prevalecer-se das boas intenções proclamadas e fazê-las prevalecer sobre a análise sociológica lúcida ou mesmo apesar dela e erigi-las como uma premissa ética, uma espécie de manifesto de benevolência a ele endereçada, para poder se dar o direito do realismo sociológico e o direito de escrever com toda objetividade? Além disso, a sociologia, quando se aplica ao campo da imigração e, de forma mais geral, a todos os objetos sociais dominados (as classes populares, a condição das classes trabalhadoras, habitação social, o território dos subúrbios etc.), não se veria condenada a ajustar seu sistema de interrogações, seus conceitos, seus instrumentos e seus preceitos aos limites (simbólico) socialmente determinados por seu objeto? (SAYAD, 1998 p.21).

Sayad (1998) responde da seguinte maneira, esclarecendo, sobre o chamado método da “biografia constituída”, que, independentemente de sua competência, não obstante daqueles que apreciariam enxergar nessa ferramenta a abertura na direção de uma “nova sociologia”, e completa dessa maneira,

Não seria ele apenas uma das técnicas às quais recorreremos por falta de outros recursos e para compensar a indigência desse objeto (ausência de uma tradição de estudos, ausência de arquivos e de documentos objetivos, de dados sociais rigorosamente coletados e gravados, de séries estatísticas suficientemente longas e homogêneas etc.). Contra essa sociologia do “pequeno” (socialmente) – sociologia do “pequeno”, quer dizer, sociologia dos objetos situados relativamente na parte inferior da hierarquia social dos objetos de estudo, ou “pequena” sociologia; sabemos que a dignidade dos objetos sociais está na medida da dignidade social desses mesmos objetos que foram convertidos em objetos intelectuais -, um duplo processo de intenção pode ser fácil e rapidamente instruído: a dupla crítica, seja numa espécie de reducionismo sociológico, crítica essa que, no caso, frisaria a acusação de racismo na espécie do racismo científico, seja de pecar contra o universalismo da ciência. Como fazer uma sociologia do “pequeno” sem que essa sociologia seja “pequena”? Entende-se assim certas estratégias científicas (ou dos cientistas) que acreditam dever enobrecer o objeto “indigno” sobre o qual estão trabalhando, correndo o risco de desnaturá-lo ou de afogá-lo em outro objeto possuidor de uma dignidade (científica) mais elevada, apenas com o fim de enobrecer da mesma forma o trabalho científico efetuado sobre esse objeto. (SAYAD, 1998, p. 21-22).

Para Secreto (2007), durante o início da Segunda Guerra Mundial, a política externa do governo Getúlio Vargas estava um pouco dividida entre apoiar a Alemanha Nazista ou os Estados Unidos. O bombardeio japonês à base americana de Pearl Harbour em dezembro de 1941, colocou um fim a essa ambiguidade, pois, com o ingresso dos Estados Unidos na guerra, houve exigência da posição das nações americanas. Com o domínio dos japoneses no Pacífico, foi cortado o fornecimento de borracha, sendo necessária uma definição política econômica dos países que pertenciam ao continente, que começaram a abastecer as nações aliadas com matérias-primas. Na sequência, em março de 1942, foram assinados vários acordos em Washington com o objetivo do esforço de guerra para ajudar os aliados.

Segundo Secreto (2007), o recrutamento destas famílias nordestinas que, posteriormente, seriam usadas como mão de obra nos seringais era realizada por órgãos criados para esta finalidade. Temos exemplos como o SEMTA, Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, posteriormente o CAETA: Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, todos os órgãos ligados ao Departamento Nacional de Imigração (D. N. I.). Este órgão tinha o controle sobre o recrutamento, distribuição, hospedagem e alimentação, além do transporte dos migrantes nesse período.

Imagem 2 - Identidade de embarque e colocação de seringueiros (frente e verso).

A imagem mostra a frente e o verso de uma identidade de embarque e colocação de seringueiros. A parte superior contém uma fotografia, uma impressão digital e o nome 'IDENTIDADE PARA EMBARQUE E COLOCAÇÃO'. A parte inferior é preenchida com dados pessoais e profissionais.

REGISTO N. 30:585	Local da Hospedaria	Destino	Rio	Seringal	Contrato agrícola	Condições de trabalho	Empregador (Nome)	Responsável pela colocação (Assinatura)
Pertence a João Batista de Aguiar 19053.	Data de entrada 28/9/44	31/10/44	Envira	Envira	Produção			
Natural de Ceará	Data de saída 30/11/44	19/10/44						
Estado de Ceará	Nome do vapor Para	Stah						
Idade 55 Nascido 5/1/1889	Encar. do embarque							
Nome do Pai Balista Aguiar	Município de Amazonas							
Nome de Mãe Ana Francisca Portela	Distrito							
Estado Civil Casado	Rio							
Profissão Agricultor	Seringal							
EXPEDIDO PELA HOSPEDARIA DE	Contrato agrícola							
	Condições de trabalho							
	Empregador (Nome)							
	Responsável pela colocação (Assinatura)							

ACOMPANHANTES		
NOME	idade	Parentesco
Maria Silveira	42	Esposa
Victor	15	Filho
Manoel	13	Filho
Francisca	12	Filha
Luiz	10	Filho
Paracatu	9	Filho
Francisco	5	Filho

Fonte: Arquivo particular de Sidney Barata de Aguiar.

Observamos aqui uma identidade com o registro nº 30.585 em nome de João Batista de Aguiar, casado, filho de dona Ana Francisca Portela, natural de Crateús, estado do Ceará, 55 anos, agricultor, com destino ao estado do Amazonas, rio Envira, seringal Envira, com um

contrato agrícola de produção, ele trazia ainda, sete (07) acompanhantes: Maria Silveira 42 anos sua esposa, Vicente 15 anos, Manoel 13 anos, Francisca 12 anos, Ana 10 anos, Raimundo 09 anos e Francisco 05 anos, ao todo 06 filhos. Esta identidade estava carimbada pelo Departamento Nacional de imigração, CAETA, Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Existia a seguinte observação: não é válido o retrato que não tiver o carimbo Hospedaria Expedidora. Samuel Benchimol (1982) afirma ser testemunha da chegada destes migrantes durante o que se classificou posteriormente como “Batalha da Borracha”:

A chegada de numerosas levas de migrantes nordestinos que ali aportavam diariamente, atraídos pelo fragor publicitário da famosa “Batalha da Borracha”, em decorrência dos “Acordos de Washington”, assinados logo após a invasão japonesa dos seringais da Malásia.

Secreto (2007a, *passim*) afirma que, durante a década de 1940, com a política de Getúlio Vargas para a Amazônia, tentou-se criar uma corrente migratória para região, com o intuito também de frear a migração de populações para as capitais do Sudeste do Brasil. Vargas realizou o Discurso do rio Amazonas em Manaus no Ideal Club, onde, segundo a autora, o presidente disse aos amazonenses reunidos no Ideal Club daquela cidade que, sem demora, eles seriam incorporados ao corpo da nação, sendo necessário adensar o povoamento, incrementar o rendimento agrícola, aparelhar os transportes. Até o momento, segundo Vargas, o caluniado clima amazônico tinha impedido que partissem contingentes humanos de outras regiões com excesso demográfico. Somente o nordestino, com o seu “instinto de pioneiro”, teria se embrenhado pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre.

Na fala de Getúlio Vargas, citada pela autora, observa-se, primeiro, a ideia da região como vazio demográfico, que precisava primeiramente ser povoada e “incorporada ao corpo da nação”. Quem poderia realizar tal empreitada? Na visão de Vargas, os “nordestinos com seu instinto pioneiro”, ressaltando o papel dos migrantes nordestinos no trabalho da economia do látex.

Secreto (2007) afirma que a migração nordestina nesse período teve basicamente duas frentes: uma dimensão nacional e outra local. O objetivo era claro, o esforço de guerra, a reativação da economia na região como pode observar: na **dimensão nacional**, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil; na **esfera local**, a migração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nelas, era o Norte,

especialmente os estados do Pará e do Amazonas. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo.

Nesta imagem abaixo, Jean Pierre Chabloz,¹¹ retrata uma imensa fartura na Amazônia para o migrante nordestino, mostra ainda que o trabalho desempenhado pelo seringueiro é no quintal de sua casa, percebe-se que existe fartura na criação de animais. Isso foi uma estratégia para convencimento desses nordestinos para virem à Amazônia, quando chegaram aqui se depararam com uma situação totalmente diferente. Percebe-se que, neste contexto de necessidade de homens para a retirada do látex na Amazônia, o governo brasileiro não retratou a realidade que era o trabalho dentro da floresta, preferiu simplesmente usar estratégia para atingir o psicológico desses trabalhadores através de imagens que não condiziam com a real situação na Amazônia.

Imagem 4 - Vida Nova na Amazônia, Fortaleza, 1943.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz do Mauc.

¹¹ No período do Estado Novo, Chabloz foi contratado para empreender uma campanha destinada a atrair mão-de-obra para a extração da borracha. Radicou-se em Fortaleza, onde descobriu o artista primitivista cearense Chico da Silva. O acervo agora exposto, reunindo cartazes, colagens, desenhos, pinturas, cartilhas e outras peças, está em processo de digitalização através de uma parceria com a Caixa Econômica Federal. Fonte Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – Mauc.

Para os migrantes que chegavam à região amazônica, a “Batalha da Borracha” poderia significar, além de promessas de melhoria em suas condições de vida, também a fuga do recrutamento forçado para o combate na guerra. O discurso de Getúlio Vargas fomentava significativamente a ideia de integrar a região ao restante do país e também o desenvolvimento da Amazônia como área estratégica do Brasil.

Carlos Mendonça (2002) ressalta também a reativação da economia da Amazônia dentro do contexto do esforço de guerra, considerado pelo autor uma das ações efetivamente significativas do Estado, como fator fundamental para a manutenção da indústria bélica no período. Mendonça (2002) observou a chegada das primeiras populações de migrantes nordestinos que foram acolhidas pelo Interventor Álvaro Maia. O autor descreve uma passagem a respeito de um grupo de viajantes que se assentou no Aleixo:

Os velhos chegam taciturnos e sombrios, relembrados da terra sertaneja, que não verão jamais. Os jovens espalham-se pela praça, admirados de encontrar no seio escuro da Selva tantas casas novas, amplas, confortáveis. Mulheres gritam e gesticulam á procura das bagagens, com os filhos agarrados ao colo. As fisionomias são profundamente abatidas, todas. Roupas sórdidas. Descalços. (MENDONÇA, 2002, p.06).

A migração de nordestinos para Manaus iria marcar um novo surto de crescimento da cidade, e a repercussão deste processo migratório irá ter um impacto importante na sociedade amazonense. Segundo Benchimol (1982), o Departamento Estadual de Estatística no Amazonas, sob a direção do professor Júlio Uchôa, elaborou uma estatística de entrada e saída de passageiros pelo porto de Manaus, durante o período de 1941 a 1945. Os registros de entrada foram os seguintes:

Quadro 1– Estatística de entrada e saída do Porto de Manaus [adaptação].

Anos	Homens	Mulheres	Total das entradas
1941	13.910	8.267	22.177
1942	17.928	9.023	26.951
1943	24.399	9.419	33.818
1944	27.139	10.287	37.426
1945	21.807	9.959	31.766
Totais	105.183	46.955	152.138

Fonte: (BENCHIMOL, 1982, p. 115).

Benchimol (1982) afirma ainda que, do total de 152.138 pessoas, 74.022 tinham procedência de outros estados, 76.988 do interior do estado e 1.128 do estrangeiro. 74.720 dessas pessoas viajavam em 1ª classe, 107 em 2ª classe e 77.311 em 3ª classe. Diante disso, Benchimol (1982) conclui que durante a batalha da borracha no período de 1941 a 1945, entraram em Manaus cerca de 74.022 pessoas procedentes de outros estados. Vale ressaltar que, tanto SEMTA quanto CAETA, somente disponibilizavam passagens gratuitas na terceira classe, 77.311 estavam nessas condições, daí se conclui, que o movimento migrante, nesse período, foi de cerca de 75.000 nordestinos somente na Amazônia Ocidental.

Esta estatística se confirma pelos registros de saída do porto de Manaus, fornecidos pelo referido departamento, para o período em estudo.

Quadro 2 – Registros de saída do Porto de Manaus.

Anos	Saídas para o interior do Estado	Saídas para outros Estados	Saídas para o estrangeiro	Total das saídas
1941	10.993	6.833	82	17.908
1942	15.745	6.509	96	22.350
1943	19.640	8.296	395	28.331
1944	12.266	9.956	134	22.356
1945	13.634	13.400	89	27.123
Totais	72.278	44.994	796	118.068

Fonte: (BENCHIMOL, 1982, p. 115).

Benchimol (1982, *passim*) enfatiza que foram para o interior nesse período 72.278 pessoas, e, segundo as estatísticas foi registrada a entrada de 74.022 pessoas vindas de outros estados, sendo provavelmente a maioria do nordeste. Isso só vem confirmar mais uma vez o prognóstico citado acima, de que o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima receberam 75.000 migrantes durante a “Batalha da Borracha”. Conclui-se supondo que, ao analisar esses quadros, verifica-se que entraram em Manaus 152.138 pessoas e saíram 118.068 e provavelmente 34.070 migrantes permaneceram em Manaus. Data daí, o reinício do crescimento demográfico da cidade com o afluxo de novos migrantes, provenientes do êxodo rural que iria se avolumar nas décadas subsequentes.

1.4 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

Nessa seção será apresentado um breve contexto histórico do desenvolvimentismo e do subdesenvolvimentismo nacional.

1.4.1 Breve contexto histórico do subdesenvolvimentismo

No limiar do século xx a economia capitalista mundial navegava em águas cada vez mais turbulentas, enquanto a teoria econômica tradicional, de extração neoclássica, ainda insistia na eficiência da livre concorrência. (MANTEGA, 1984). O que se pretendia era tentar manter o equilíbrio para evitar consequências maiores. No entanto, o que ocorreu foi uma grande crise generalizada que envolveu praticamente o mundo inteiro em 1929, colocando o capitalismo mundial numa situação jamais vista anteriormente, abalando fortemente as bases da economia liberal.

Segundo Mantega (1984), uma das maneiras de tentar contornar essa crise na qual o capitalismo estava inserido era renovando a economia política, através de novas técnicas de interpretação e intervenção que fossem suficientes para minimizar as contradições da acumulação de capital, tais como: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucros, a superprodução de mercadorias, o desemprego, as oscilações do mercado, e outras perturbações que afligiam crescentemente a burguesia.

Diante desse contexto de incertezas, não se apresentava nesse momento nenhuma solução capaz de dar cabo a esta crise de tamanha repercussão e instabilidade no sistema capitalista mundial. Mantega, na sua concepção, entendia que,

Naturalmente não cabia, para os teóricos da burguesia, lançar mão da teoria marxista, a despeito desta ter previsto o caráter anárquico do capitalismo e suas crises periódicas; mesmo porque o fundador do movimento comunista internacional estava mais preocupado em fornecer elementos que terminassem de vez com a exploração capitalista, enquanto a economia política burguesa objetivava justamente prolongar-lhe a existência. Assim, na esteira dos percalços do capitalismo, surge um novo filão teórico, no seio da própria economia política burguesa, com vistas a superar a ineficiência do liberalismo econômico face à recorrente instabilidade da economia capitalista, por meio de uma maior intervenção do Estado nos domínios da economia. (MANTEGA, 1984, p. 25).

Mantega (1984) destaca como sendo da maior importância os precursores da Nova Economia Política, como: Piero Sraffa, Joan Robinson e Edward Chamberlin. Esses autores

constatarem que a concorrência capitalista não tinha a perfeição que a economia clássica afirmava. Diante disso, criaram a Teoria da Concorrência Imperfeita. Enquanto Joseph Schumpeter, Michael Kelecki e John M. Keynes e seus contemporâneos se empenhavam em dar consistência a uma teoria do ciclo econômico que auxiliasse a neutralizar os períodos de contração das atividades.

Porém, o grande destaque foi Lorde Keynes que suscitou uma revolução teórica, passando a se chamar de “revolução Keynesiana”. Em relação a essa revolução teórica proposta por Keynes, Mantega observa que,

Segundo a nova ótica Keynesiana, as forças do mercado, deixadas a si mesmas, estariam longe de promover a alocação ótima de recursos, causando, pelo contrário, capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Nesse contexto, fazia-se necessária a intervenção mais decidida do Estado na economia, não mais apenas enquanto administrador da coisa pública (defesa, educação, justiça, etc.) ou mero regulador das atividades privadas, mas também enquanto agente direto da produção, aumentando os investimentos e gastos da sociedade (tidos como insuficientes no capitalismo avançado), privilegiando determinados setores em detrimento de outros, enfim, orientando a estrutura econômica para uma produção mais equilibrada. (MANTEGA, 1984, p. 25-26).

Observamos que, após essa revolução teórica instituída por Keynes, o mundo sofreu uma grande ruptura, pois, nesse momento, plantava-se a base do intervencionismo na economia, que futuramente daria resultados positivos para uma grande maioria de países capitalistas, incluindo também os países pobres ou subdesenvolvidos. Nascia, nesse período, uma corrente do intervencionismo, que era contrária ao liberalismo econômico.

Segundo Mantega (1984), no Brasil, iniciava-se uma grande batalha em torno dessa problemática a partir dos anos 30 e ganharia grandes proporções nos anos 40, no plano teórico e vida político-econômica do país, envolvendo Roberto Simonsen que era empresário e líder da Federação das Indústrias de São Paulo que defendia com veemência o intervencionismo econômico, e, por outro lado, o professor Eugênio Gudín, que fazia apologia ao liberalismo econômico. Nesse momento, ele era diretor de empresas estrangeiras. Guido Mantega reitera afirmando que,

Roberto Simonsen propunha um projeto de desenvolvimento que feria o menos possível os interesses econômicos das oligarquias agroexportadoras, buscando o velho caminho da conciliação (o chamado Estado de compromisso) que vinha caracterizando o Estado brasileiro desde a república. Em outras palavras, propunha-se um avanço mais acentuado da industrialização por meio da proteção tarifária e com base na infraestrutura a ser proporcionada pelo Estado, mantida a importância do setor exportador enquanto fornecedor, tanto das divisas para as crescentes importações brasileiras, quanto das matérias-primas e alimentos requeridos pela

expansão urbano industrial, tudo isso orientado e sincronizado pelo planejamento estatal. (MANTEGA,1984, p.27)

1.4.2 O desenvolvimentismo no Brasil

O desenvolvimentismo foi a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira e também, de modo geral, todo o pensamento econômico latino americano. (MANTEGA, 1984, p.23). Segundo Guido Mantega, o desenvolvimentismo recebeu influência direta da corrente Keynesiana que se manifestava contrária ao neoliberalismo neoclássico, pois essa ideologia foi compartilhada por uma grande maioria dos intelectuais do Brasil e América Latina nas décadas de 40 e 50, tornando-se um símbolo de luta de um número diverso de forças sociais que apostavam na industrialização e na solidificação da evolução do sistema capitalista nos países de ponta desse continente.

Mantega (1984) afirma que, para mudar esses países pobres e dependentes, que na sua grande maioria sobreviviam das exportações, em nações prósperas, era necessário ter autonomia. Pois havia a necessidade de mudanças estruturais no sentido de promover a participação do Estado na economia através de um planejamento geral, de maneira a tornar o terreno fértil para a implantação da industrialização nacional. Por conseguinte, o desenvolvimentismo não transitou apenas na elaboração teórica acadêmica, porém, adentrou ao espaço da política econômica e do planejamento governamental, estimulando a construção de “planos de desenvolvimento”. Devido a isso, percebe-se, como de suma importância, a análise econômica e também as orientações sobre desenvolvimentos formulados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), ambas se tornando as bases do desenvolvimentismo.

No campo teórico, a CEPAL inaugurou uma interpretação original das relações entre os países capitalistas avançados e os da chamada periferia latino americana. (MANTEGA, 1984). Na área da Política Econômica e do planejamento, inspirou a ação de vários países no sentido de lhes proporcionar os principais componentes dessa ideologia desenvolvimentista na década de 1950.

Para Mantega (1984), é relevante destacar que o Brasil foi contagiado pela ideologia desenvolvimentista por volta de 1950, especialmente pelos ideais da CEPAL, tanto no plano teórico, quanto pelas ações governamentais. Porém, é necessário termos cautela para falar de uma economia política brasileira nesse período, porque a grande maioria das análises e

orientações teóricas que se estudava no Brasil emanava de autores estrangeiros qualificados no “subdesenvolvimento”, como: Raul Prebisch, Gunnar Myrdal, Ragnar Nurkse. Somente do meio para o fim da década de 1950, nascem os primeiros trabalhos brasileiros, oriundos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) baseados, sobretudo no conhecimento teórico da CEPAL e outras fontes desenvolvimentistas. Mantega ressalta que,

Ao que tudo indica, o ideário cepalino inspirou a política econômica brasileira pelo menos durante boa parte da década de 50, como se pode verificar pelo Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reaparelhamento Industrial do segundo governo Vargas e, principalmente, pelo Plano de Metas, orientados pelas conclusões e diagnósticos da Comissão Mista Brasil-EUA e pelo Grupo Misto BNDE- CEPAL. (MANTEGA,1984, p.24).

É relevante destacar que esse projeto de nacional desenvolvimentismo limitou-se somente a transformar as atividades econômicas, sem contudo, não tocar de maneira significativa nas instituições políticas do país. “Essa ausência de um novo projeto de dominação política indicava que as frações emergentes da burguesia industrial brasileira não pretendiam ou não reuniam condições para retirar o poder político das mãos das outras classes dominantes”. (MANTEGA,1984). Porém, objetivava apenas compartilhá-lo, fazendo com que fossem as mesmas sustentações autoritárias que estavam em vigor na república brasileira, reitera Mantega.

Nesse sentido, não se pode considerar o projeto de desenvolvimento apresentado por Roberto Simonsen, como um projeto de dominação ou de hegemonia da burguesia industrial brasileira (MANTEGA,1984); este autor acrescenta ainda que, mesmo que tivesse semelhanças com os projetos de hegemonia e alcançasse uma sucessão de mensuração social que considerassem acrescentar os supostos benefícios da industrialização incluindo na sua totalidade a população. Mantega explica que,

Tratava-se, isto sim, de uma proposta de transformação burguesa conservadora, semelhante a que ocorrera na Itália e outros países europeus¹² que procurava observar as crescentes pressões das massas urbanas e, ao mesmo tempo, seduzi-las e cooptá-las para o novo projeto social. (MANTEGA, 1984, p.27).

Essa ideologia desenvolvimentista crescia tanto na nascente burguesia industrial, quanto na classe média urbana e nas forças armadas, que nesse momento encontrava-se com

¹² Segundo Guido Baglione, a burguesia industrial promoveu um processo de industrialização procurando manter as relações sociais tradicionais, sem desafiar decisivamente o domínio das velhas classes dominantes e sem alterar o quadro político-institucional. Vide a respeito: BAGLIONE, G. L’ **Ideologia della Borghesia Industriale Nell’ Itália Liberale**. Turim, Piccola Biblioteca Einaudi, 1974.

bastante força política na jovem república brasileira. Encorpava-se, dessa maneira, uma ideologia desenvolvimentista intervencionista, que tinha apoio nos segmentos da população e representada na burocracia estatal do Estado Novo. Confirmamos a presença desta ideologia num discurso proferido por Getúlio Dorneles Vargas em 1944. Observe na fala de Vargas,

Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do “laissez-faire” econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos. É a anarquia pura e simples. Esta verdade, cabalmente confirmada pelas punições da guerra às grandes potências mundiais, torna-se de maior evidência em relação aos povos como o nosso, em plena fase de crescimento e expansão. (VARGAS, 1944 [Discurso] p.57 *apud* MANTEGA, 1984, p. 29).

CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA

“No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo, ou você faz uma coisa bem feita ou não faz.” (Ayrton Senna).

Neste capítulo, abordaremos as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia. No primeiro momento, o destaque será a borracha natural, tanto na primeira, quanto na segunda fase, quando ocorrerá a retomada da sua produção que, naquele momento, ficou conhecida como “Batalha da Borracha”. Posteriormente, as políticas públicas de desenvolvimento terão novo rumo, que incluirá a criação de vários órgãos que farão parte da infraestrutura a ser usada para o programa de desenvolvimento da Amazônia, no período do governo Vargas e, principalmente, após o Golpe de Estado dos militares. O contexto histórico mundial daquele momento fez com que os militares fossem induzidos a fazer uma rearticulação da economia do Brasil com o capital internacional, criando condições econômicas e políticas para propiciar uma grande concentração e centralização do capital estrangeiro, nacional, etc. Para Octávio Ianni (1986), na prática, o que ocorreu foi que os governos militares criaram toda uma infraestrutura e entregaram a Amazônia para ser explorada de maneira intensiva e extensiva pelo capital estrangeiro.

Segundo Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Barbosa Costa (2008), os primeiros cearenses a enfrentar os rios em busca de seringais em 1869, sendo considerados os primeiros paroaras, foi João Gabriel de Carvalho e Melo que trouxe nesse ano para a Amazônia, especificamente para o baixo Purus, 50 homens de Uruburetama. Neste mesmo ano deslocaram-se para o Amazonas 1.603 cearenses. E em 1900 seguiram mais 15.773 migrantes, dos quais 9.296 embarcados em Fortaleza e 6.477, no porto de Camocim – todos com ajuda do Governo Federal. Consolidava-se um fluxo migratório no eixo Nordeste/Amazônia. (GONÇALVES; COSTA, 2007, *passim*).

Na arte de se tornar seringueiro, o triste deserdado, ou esperançoso, do Nordeste vai moldando sua vida à nova realidade: de brabo, passa a ser manso, aprende a domar outra montaria, a canoa, e as pegadas dos rios são marcas do tempo. (GONÇALVES; COSTA, 2007). Esta autora ressalta, ainda, que a alma do seringueiro alcança uma profundidade tão grande quanto os rios, embora isso se reflita de maneira silenciosa nas falas das populações

nativas que sofreram com as mudanças em seus territórios, provocadas, sobretudo, pela saga desses migrantes que tinham “fome de seringa”. Gonçalves e Costa reiteram que:

O seringueiro fez correrias contra o nativo e mudou a paisagem, alterou parcialmente o meio ambiente, pois a riqueza que buscava estava sobre a terra. Ele sangra a árvore para fazer a “pela”, não precisa arrancar a “pela” da natureza. Não desfigura a paisagem de forma violenta como ocorrerá na fase da ocupação da Amazônia, de forma caótica, desenfreada, desordenada e criminosa, pela agropecuária, mineração e, especialmente hoje, pelo agronegócio. Neste processo, a terra é rasgada, despojada de sua paisagem e de sua gente – índios e seringueiros que assumem juntos, uma nova identidade: “povos das florestas”, guardiões das matas, da vida, da natureza. (GONÇALVES; COSTA, 2007, p.20).

Segundo Antônio Luiz Macedo da Silva Filho (2008), após a entrada dos Estados Unidos na segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941, ocorreu uma readequação em se tratando das relações diplomáticas a partir das quais se desenvolveram o progressivo ordenamento do Brasil aos aliados; depois duma sucessão de medidas, finalmente em agosto de 1942, foi declarada guerra às potências do eixo. A situação do estado do Ceará encontrava-se difícil por causa da seca que assolava o interior do estado, em momento marcado pelo desespero do engajamento do Brasil no esforço de guerra. Convivia-se com uma forte mobilização patriótica, uma política de controle da população civil, uma tensão muito grande devido ao perigo de bombardeios nas cidades urbanas que se localizavam no litoral brasileiro. Toque de recolher, desfiles marciais, comícios inflamados em praças públicas, passeatas de exortação cívica, conscrição militar para a formação dos quadros de combatentes, cidades às escuras tendo em vista o melhor resguardo das temidas investidas aéreas dos inimigos. (SILVA FILHO, 2008).

Embora convivessem com a falta de chuva, o mais agravante era o medo devido ao clima de guerra que se instalara, pois, a qualquer momento, existia a iminência de um bombardeio sobre os domicílios de Fortaleza. Neste sentido, Silva Filho enfatiza que:

No ano da desgraça de nosso Senhor de 1942” – como aludiu irreverente o poeta Aluízio Medeiros -, conceberam-se, outrossim, diversas campanhas e medidas voltadas à modelação de estados de espírito que, estendeu-se até o término da guerra, se pretendiam condizentes com o proclamado imperativo de segurança nacional. Ligas femininas organizadas para confeccionar agasalhos destinados aos soldados brasileiros; cursos preparatórios de enfermagem; coordenação da sociedade civil para a coleta doméstica de metais a serviço do reaparelhamento das forças armadas; arregimentação de trabalhadores para a assim chamada “Batalha da Borracha”, a ser travada na selva amazônica, sob condições aviltantes dos empregados na faina dos seringais; criação de grupos voltados à recolha de donativos para a causa aliada; séries de cursos, palestras e conferências ministradas em escolas, clubes, agremiações e sindicatos sobre a necessidade imperiosa e sacrifício em nome do dever patriótico; montagem de um aparato difuso de vigilância, suspeição e delação que, sob regime autoritário, acentuava os já estreitos

limites à expressão da opinião e promovia nos indivíduos disposição avessa a ideias divergentes do discurso oficial, em regras estigmatizadas como traços de subversão ou quinta-colunismo e por isso submetidas a penalidades previstas em lei. Desenhasse uma funesta cumplicidade entre a conjuntura belicosa e o acirramento de dispositivos de controle social. (SILVA FILHO, 2008, p. 24).

Para Silva Filho (2008), o objetivo de Getúlio Vargas através do Estado Novo era articular estratégias para a mobilização completa da população brasileira, no sentido de expressar uma “batalha da produção”, desta maneira, não atendendo às reivindicações dos operários, retiradas de direitos trabalhistas, intervenção militar nas fábricas, principalmente as de têxteis, aumento da jornada de trabalhos em muitos setores, “[...] além da militarização do cotidiano com seus apelos à transformação de cada cidadão em soldado; a invenção de uma política de escassez; o mascaramento dos conflitos sociais mediante a construção de um front interno aglutinando as diversas classes.”. (SILVA FILHO, 2008, p. 25).

O professor João Ernani Furtado filho, ao se referir aos aspectos da propaganda do governo Vargas, explica que:

Uma das habilidades da propaganda política é a de disfarçar-se de relatório, parecer técnico ou boletim estatístico. O estatuto de cientificidade serviria para alimentar o credo no tom objetivo e neutro dos enunciados oficiais. O básico da propaganda política é alardear feitos e dirimir críticas. O clima de beligerância favorece visões extremadas. Entre um “nós” e os “outros”; além de emprestar uma simbologia e um vocabulário peculiares. A lógica do “esforço de guerra” valorizava a identificação do trabalhador como um soldado, além de colocar em primeiro plano valores como coragem, heroísmo, estratégia, obediência e decisão. (FURTADO FILHO, 2008, p. 31-33).

Logo após a Amazônia entrar em crise por conta da produção de borracha na Malásia, o governo brasileiro ensaiou um discurso para proteger a Amazônia, mais não passou de retórica, pois, na prática, a grande produtora de borracha natural, até então, que era a Amazônia, não foi beneficiada a contento pelos decretos e leis que foram criados a partir de 1912. Para Nelson Prado Alves Pinto (1984), a Legislação de 1912, através dos decretos nº 2.543-A (BRASIL, 1912) e 9.521 (BRASIL, 1912a), trazia em seu bojo benefícios para a primeira fábrica de artefatos de borracha que se fixasse em Manaus, Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro, no entanto nada ocorrera até 1922. Estávamos em pleno início da indústria de transformação no nosso país. Esses decretos favoreciam curiosamente as cidades e estados que deveriam estimular o setor industrial gumífero. Convém observar que fosse aceitável a inclusão de Belém e Manaus devido a sua vinculação a borracha e sua transformação a região amazônica, porém, não se conseguia entender a inclusão de Recife, sem nenhuma experiência

na tradição relacionada à cultura da borracha. A Bahia pela mínima experiência que tivera no início do século XX até que dava para ser compreendido. Pinto assinala ainda que:

Para tanto, o artigo 47 da lei nº 4.242 de 5 de janeiro de 1921 (que fixava a despesa geral da república, para o exercício de 1921) autorizava o governo a: “conceder às fábricas de artefatos de borracha que, dentro de 3 anos, se fundarem em qualquer ponto do território nacional e que se empreguem exclusivamente borracha extraída no Brasil, além dos favores constantes da lei nº 2.543-A de 5 de janeiro de 1912 e do decreto nº 9.521 de 17 de abril de 1912, garantia de juros durante 3 anos de 6% ao ano (...)”. Seguiam-se as especificações para a concessão da garantia de juros, isenções fiscais e prêmios em dinheiro. (PINTO, 1984. p.87).

Segundo Pinto (1984), este artigo anterior foi fortalecido pelo artigo nº 178 da lei nº 4.793 de sete de janeiro de 1924 (BRASIL, 1924). Esses benefícios foram regulamentados, sofrendo alterações através do decreto nº 16.763, de 31 de dezembro de 1924 (BRASIL, 1924a), que beneficiava as fábricas de artefatos de borracha já criadas e as que fossem criadas, desde que conseguissem ampliar suas instalações no período de três anos seguintes, seriam beneficiadas com isenção de impostos federais sobre a construção, ampliação e exploração das fábricas, durante vinte e cinco anos; incluía ainda prêmios de 500 contos de réis quando concluídas a construção ou ampliação, com a seguinte condição, desde que houvesse gastos de dois mil contos de réis no mínimo, mais 5% do capital gasto, após o período de um ano de funcionamento, com a utilização de no mínimo cinquenta mil quilos de borracha bruta. Para Pinto,

Tratava-se de favores generosos, mesmo considerando a ausência da garantia de juros citada no artigo 47 da lei nº 4.242, e, sem dúvida alguma, com endereço certo. Com efeito, das companhias beneficiadas, apenas uma – J.G. Araújo, pelo decreto nº 16.763, de 31 de dezembro de 1924 – se localizava em Manaus, sendo as quatro outras (Cia. Brasileira de Artefatos de Borracha, S/A Fábricas Orion, S/A Ateliers de Construction Electriques de Charleroi e Theodore Putz e Cia.) estabelecidas em São Paulo (3) e no Distrito Federal (1). Em relação à empresa Belga Charleroi (hoje em dia Iduselet S/A, Ind. De Mat. Elétricos Charleroi), é interessante notar que sua autorização para funcionamento no país data de dezembro de 1923, ou seja, em plena vigência do art. 47, citado anteriormente. (PINTO, 1984. p.87).

Para Pinto (1984), levando-se em conta os capitais envolvidos no extrativismo amazônico, o incentivo que foi dado para o desenvolvimento da indústria de artefatos no sul do país não foi relevante, pois não apresentava qualquer benefício em relação à exportação. É importante enfatizar ainda que a criação da atividade industrial no Sul do país ocorreu de forma desarticulada do extrativismo amazônico. Essa falta de sintonia, aliás, continua ocorrendo de forma dominante no crescimento do domínio gumífero. No que diz respeito à política econômica governamental, este imbróglio foi resolvido com o favorecimento do setor

industrial devido à forte participação sulista na indústria, e do descaso com o extrativismo gumífero. Para Pinto (1984), a retórica oficial de Getúlio Vargas estava de acordo com o “plano de defesa da borracha” apresentada em dois de janeiro de 1930, onde afirmava que:

Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. Este é sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista de nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. (ANDRADE, 1950 apud PINTO, 1984, p.12).

Portanto, constatamos que as autoridades sabiam da necessidade da produção de borracha natural para suprir pelo menos o mercado interno, porém existiam as dificuldades para serem resolvidas, como por exemplo: em relação à população amazônica, existia sua dispersão espacial e localização ao longo dos principais rios navegáveis, para isso era necessário adotar medidas que fossem razoáveis, levando-se em consideração a pesca e a agricultura de subsistência, atividades já difundidas. Vale lembrar ainda que, no discurso de Getúlio Vargas, ele falava da necessidade de uma grande quantidade de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento gumífero na Amazônia, como não foi posto em prática essa política de desenvolvimento naquele momento, a Amazônia ficou condenada ao imobilismo da atividade gumífera. Para Pinto,

O resultado dessa situação foi à estagnação da economia amazônica, cuja população se manteve inalterada entre 1920 (1.439,1 mil habitantes) e 1940 (1.462,4 mil habitantes) enquanto que para o conjunto do país seu crescimento foi de, aproximadamente, 35% (1920 – 30.635, 6 mil habitantes e 1940 – 41.236, 3 mil habitantes). (PINTO, 1984, p.90)

Segundo Pinto (1984), o ligeiro aumento do consumo interno de borracha não combinava com o aumento da sua exportação, diante disso, houve pressão por parte das indústrias de artefatos de borracha do sul do país, cujas reivindicações foram atendidas de imediato através do decreto nº 3.359 de 20 de junho de 1941 (BRASIL, 1941), que estabelecia um controle sobre as exportações da borracha nacional. Nesse decreto ficavam estabelecidos três aspectos fundamentais:

- a) Ficava assegurado que a indústria nacional tinha a opção de compra da borracha que fosse exportada, com a mesma condição de igualdade de preços;

- b) Ficava a cargo do Governo Federal a fixação de preços, dos artefatos e da borracha nacional;
- c) Seria criada uma organização permanente reguladora do comércio de borracha, que tinha como meta o controle a comercialização e a produção dessa matéria-prima. Não demorou muito foi instituído o decreto nº 3.547 de 22 de agosto de 1941, onde esse controle era estendido à importação, à exportação e ao nível de preços internos dos artefatos da borracha. É muito importante enfatizar a relevância desse decreto, pois de certa forma demonstrava uma preocupação governamental, porém, com eclosão da Segunda Guerra Mundial, haveria uma nova realidade política, fazendo com que esse decreto perdesse sua razão de ser.

É importante observar que, apesar da pressão por parte dos parlamentares da região Norte, não se conseguia obter êxito no sentido de sensibilizar o Governo Federal, que infelizmente, não via com bons olhos, investimentos abundantes numa região sem nenhum peso político no cenário nacional. Para Pinto (1984), essa mobilização para ampliar a produção extrativista na Amazônia, se consolidou num desorganizado programa de desenvolvimento regional, denominado de “Batalha da Borracha”, tendo, como sua principal característica, a falta de um plano diretor para direcionar suas atividades. Através do Decreto Lei nº 4.221 de 1 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), foi criado o Banco de Crédito da Borracha que, junto com a agência norte-americana Rubber Development Corporation (RDC), tornaram-se os dois órgãos mais importantes da “Batalha da Borracha”. O Banco de Crédito da Borracha (BCB) foi tão importante nesse processo que, em 1946, se tornou um banco de desenvolvimento regional, com o nome de Banco de Crédito da Amazônia S.A, e finalmente em 1966, foi transformado em Banco da Amazônia S.A (BASA), permanecendo até hoje.

Através da portaria nº 28 de 30 de novembro de 1942, do Coordenador da Mobilização Econômica, foi criado o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), e criado também pelo Decreto Lei nº 5.044 de 4 de dezembro de 1942 (BRASIL, 1942a), a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que tinha a função de organizar o racionamento de gêneros escassos, estocar produtos com o objetivo de suprir integral e continuamente os seringais em funcionamento, acumulou ainda a função de encaminhar aos seringais os trabalhadores trazidos pela SEMTA até Belém. Pinto conclui dizendo:

Na verdade, a história da produção de borracha na Amazônia já havia demonstrado, de forma inequívoca, as enormes dificuldades que a heveicultura enfrentava na região. Os interesses comerciais, dominantes no extrativismo, não tinham qualquer estímulo para arriscar seus capitais numa empreitada como a heveícola que, graças ao descaso governamental, apresentava as mesmas incertezas de cinquenta anos atrás. Em termos de evolução técnica, a única contribuição relevante havia sido o trabalho da Ford Motor Co. em Forlândia e Belterra. O Governo da União limitou-se a adquirir o acervo daquela companhia (1945), transferindo sua gestão ao Instituto Agrônômico, que, desde 1942, já passara a centralizar a pesquisa heveícola. E, no entanto, a precariedade do conhecimento agrônômico sobre as questões fundamentais que afetam a heveicultura estavam a exigir vultosas inversões de médio e longo prazo e de abrangência nacional. (PINTO, 1984, p.108).

Pinto (1984) observa que, diante de tanta dificuldade, somada à falta de infraestrutura na Amazônia, tais como: saúde, logística de transporte, mão de obra e educação; contribuíram para o não investimento da heveicultura na Amazônia por parte dos capitais privados da região. Somente interesses mais imediatistas e reacionários do extrativismo amazônico foram resolvidos, porém, a questão da política de desenvolvimento gumífera para Amazônia, a nível nacional, foi deixada no esquecimento. Assim, percebemos que faltaram políticas públicas de desenvolvimento voltadas especificamente para a borracha na Amazônia, sob várias alegações, dentre elas, a de que era preciso carrear muitos recursos para promover esse desenvolvimento, porém, sabemos que faltou o peso político em nível nacional suficiente para sensibilizar os parlamentares no Congresso Nacional.

Apesar de sabermos da complexidade em desenvolver políticas públicas voltadas para a borracha na Amazônia, devido, sobretudo a sua geografia espacial, infraestrutura, falta de área terrestre que ligue a Amazônia ao resto do Brasil, etc. Mesmo assim não se justifica a não implementação dessas políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, para esses grupos ditos minoritários ou marginalizados, mesmo sabendo de todas essas dificuldades, pois sabemos que o Sul e Sudeste sempre tiveram tratamento diferenciado por parte do Governo Federal, sendo alvo de grandes investimentos, no que diz respeito às políticas públicas de desenvolvimento voltada para a indústria. Segundo Pinto, existia ainda:

Por um lado, os grupos dominantes da Amazônia, comprometidos com a manutenção das arcaicas estruturas regionais e insistindo na viabilização do extrativismo e, por outro, desinteresse do governo da união (controlado pelos grupos vinculados ao complexo cafeeiro) em investir as vultosas somas requeridas para tal. (PINTO, 1984, p.53).

No período do governo Vargas, especificamente início da década de 1940 até 1954, verifica-se uma crise na economia regional, reclamações por parte da burguesia e oligarquias locais, acompanhada do problema da segurança nacional e a industrialização. A situação

econômica da região amazônica se agrava em decorrência da ausência de políticas públicas consistentes direcionadas aos grupos minoritários, com menos força política. Nesse período, são criados os territórios federais pelo governo Getúlio Dorneles Vargas; em 1943, Amapá, Roraima e Rondônia. Iniciativas que tinham como objetivos minimizar o despovoamento do espaço amazônico e o controle direto dos territórios recém-criados pelo Governo Federal.

Para Pinto (1984), vale enfatizar que, enquanto não havia desenvolvimento na economia gumífera na Amazônia até o início de 1940, em contrapartida, ocorreu o inverso tanto no desenvolvimento da heveicultura asiática, quanto no transporte automotivo, e, como consequência, o aumento do tamanho da dependência das economias industriais em relação ao suprimento da borracha vegetal. A partir de 1940, por conta da eclosão da segunda guerra mundial e também devido aos “Acordos de Washington” em 1942, foi sendo traçado um plano de investimento e desenvolvimento da borracha para a Amazônia, para suprir uma parte da borracha que, anteriormente, vinha da Malásia e que agora se encontrava sob o controle dos japoneses por conta do bloqueio do Oceano Pacífico pelo Japão.

2.1 A DEPENDÊNCIA NORTE-AMERICANA DA BORRACHA ANTES E DEPOIS DO ATAQUE À BASE AÉREA DE PEARL HARBOUR E O INTERESSE PELA AMAZÔNIA

Segundo Seth Garfield (2009), devido à grande quantidade de recursos naturais no Brasil, bem como a forte influência americana na política na América do Sul, levando-se em conta que a existência de uma considerável população de ascendência alemã e a proximidade da África Ocidental contribuíram decisivamente para que os militares norte-americanos enxergassem, no Brasil, uma grande oportunidade de criar um lugar estratégico para lutar contra a ofensiva nazista no hemisfério. Garfield acrescenta que:

Entre setembro de 1939 e dezembro de 1941, com a guerra em andamento na Europa e na Ásia, um conglomerado de agências norte-americanas tentou complementar ou substituir o Departamento de Estado para fortalecer o comércio e a aliança interamericanos, assegurar o acesso a recursos estratégicos e excluir o Eixo do hemisfério ocidental: a Reconstruction Finance Corporation, a Inter-American Development Commission, o Export-Import Bank, o Economic Defense Board, o Airport Development Program, o Office of Inter-American Affairs, o Departamento de Agricultura e o Departamento da Guerra.¹³ (ROCK, 1994, p.23; GUERANT, p.195 *apud* GARFIELD, 2009, p. 22).

¹³ O objetivo específico de várias dessas agências foi bem estudado no caso do Brasil. Sobre o OIAA, ver: (TOTA, 2000); (CAMPOS, 2006). Sobre a USDA e a FAR, ver: (DEAN, 1987).

Garfield (2009) ressalta que, por volta de 1940, os Estados Unidos representavam apenas 6% da população mundial e 7% da superfície terrestre, contudo, eram os maiores produtores de carro, cerca de 75% da produção mundial; produziam, ainda, 50% dos produtos industriais finais. Porém a rápida mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial de grande produção no começo do século xx, ocasionou uma grande necessidade de se importarem matérias-primas para suportar a produção industrial. Isso se tornou um grande desafio para os Estados Unidos, adquirir borracha natural para suprir essa demanda, provocada, primeiramente, pelo avanço tecnológico significativo das máquinas, como também posteriormente, por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Este autor comenta ainda que:

No seu sentido mais básico, a borracha crua refletia aquilo que Fernando Coronil havia denominado a “divisão global da natureza”, que tinha reservado às regiões do chamado Terceiro Mundo um lugar distinto na divisão internacional do trabalho. (CORONIL, 1997. p.29 *apud* GARFIELD, 2009, p.23).

Garfield (2009) destaca que, na década de 1920, os ingleses haviam elaborado políticas de restrição sobre a produção de borracha nas colônias asiáticas, então sob o seu controle. Isso trouxe um grande transtorno para os Estados Unidos, além de provocar fortes reações nacionalistas, tendo em vista que os americanos necessitavam urgentemente dessa borracha para suprir a grande demanda para sua indústria bélica nesse momento. Diante disso, o governo americano começou a procurar alternativas que viessem suprir essa necessidade, para isso, incentivou grandes investimentos para o empresário Henry Ford¹⁴ na Amazônia, a partir de 1927. Garfield enfatiza, ainda, que nesse momento de grande turbulência econômica, o economista Eliot Janeway¹⁵ chamava a atenção para a importância da borracha na economia americana, afirmando que,

A economia americana e, com ela, a defesa americana não podem operar sem borracha, e é estanho que, atualmente, ela não possa ser obtida em quantidade adequada senão das colônias britânicas e holandesas do Sudeste asiático. E, hoje, o Japão controla as rotas comerciais entre a costa Leste dos Estados Unidos e os Estreitos da Malásia... Lá se encontra, pronta para ser entregue ao Japão, uma arma mais segura e mais poderosa do que um ataque naval imprudente [...]. (GARFIELD, 2009, p.24).

¹⁴ Ver: (GRANDIN, 2010).

¹⁵ Ver: (MARSHALL, 1995, p. xi).

É muito importante destacar que, mesmo nos Estados Unidos, havia divergências em relação à exploração da borracha nos seringais amazônicos. Segundo Seth Garfield (2009), os liberais tinham dúvida com relação ao aumento das exportações advindas da América Latina durante o período da segunda Guerra Mundial. “Neste sentido, entendiam que seria melhor apoiar a industrialização, a aplicação de leis trabalhistas e a expansão do comércio complementar de commodities na América Latina, como forma de modernizar economias “coloniais” e promover a ascensão social.”. (GARFIELD, 2009, p.21).

Para Garfield (2009), os conservadores se intensificavam para neutralizar as iniciativas do governo norte-americano durante a guerra, no sentido de obter matérias-primas das negociações que estavam em vigor, em prejuízo de reestruturação socioeconômica. Eram terminantemente contrários à prática da atuação política do governo americano e, principalmente, à assistência econômica e melhorias nas condições sociais na Amazônia, ressaltando que tais medidas constituíam violações aos princípios do livre mercado, ao assistencialismo por parte do governo americano bem como uma falta de respeito à soberania brasileira. Como aponta Davi Harvey (1996, p.232 *apud* GARFIELD, 2009), mercados complexos tendem a ocultar dos consumidores as regiões geográficas (e as relações sociais) que produzem *commodities*.

“O entusiasmo com a Amazônia, forjado nos desdobramentos políticos do pan-americanismo, em meio à incerteza global, evoluiu a partir de vários tropos culturais dos Estados Unidos e, ao mesmo, tempo os evocou.”. (GARFIELD, 2009, p. 33). Este projeto de exploração da borracha, preliminarmente, foi ostentado através de uma estratégia geopolítica para aproximar os Estados da América Latina, com o intuito de minimizar a dependência do governo americano em relação ao comércio da Europa, finaliza Garfield. Este autor ressalta que,

Porém a reabilitação do comércio amazônico propunha reorientações radicais para o capitalismo industrial norte americano, refletia visões providencialistas de uma cornucópia edênica através da troca e do armazenamento de cultivos complementares, invocava uma renovação espiritual por meio da comunhão cultural e prometia ganhos materiais e regeneração política através da conquista da fronteira.¹⁶A historiografia recente sobre a Amazônia produzida por norte-americanos também reflete as mudanças nos significados da região, ao mesmo tempo em que contribui para elas. Durante a Guerra Fria, quando acadêmicos dos Estados Unidos questionavam as teorias das ciências sociais e os mantras políticos sobre o subdesenvolvimento da América Latina, o trabalho de Barbara Weinstein (1983) examinou os modos de produção nos seringais para entender o engessamento do processo de transição da região para o capitalismo. Alguns anos mais tarde, com

¹⁶ Estou aqui me inspirando na análise de Richard Drayton sobre as coleções botânicas do Império Britânico como originadas, em parte, pelas visões providencialistas da abundância Edênica. Ver: (DRAYTON, 2000).

as preocupações ambientais ganhando maior proeminência nos debates políticos e no método historiográfico nos Estados Unidos, Warren Dean (1987) se concentrou nos desafios botânicos para o cultivo de seringueiras na Amazônia para entender as peculiaridades desse comércio. E minha pesquisa sobre a Amazônia no imaginário dos Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial, conduzida em meio a uma desastrosa guerra no Iraque que levou à morte mais de 4 mil soldados norte-americanos e mais de 90 mil civis iraquianos, foi assombrada pelas origens e consequências da dependência de matérias-primas na indústria automotiva e pelos dramas e tramas que os norte-americanos instigaram, interna e externamente, ao lidar com essa realidade. (GARFIELD, 2009, p. 33-55, *passim*).

2.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO VARGAS.

Segundo Adélia Engrácia de Oliveira (1983), durante período do governo Vargas entre 1930-1945 e 1951-1954, o Governo Federal tentou priorizar a área da economia nacional. Foram elaborados alguns programas de desenvolvimento, sendo a Amazônia uma das prioridades, pois era um enorme problema, que a administração nacional tinha que sanar com metas concretas o atraso da região, contribuindo para o desenvolvimento nacional em geral. Mas, foi somente no segundo governo de Getúlio Vargas que, inicialmente, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), e, em 1953, nasce a Superintendência de Valorização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Oliveira (1983) afirma que, no dia 10 de outubro de 1940, Getúlio Dorneles Vargas fez um grande pronunciamento que ficou conhecido na história como “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, em pleno teatro Amazonas. Vargas ressaltou vários problemas em que a região se encontrava, dentre os quais podemos destacar: o vazio demográfico. Havia a necessidade de povoar a região, por meio de um cultivo racional. Fez-se um acordo com os países fronteiriços, para alavancar o desenvolvimento na região e para que houvesse um “movimento de reconstrução nacional”. Embora seja importante frisar que já existiam em curso algumas políticas desenvolvimentistas na Amazônia, como por exemplo, a expansão do Ministério da Agricultura em 1939, que tinha como meta criar um Instituto Agrônomo em Belém para fomentar o estudo das plantas que produziam a goma elástica, assim como outras espécies extrativas da região e tinha também a função de orientar e dinamizar as atividades agrícolas e econômicas da Amazônia. Oliveira explica que:

Com a eclosão da Segunda Grande guerra mundial, a marcha do processo que levaria ao falso nacionalismo/estatismo foi se solidificando com a assinatura dos “Acordos de Washington”, que curiosamente instituíram o monopólio estatal da exploração do minério de ferro, através da Companhia Vale do rio doce – CRVD,

constituída em 1942. Como complemento fundamental do acordo, os preços das matérias-primas foram congelados. (OLIVEIRA, 1988, p. 15).

Para Oliveira (1988), pode-se constatar que a história do Brasil no pós-segunda guerra está envolvida pelo processo de internacionalização da economia brasileira. Observa-se que este processo está coerente com o desenvolvimento do meio capitalista de produção em sua etapa monopolista e isso motivou a internacionalização judicial da superfície ou porção do território nacional brasileiro. Ficou evidenciado ser esta uma grande estratégia geopolítica que permeou a relação entre os grandes grupos econômicos com sedes nos países industrializados do universo capitalista e os governantes, principalmente, os militares no Brasil.

Para Oliveira (1983), apesar de existir essa intenção de desenvolvimento regional na Amazônia, havia a necessidade de recursos financeiros suficientes para colocar em prática tal projeto. Porém, com o início da segunda Guerra Mundial, a situação ficou complicada, principalmente após a ocupação dos seringais da Malásia pelos japoneses, e, como consequência, o bloqueio no Pacífico, dificultando a vida dos americanos. Diante dessa situação, o governo americano, precisando de borracha natural para suprir a demanda da guerra, propôs e consolidou acordos com o Brasil em março de 1942, que ficaram conhecidos como “Acordos de Washington”. No entendimento do Governo Federal, esses acordos poderiam trazer benefícios no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia, pois, além de ser em longo prazo, os americanos iriam financiar o programa de transportes, de pesquisa pelo Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, cuja instalação ocorreu em 1941, e também de saúde pública. Oliveira enfatiza que:

Tais negociações, embora tivessem permitido a criação de uma infraestrutura que serviria de base, mais tarde, para o desdobramento de mecanismo de integração nacional, foram responsáveis, no entanto, pela “Batalha da Borracha”, que levou milhares de “soldados da borracha” (calcula-se em 40 mil o número de mortos) que eram, em geral, nordestinos que haviam se deslocado para a Amazônia entre 1942 e 1945, atendendo a apelos do governo. (OLIVEIRA, 1983, p.264).

Oliveira (1983, *passim*) argumenta que devido aos “Acordos de Washington” e a necessidade de povoar a Amazônia, o governo central criou todo um aparato para desenvolver a região, destacamos:

- a) A criação do Banco de Crédito da Borracha, que tinha como objetivos desenvolver a produção gumífera, financiar a produção, saneamento e colonização das regiões produtoras, desenvolvendo as funções que antes eram fomentadas pelas Casas Aviadoras e Exportadoras;

- b) Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), esse serviço foi mantido pela Fundação Rockefeller e tinha o objetivo de dar assistência médica aos trabalhadores em gerais;
- c) Rubber Reserve Company, posteriormente, mudou para Rubber Development Corporation (RDC), esta agência americana era responsável pelo transporte e o suprimento de bens para os seringais, servia também para o transporte de passageiros no interior assim como o transporte da borracha para os Estados Unidos;
- d) Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e depois a Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia (CAETA), sua função era recrutar, hospedar e levar os nordestinos até os seringais;
- e) Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) que tinha a missão de abastecer de gêneros alimentícios e administrar o racionamento devido ao bloqueio marítimo;
- f) Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios que tinha o objetivo de atender os militares e civis, devido à dificuldade de transporte, por falta de combustíveis líquidos;
- g) Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, instalada em 1941 à margem esquerda do rio Solimões, em Boa Vista, e Colônia Agrícola Nacional do Pará, criada em 1942 no município de Monte Alegre, no distrito de Inglês de Souza. A meta era fixar proprietários rurais com o objetivo de colonizar e povoar as regiões e minimizar as tensões sociais, através do deslocamento da fronteira agrícola;
- h) Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, criado em 1941, para desenvolver pesquisas sobre as plantas, identificação do solo e da floresta;
- i) Aeroporto de Ponta Pelada, construído em Manaus (AM) com o objetivo de desenvolver o transporte. Nesse período, também, foi ampliado o Aeroporto de Val-de-Cans, em Belém (PA);
- j) Foi também incorporado ao patrimônio Nacional a “Amazon River Steam Navigation” (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará). Sob os cuidados do Governo Federal.

Segundo Oliveira (1983), devido ao fracasso da “Batalha da Borracha”, após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, houve uma preocupação dos Constituintes em 1946, devido ao insucesso e aos interesses internacionais sobre a Amazônia. Foi aceita uma emenda sugerida pelo então Deputado amazonense Leopoldo Pères - Art. 199 da Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), que obrigava a União, os estados e municípios a aplicarem 3% de sua renda tributária, por intermédio do Governo Federal, durante vinte anos, na execução de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA). Somente em 1953 quando foi disciplinado o Art. 199 da Constituição através da Lei nº 1806 (BRASIL, 1953), que também criou a Amazônia Legal, conceituou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, como um esforço nacional de ocupação da área. Oliveira (1983) faz a seguinte análise a respeito da Política de valorização da Amazônia:

A política de valorização da Amazônia estabelecida pela lei nº 1806 de 1953, prevaleceu até 1966 e foi aquém dos resultados esperados face à imensidão de

problemas a resolver, aos poucos recursos de que dispunha e às pressões, por parte de setores conservadores tanto fora quanto dentro da região, os quais eram contrários à intervenção estatal na economia, uma vez que a política de salário mínimo de Getúlio Vargas, aliada à de cunho nitidamente nacionalista, desagradava a esses setores conservadores. (OLIVEIRA, 1983, p.264.).

Oliveira (1983) ressalta, ainda, que a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), através do decreto nº 31.672, de 29 de outubro de 1952 (BRASIL, 1952), foi muito importante naquele momento de especulação das políticas públicas de desenvolvimento. Em 1º de março de 1954, finalmente, foi regulamentado o INPA através do Decreto nº 35.133 (BRASIL, 1954), vale ressaltar que esse órgão estava vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), antes Conselho Nacional de Pesquisa. A criação do INPA se deu num contexto de ameaça da internacionalização da Amazônia. A sede seria em Manaus, com outras ramificações em áreas amazônicas como: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. É importante destacar que, tanto o incentivo técnico, quanto financeiro, para a criação desse órgão foi disponibilizado pela UNESCO, sendo que o indicativo para sua criação aconteceu através da primeira Assembleia da UNESCO em 1946 pela delegação brasileira, que foi realizada em Iquitos no Peru.

O INPA tinha inicialmente a missão de fomentar pesquisas da flora e da fauna, as situações do homem amazônico e outros pontos de vista da natureza amazônica. Em 1954, o Museu Paraense Emilio Goeldi (Belém), encontrava-se financeiramente com muitas dificuldades e, devido a isso, foi feito um convênio do CNPq com o estado do Pará, por intermédio do INPA. O INPA ficaria então responsável pela parte administrativa e científica do Museu.

Para Oliveira (1983), durante a atuação do governo Getúlio Dorneles Vargas, desde 1930 até 1954, Amazônia sempre foi motivo de preocupação por ser uma região despovoada e, portanto, desintegrada do resto do país, e se constituía numa área-problema, que precisava estar vinculada ao resto do Brasil. Para tentar resolver ou pelo menos minimizar essa situação, primeiramente, criou-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) e posteriormente foi criado a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A SPVEA elaborou o I Plano Quinquenal, com data de execução para 1955-1959. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia atuava através de convênios com órgãos públicos e privados. No início da execução do I Plano Quinquenal, foi priorizado o desenvolvimento da Infraestrutura, para melhoria dos

transportes, comunicações, energia e saúde, já nos dois últimos anos, a estratégia foi focar no desenvolvimento agrícola.

É importante observar que, após a “Batalha da Borracha”, as políticas nacionais ganham uma enorme dominação sobre a região amazônica, que vai ter uma grande intensificação com Juscelino Kubitschek, e se acentua principalmente com os governos militares. Portanto, não se pode compreender o planejamento do desenvolvimento amazônico, sem entendermos os critérios de política econômica que estiveram presentes nos governos militares. A partir de 1964, a Amazônia passa a ser integrada fisicamente através de rodovias que vão interligar a Amazônia ao Centro-Sul do Brasil.

Oliveira (1983) destaca que, dentre os projetos de desenvolvimento da Amazônia fomentados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o considerado mais importante foi a abertura da rodovia Belém-Brasília, finalizada em 1960 e que proporcionou uma integração da região com o Centro-Sul do país, além da transferência da capital federal para Brasília. A partir daí, vai ter início um novo fluxo migratório, principalmente de nordestinos que irão rumar para a Amazônia, proporcionado pela abertura dessa rodovia que assegurou a ocupação de grandes faixas de mata que estavam praticamente despovoadas.

Percebemos que o que garantiu condições para o alargamento do desmatamento da região amazônica, foi principalmente a construção da rodovia Belém-Brasília e Brasília-Acre, atual BR 364. Isso contribuiu para a constituição de muitos povoados, vilas e cidades, que utilizaram como atividade econômica a agricultura e a pecuária, nessas áreas adjacentes das rodovias, o Sul contribuiu para o desmatamento. Porém, não obteve o sucesso esperado como argumenta Oliveira,

Todavia, como vimos no item anterior, a tentativa de planejamento regional levada a cabo pela SPVEA foi aquém dos resultados esperados. Assim, órgãos estaduais de planejamento começaram a consolidar-se na Amazônia e passaram também, a formular políticas de desenvolvimento para a região. Com críticas crescentes à sua atuação, mesmo após ter sido estendido à área amazônica os sistemas de incentivos fiscais para investimentos, tal qual ocorria no Nordeste, a SPVEA foi substituída em 1966, pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). (OLIVEIRA, 1983, p.269).

Em se tratando de projeto de desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) enfatizam que, para fazer uma análise global do desenvolvimento, não basta apenas incorporar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a percepção dos “fatores

sociais” assimilados estes como novas variáveis do tipo estrutural. Cardoso e Faletto acrescentam que:

Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro lado, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento. (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p.21).

Isso diz respeito à procura de uma concepção que admita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento no diagnóstico do desempenho dos grupos sociais. Dessa forma, subentende-se que a análise ultrapasse a aproximação que se estende como perspectiva estrutural, reempossando-a em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”. Essa interpretação não quer dizer concordar com a ótica inocente que marca a influência da sequência temporal para a explicação científica, início e desenvolvimento de cada situação social, porém, que o devir histórico só se explica por categorias que outorgam significação aos fatos e que, em decorrência, sejam historicamente mencionadas. Cardoso e Faletto confirmam que:

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio econômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p.22).

Para Cardoso e Faletto (1970), diante dessa perspectiva, percebe-se que o problema teórico imprescindível é composto pela definição dos modos que amparam as estruturas de dominação, pois a compreensão da ação das relações de classe se assimila por seu intermédio. A situação do subdesenvolvimento nasceu historicamente a partir da ampliação do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial que ligou a um mesmo mercado economias que não expõem graus diversos de desigualdade do sistema produtivo, mas também incorporaram localizações diferentes no alicerce global do sistema capitalista. Cardoso e Faletto (1970, p. 26) acrescentam ainda que “Desta forma, entre as economias desenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo,

mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição.”.

Para Cardoso e Faletto (1970), isso pode ser visto por outro ângulo como uma estrutura definida de relações de dominação. Vale a pena ressaltar que este conceito de subdesenvolvimento, da maneira como é aplicado, tem mais a ver com o alicerce de um tipo de sistema econômico, com características de primazia do setor primário, onde a concentração de renda é notável e a dominação do mercado externo sobre o interno. Cardoso e Faletto (1970, p.24) esclarecem, ainda, que “Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelam os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento.”.

Cardoso e Faletto (1970) entendem que para se ter o reconhecimento histórico do subdesenvolvimento, é necessário não apenas marcar as características estruturais das economias subdesenvolvidas, pois existe a necessidade de entender como as economias subdesenvolvidas ligaram-se historicamente ao mercado mundial e como se formaram os grupos sociais internos que lograram esclarecer as relações voltadas para o exterior que o subdesenvolvimento imagina. Tal estudo identifica que, no plano político-social, mantém-se algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento. E essa dependência inicia-se historicamente com a ampliação das economias dos países capitalistas originários. Cardoso e Faletto concluem que:

A dependência da situação do subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. (CARDOSO; FALETTO. 1970, p.26).

Para Furtado (2009), a teoria do desenvolvimento econômico visa esclarecer, numa dimensão macroeconômica, as causas e o processo continuado da produtividade do fator trabalho e suas consequências na organização da produção bem como da maneira como se distribui e se usa a produção social. Isso se explica em duas fases, sendo que a primeira, onde existe a predominância das formulações abstratas, compreende a análise do mecanismo de crescimento, sendo necessários à criação de modelos ou de um esquema simples dos sistemas econômicos existentes que tenham, como base, as relações estáveis entre variáveis quantificáveis e reconhecidamente de muita relevância. A segunda fase abrange o plano

histórico e abarca o estudo crítico, em oposição a uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Furtado explica ainda que,

Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica. Somente essa verificação poderá indicar as limitações decorrentes do nível de abstração em que foi elaborado o modelo e sugerir as modificações a serem introduzidas para fazê-lo válido do ponto de vista de uma realidade dada. (FURTADO, 2009. p. 25).

Para Furtado (2009), o desenvolvimento econômico é considerado um fenômeno que em si explicita uma dimensão histórica. Cada economia tem suas dificuldades no processo de desenvolvimento. Em alguns casos são comuns a outras economias contemporâneas. Furtado destaca que, entre as dificuldades encontradas, podemos apontar:

O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singulariza cada fenômeno histórico de desenvolvimento. Também poucas economias encontram hoje maiores dificuldades para sair da estagnação, devido à natureza das suas relações de intercâmbio externo. O comércio exterior aí aparece, portanto, como um fator estimulante e impeditivo do desenvolvimento. (FURTADO, 2009, p.28).

2.3 PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS PARA A AMAZÔNIA NO PERÍODO DOS GOVERNOS MILITARES.

Ariovaldo Umbelino Oliveira (1988) ressalta que, para se compreender como se processou a ocupação da Amazônia, é necessário entender a função dos militares. Isso diz respeito à história da exploração dos minérios no Brasil, que está relacionada com o envolvimento dos Estados Unidos na política interna brasileira e também como uma parte da burguesia nacional que se incorporou aos bancos estrangeiros na exploração descontrolada das riquezas minerais do Brasil. Oliveira confirma que:

Na realidade estava sendo movimentada mais uma peça no jogo do xadrez desencadeado pelos norte-americanos, uma vez que a instalação de modernas siderurgias no Brasil, Chile e Colômbia fazia parte dos planos estratégicos do Pentágono para descentralizar o parque industrial norte-americano, de certo modo ameaçado ante o desenvolvimento pela Alemanha nazista das bombas “V-2” lançadas por foguetes de autopropulsão. Aliás, a Vale do Rio Doce por conta desses “acordos” prestou serviço aos aliados durante a Segunda Grande Guerra e para isso recebeu empréstimos em dólares do Eximbank - Export & Import Bank of Washington. Como consequência dos acordos, também, a CRVD acumulou déficits que se arrastaram até 1952. (OLIVEIRA, 1988, p.16).

Ao se falar sobre desenvolvimento na Amazônia, faz-se necessário entender o contexto histórico, econômico e social desse momento, principalmente, no período da ditadura militar, pois devemos entender como o Brasil fomentou políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Segundo Oliveira (1983), com a implantação dos governos militares, sob o comando do Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, foram adotadas medidas estratégicas para o desenvolvimento da Amazônia. Essas iniciativas mudaram totalmente a política vigente até então, tais medidas ficaram conhecidas como “Operação Amazônia” (1965-1967) e através dessas iniciativas, foi montado todo um dispositivo institucional que tinha como meta a ocupação, desenvolvimento e a integração da fração do norte do Brasil ao conjunto nacional, surgidos a partir da imprescindibilidade de fortalecer a atuação federal na região, pois estavam em evidência os perigos que essa região representava para a segurança nacional, pois existia uma extensão muito grande de terras praticamente vazia. Na ótica de Loureiro (1992) essa preocupação de integrar a Amazônia ao restante do país não passou de uma estratégia visando esse objetivo:

O movimento denominado Operação Amazônia (1966/1967) consistia num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em Incentivos Fiscais e outras garantias mais gerais como acesso à terra e aos outros bens da natureza da Amazônia. O marco mais importante e deflagrador do movimento foi um grande encontro nacional de investidores nas duas principais capitais regionais – Belém e Manaus – além de discursões permanentes entre empresários e agentes do governo, abordo de um navio, e outras reuniões menores. (LOUREIRO, 1992. p. 72).

Segundo Oliveira (1988), com relação à Operação Amazônia, no entendimento da ideologia da Escola Superior de Guerra, achava-se arrolada a comunicação dos tempos das “fronteiras geográficas” para os das “fronteiras ideológicas”,

Era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas” (sic). Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Ao que tudo indica, este lema, aparentemente inscrito na e por muita gente interpretado como produto da ideologia geopolítica das “fronteiras”, teve origem e deve ser interpretado como produto da ideologia das “fronteira ideológicas”. O estado autoritário criou toda sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que esclarecemos desde já a interpretação do lema do Projeto Rondon de forma oposta: “integrar para entregar. (OLIVEIRA, 1988, p.32.)

Um exemplo clássico de que os militares prepararam a Amazônia para entrega-la ao capital estrangeiro foi o famoso Projeto Jari. Oliveira (1990) afirma que todo o processo

relacionado à região amazônica só foi colocado em prática devido à participação dos militares que governavam o país naquele momento, juntamente com seus estrategistas geopolíticos, que foram os principais responsáveis pela inclusão da Amazônia ao capitalismo mundial monopolista. Oliveira relata ainda que:

Seu rastro tem sido o rastro da expropriação. Expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do suor dos trabalhadores, das nações indígenas. Tudo isso feito sem consulta à maioria da população deste país. (OLIVEIRA, 1990, p.17).

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990), entre os vários empreendimentos relacionados à sua área florestal, o que chama mais atenção é o próprio Jari, do norte-americano, Daniel Keith Ludwig. Este americano teve envolvimento direto com os militares e a CPI instalada para apurar a venda de terras para os estrangeiros. Foram os militares que fizeram o convite ao Mr. Ludwig, para fazer investimentos no Brasil, eles também trataram de livrá-lo da legislação que tratava sobre a venda de terras para estrangeiros, assim como também o livraram das complicações da CPI. Oliveira faz a seguinte observação:

A par desses processos que envolveram os grandes grupos capitalistas em nosso país, o Projeto Jari foi concebido como um projeto florestal para a produção de celulose, um projeto agropecuário para a produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para a extração do caulim e bauxita. (OLIVEIRA, 1990, p.25)

Para Lúcio Flávio Pinto (1986), naquele período, praticamente em toda a Amazônia, o homem vivia da extração e coleta dos produtos na natureza. No Projeto Jari, as atividades econômicas não passavam da colheita de castanhas e o corte de seringueiras. Esses produtos iam primeiramente para Belém e depois para o exterior. Daniel Ludwig adquiriu uma empresa que lidava com castanha, borracha, látex, caucho, peles de animais, balata, madeiras e sementes oleaginosas. Esta empresa era muito antiga, do século XIX ainda, devido a isso, apenas mandavam os homens colher estes produtos na floresta. Mas Ludwig era muito ousado e pretendia transformá-la numa empresa moderna, do século XXI.

Segundo Pinto (1986), ele sabia que havia necessidade de preparar uma grande infraestrutura para apoiar as atividades econômicas, e este investimento deveria ser incluso nas despesas, sabia, também, que para obter sucesso nesse empreendimento, necessitava de uma grande cooperação e assistência governamental. Este Projeto ficou sob o comando do senhor Ludwig, por pelo menos dez anos, sua administração era com mão de ferro. Depois, o Projeto Jari passou por diversas dificuldades, quando fica explícito, que a atuação da empresa

que se portava de forma indiferente e queria continuar a viver a era do autoritarismo, que lhe garantiu uma infinidade de privilégios.

Com relação às condições de trabalho no Projeto Jari, Pinto afirmava que:

A população de Belém só tomou conhecimento do inferno que era o Jari quando dezenas de cearenses, liderados por Cesário Medeiros, sublevaram-se, tomaram um navio e obrigaram o dono da propriedade a aceitar a fuga em massa. Chegaram à capital aliviados: haviam conseguido abandonar o cativo disfarçado nas terras do coronel José Júlio de Andrade. (PINTO, 1986. p.85).

Portanto, diante do sofrimento desses trabalhadores, percebe-se explicitamente um caso de desrespeito à dignidade humana. A entrega da Amazônia pelos militares aos estrangeiros, como esse do caso Jari, revela, um total desrespeito à Pátria e à soberania nacional. Esses militares que governavam o país naquele momento, durante a execução do grande Projeto Jari, não tiveram, em nenhum momento, uma preocupação com a Amazônia que estava sendo violentamente explorada e devastada pelos estrangeiros, através da investida do capital internacional. Na visão de Oliveira, era uma violência:

A expropriação dos recursos naturais é, sem sombra de dúvida, a grande meta do capital internacional na região amazônica. Ele tem procurado se apoderar dele, de modo a garantir os chamados “suprimentos estratégicos para os Estados Unidos e demais nações capitalistas desenvolvidas”. (OLIVEIRA, 1990, p.35, grifo do autor).

Em se tratando de projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, não poderíamos esquecer o Projeto Carajás. Para Anthony L. Hall (1991), o Projeto Carajás foi o maior projeto de desenvolvimento “agregado”, que nunca foi colocado em prática em nenhuma área de floresta tropical úmida do planeta. Foi inaugurado em 1980, quase uma década e meia após descobrirem minérios de ferro, correspondendo a quase 11% do Brasil e dispendo de uma área de aproximadamente 900.000m². Pode-se afirmar que esse Projeto Carajás teve utilidade em se tratando de transformar o panorama econômico e social, contribuindo, sobretudo, para atrair um considerável contingente populacional. Para Hall, este projeto foi benéfico porque contribuiu com o povoamento da região:

Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros à cata de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem número de outros indivíduos querendo ocupação. Áreas urbanas, variando de capitais estaduais, como São Luiz e Belém, a cidades provincianas como Marabá, Açailândia e Imperatriz, experimentaram explosões demográficas com o advento do Programa Carajás e se calcula que aumentará em tamanho de 40% a 800% por volta do ano 2000. (HALL, 1991. p.60).

Para Hall (1990), a grande importância do Programa Carajás se dá pela sua formação atualmente, que é composta por quatro grandes projetos: um depósito de minérios de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí. Embora existisse um grande complicador que era uma concentração estrangeira muito grande, algo em torno de (US\$ 1,8 bilhões de dólares em 1988). Existiu certo cuidado com relação à soberania Nacional. A descoberta foi compreendida um mês depois, quando pesquisas adicionais revelaram que Carajás possuía as maiores reservas de minérios de ferro da alta graduação de todo o mundo (calculadas atualmente em 18 bilhões de toneladas, com uma graduação média de 66% FE).

Animada com essas perspectivas, a US Steel requereu ao governo brasileiro direitos de exploração em uma área de 160.000 ha. O governo brasileiro, porém, resistiu em colocar tanto poder nas mãos de uma única empresa estrangeira e, após três anos de acerto, uma ação conjunta foi formalizada em 1970, com a criação da AMZA (Amazônia Mineração S. A.), com 51% de capital acionário em poder da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e 49% da US Steel. Em 1974, a AMZA obteve os direitos de exploração sobre toda a área do Carajás. (COTA, 1984; SANTOS, 1986 *apud* HALL, 1991, p. 61, *passim*).

Para Hall (1991), as polêmicas e conflitos gerados em decorrência do subdesenvolvimento que existiam e continuam a existir na Amazônia, assim como a importância da atribuição do Estado e dos camponeses, pode ser elucidado em três grandes classes: primeira a lógica do modelo de capital, segundo o argumento da agregação institucional e uma terceira análise mais pluralística. Hall explica ainda que:

Cada uma delas dá ênfase diferente ao explicar as crises agrárias, tal como a que é atualmente características da Amazônia, em termos de grande variedades de fatores, como por exemplo, interesses de classes internas e globais dominantes, vinculados à disseminação do capitalismo, o papel variável das máquina do Estado na determinação da política de desenvolvimento, a contínua existência dos camponeses na Amazônia e a influência de organizações intermediárias, como forças ativas de barganha, nas negociações com uma faixa de organismos privados e oficiais. (HALL, 1991. p.250-251).

Para Hall (1991), diante de um amplo debate, vale a pena questionar qual deles tem uma explicação mais razoável para o modelo de desenvolvimento agrário no Programa Carajás; que conclusões podemos tirar a respeito da intervenção estatal para fomentar o desenvolvimento na região; quais as contribuições que tiveram essa população de aproximadamente cinco milhões de habitantes. No caso do primeiro modelo, que é o da lógica do capitalismo, basicamente, submetem os exemplos de desenvolvimento rural e a política do Estado a forças externas. A crise agrária acontece devido à consequência de uma ampliação

capitalista dependente e desigual na periferia, contribuindo para a divisão social, descampesinação e proletarização. O segundo modelo que é da Incorporação Institucional, mostra elucidação alternativa que tem como base a atribuição dominante. Estes modelos que tratam de subordinação ao capital e de controle institucional pelo Estado, foram, em parte, desmentidos pelo enfoque pluralístico, mais voltado para os atores. Hall afirma que:

Este tipo de análise, do qual há vários, atribui em geral papéis algo diferentes à classe dos pequenos agricultores e ao aparelho do Estado, ao qual se relaciona. Em vez de supor um campesinato impotente, a enfrentar forças externas esmagadoras, ele é visto como reagindo a circunstâncias mutáveis, moldando, dessa maneira, ativamente o processo de mudança, interagindo com instituições e indivíduos em todos os níveis. (HALL, 1991. p.254).

Segundo Ianni (1986), entre o período de 1964-1978, o Estado brasileiro foi sensibilizado a desenvolver uma política econômica com certa agressividade e ordenação de submissão da agricultura ao capital. Ianni afirma ainda que:

Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente. As medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo do campo. Nas atividades em que eram escassas, dispersas ou inexistentes as organizações capitalistas de produção, como na pecuária rústica da Amazônia, por exemplo, o poder estatal foi levado a induzir, incentivar ou apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como, a concentração e a centralização do capital. Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo. (IANNI, 1986, p. 15-16).

Ianni (1986) afirma que, para entender porque ocorreu e como aconteceu esse processo de desenvolvimento intensivo e extensivo, com esse teor agressivo e repressivo do capitalismo na agricultura, é necessário verificar as relações entre as políticas agrícolas do poder estatal e também a política de desenvolvimento econômica geral que o Estado brasileiro foi sensibilizado a colocar em prática. Desde o início, o governo ditatorial foi convencido a submeter-se às diretrizes do capital monopolista estrangeiro e nacional. Infelizmente privilegiou a dependência da economia, contribuindo para redução ou até mesmo a anulação da autonomia, presente no conjunto do sistema econômico do país. Ianni ressalta também que:

Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda vida econômica, política e cultural do país passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o

caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. (IANNI, 1986, p.17).

Para Ianni (1986), essa política nefasta e cruel tinha como objetivo explorar ao máximo o trabalhador industrial e agrícola, alguns setores da classe média e do campo tinham como meta também escancarar as portas do Brasil à livre atuação do capital monopolista estrangeiro. João Goulart que, naquele momento, era o presidente do Brasil, propôs uma política econômica de caráter nacionalista ou soberano, enquanto o governo militar de Castelo Branco, na prática, foi totalmente contrário a essa política, desenvolvendo, na verdade, uma política dependente e subordinada ao capitalismo internacional. Na prática, o que ocorreu, segundo Ianni, foi,

O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporação transnacional”. A ditadura instalada no país propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira, nacional e associada. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro foi levado a adotar a política de “economia aberta”. (IANNI,1986, p. 17).

Ianni (1986) destaca que a política econômica do governo militar no período da ditadura favoreceu e protegeu, econômica e politicamente, uma grande acumulação capitalista; como consequência dessa política o capital estrangeiro foi privilegiado, garantido e reforçado em sua presença no setor agropecuário do subsistema econômico brasileiro. Para Ianni, é necessário entender que o capitalismo internacional não começou a desenvolver suas atividades apenas na época da ditadura.

É claro que o capital monopolista-estrangeiro, nacional e associado – já dominava a vida econômica e política brasileira desde muitas décadas antes de 1964. Em especial, durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) ocorreu novo surto de penetração desse capital nos negócios da sociedade e do Estado no Brasil. Essa penetração imperialista e monopolista foi tão ampla e profunda que o Golpe de Estado de 1964, contra o governo do Presidente João Goulart, teria sido impossível sem a sua ajuda ou inspiração. (IANNI,1999, p. 35).

As transformações que ocorreram na Amazônia no período de 1964-1978 foram basicamente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. Observa-se que, no extrativismo, na agricultura e pecuária, aumentaram as relações capitalistas de produção, junto com as forças produtivas. Ianni observa, ainda, que:

A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, a agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. Isso não significa que antes de 1964 as atividades econômicas da região não estivessem articuladas, em maior ou menor grau, com os mercados da própria Amazônia, além do nacional e estrangeiro. (IANNI, 1986, p.56).

Ianni (1986) afirma que, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, vale a pena ressaltar que a mesma não teve uma ação célebre nas atividades agrícolas e pecuárias. O Banco de Crédito da Amazônia, que surgiu a partir do Banco da Borracha, juntamente com a SPVEA, não foram tão marcantes no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia. Apenas ajudaram a conservar o funcionamento produtivo instalado e hegemônico na região. Toda região dependia das atividades econômicas direcionadas para a subsistência das unidades produtoras:

Comunidades indígenas, famílias, margens, centros, lugarejos, povoados, vilas e etc. e acrescia, a tudo isso, o fato de que a vida econômica, social, cultural ou política desses lugares, áreas, e do conjunto da região amazônica, estava definida, ou conformada, por um sistema de transportes e comunicação construído com base nos rios e igarapés. Por meio dos rios e igarapés as distâncias eram mais longas, sem fim. Tudo isso fortemente marcado, ou determinado, pelo extrativismo, que está presente em toda a história da Amazônia. (IANNI, 1986, p.56).

Após a criação da SPVEA, em 1953, ficou explícito, pelo menos ideologicamente, o poder do Estado com a ativação e a distinção das atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e mesmos industriais na região, reitera Ianni (1986). Vale frisar que o Estado não tinha clareza quanto aos objetivos e tampouco as ligações práticas em relação às decisões e ações para a proteção, dinamização ou distinção das atividades econômicas.

É óbvio que essas iniciativas não guardaram sempre a mesma finalidade e sistemática. Foram adotadas ao acaso das pressões de grupos locais e regionais, ou ao acaso da forma pela qual o Estado brasileiro era levado a conceber as articulações dos interesses nacionais com os regionais. Inclusive pode-se observar, por exemplo, que um órgão federal criado para a Amazônia pode ter as suas finalidades e os seus meios reformulados, em si e em combinação com outros órgãos criados para o desenvolvimento do extrativismo, agropecuária, agroindústria ou mesmo indústria na região. (IANNI, 1986, p.58).

Para Cardoso e Müller (1978), houve algumas mudanças entre o primeiro plano de 1953, quando foi criada a SPVEA e em 1966 quando se criou a SUDAM, foram feitas algumas alterações no que diz respeito ao Estado e também ao tipo de desenvolvimento para a Amazônia. Enquanto que o Plano de 1953 pleiteava uma união entre o capital estatal e o

privado, sem ao menos falar em capital estrangeiro, em 1966 a coisa é bem diferente, pois, com a criação da SUDAM, o Estado prepara a Amazônia para o capital privado, ficando com os investimentos mais complexos, da infraestrutura, pesquisa e planejamento, que necessitavam de uma grande soma de capital com perspectiva de retorno em longo prazo. Cardoso e Müller ressaltam ainda que:

Além disso, o segundo plano pretende uma maior racionalidade na exploração dos recursos regionais visando, principalmente, à autosustentação da população já fixada e dos contingentes populacionais que ali venham a estabelecer-se. Desestimula a produção extrativa, preferindo que esta seja substituída, sempre que possível, por atividades mais rentáveis; incentiva o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes básicas de sustento da população e propõe a seleção de áreas mais propícias ao desenvolvimento, onde se concentrariam os recursos disponíveis, criando polos de desenvolvimento regional. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p.114).

Desde 1912, quando a produção da borracha natural da Amazônia entrou em crise por conta da borracha cultivada no Sudoeste da Ásia, o Brasil nunca levou a sério o desenvolvimento da Amazônia no que diz respeito à borracha, e tampouco a presença do Estado na Amazônia foi efetivo, concernente aos grupos minoritários. Ficou apenas na retórica e no discurso, porém, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a escassez da borracha natural, foi desenvolvido um plano que ficou conhecido como “Batalha da Borracha”. Nesse momento, é perceptível a presença do Estado na Amazônia. Ianni enfatiza essa presença.

A partir de 1942, cresceu de modo mais ou menos ininterrupto a presença do poder estatal nos problemas da Amazônia. Além dos desenvolvimentos e rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, o Estado tem sido cada vez mais presente e ativo na região. Problemas econômicos, em geral, e financeiros, em particular, provocaram a participação crescente do poder estatal na criação de órgãos, adoção de diretrizes e implementações de decisões. A rigor, cresceu bastante, em termos quantitativos e qualitativos, a presença do poder estatal nos mais distantes lugares da região. (IANNI, 1986, p.58-59).

Segundo Ianni (1986), o Governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S.A. para tentar resolver o problema econômico, em particular, o aumento da produção da borracha natural, pois devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial havia a necessidade de borracha natural em grande quantidade para os Estados Unidos para atender à demanda. Com o fim da guerra em 1945, houve uma mudança com relação à posição internacional da borracha natural da Amazônia, devido à borracha que estava sendo cultivada na Ásia, especificamente, no Sudoeste. Ficou perceptível, na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), no artigo 199, a preocupação do Estado em relação ao desenvolvimento na região. Cogita-se impulsionar as

ações produtivas ou começar novas ações econômicas, quem sabe industriais. Ianni reafirma ainda,

Foi nos anos 1960-1978, entretanto, que se acentuaram as transformações econômicas e sociais na Amazônia. Em 1960, inaugurou-se a rodovia Belém-Brasília. Depois, em especial a partir de 1966, remodelaram-se ou criaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos anos 1960-1978 que a Amazônia rearticulou-se sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicação, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial. (IANNI, 1986, p. 60).

Para Ianni (1986), foi a partir de 1966, estendendo-se até 1978, que ocorreu uma intensificação relacionada à modificação da economia na região, com o objetivo de avivar e pluralizar as ações econômicas da Amazônia. Observam-se as principais iniciativas que o governo adotou: em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, (SUDAM), através da Lei nº 5.173 (BRASIL, 1966). A Sudam se consolidou como o órgão mais notável para a ativação da economia amazonense. A mesma tinha a missão de coordenar, supervisionar programas e planos de outros órgãos federais que atuavam na região. Foi através da criação de incentivos fiscais e financeiros que a Sudam objetivava atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em junho de 1970, foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional) através do decreto-lei nº 1.106 (BRASIL, 1970). O objetivo essencial da criação do PIN, era subsidiar o plano de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDENE E SUDAM, com o propósito de integrar a economia nacional, para isso era previsto um orçamento no valor de Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros, que deveriam advir de:

- a) Recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais;
- b) Recursos provenientes de incentivos fiscais (de 1971 a 1974 30% do total deduzido de imposto de renda serão creditados ao PIN);
- c) Contribuições e doações de empresas públicas e privadas;
- d) Empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;
- e) Recursos de outras fontes. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 124).

Cardoso e Müller (1978) esclarecem, ainda, que a primeira fase do PIN iniciava-se com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e com o Plano de Irrigação do Nordeste; frisa, ainda, que a desapropriação das áreas localizadas nestas rodovias, bem como

sua colonização e exploração, ficavam a cargo do PIN através dos seus recursos, já mencionados.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em 28 de fevereiro de 1967, foi criada a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) através do Decreto-lei nº 288 (BRASIL, 1967). Este órgão tinha como principal missão administrar a Zona Franca de Manaus, era uma autarquia ligada ao Ministério do Interior, vale a pena frisar que não tinha nenhum vínculo com a SUDAM, embora estivesse inclusa em seu Plano Diretor. A SUFRAMA tinha como objetivos principais:

1. Desenvolver um Plano Diretor da área de 10.000km² à margem esquerda do rio Negro.
2. Proporcionar desenvolvimento sozinha ou através de associações com empresas públicas ou privadas.
3. Tinha como meta principal desenvolver e integrar a Amazônia Ocidental ao restante do Brasil, através do desenvolvimento de um centro industrial e agropecuário.
4. Estabelecer condições especiais como: (isenção de impostos dos produtos industrializados – IPI, imposto de importação e exportação, toda essa estrutura tinha o objetivo de favorecer o comércio com o exterior e o Centro Sul do Brasil).

Cardoso e Müller (1978) ressaltam, ainda, que, em 1968, no dia 31 de dezembro, através do Decreto-lei nº 63.952 (BRASIL, 1968) foi criado o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia que tinha como missão: supervisionar estudos a respeito do potencial energético, administrar o orçamento, autorizar despesas, resolver soluções técnicas, pleitear ao ministério das Minas e Energia soluções para a execução dos serviços e fazer prestação de contas dos serviços para as empresas financiadoras. A ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) seria responsável como agente executivo do Comitê. Os estudos foram patrocinados pela Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP S.A.), que pertencia ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1971, foi elaborado um relatório que indicava um potencial que superava os 5 bilhões de quilowatts.

Os trabalhos realizados compreenderam o estudo dos mercados de energia elétrica a serem supridos em 1985 e o inventário das possibilidades de aproveitamento hidroelétrico para esse suprimento, abrangendo os seguintes polos de desenvolvimento e as respectivas áreas de influência: Belém, Santarém e Monte Alegre (Pará); Macapá (Amapá); Manaus, Tefé (Amazonas); Boa Vista (Roraima); Porto Velho (Rondônia); Rio Branco (Acre).

Nos trabalhos de inventário, foram examinados 26 rios da Amazônia, sendo que em 11 se localizaram locais de aproveitamento. Estes trabalhos foram custeados pela

ELETROBRAS um montante superior a Cr\$ 10 milhões. (BRASIL, 1971, p. 58 *apud* CARDOSO; MÜLLER, 1978, p.127).

Cardoso e Müller (1978) ressaltam, também, a criação da CPRM (Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais), criada em 15 de agosto de 1969, pelo Decreto-lei nº 764 (BRASIL, 1969). A importância de sua criação se dava pela missão de descobrir e explorar os recursos minerais, fomentar pesquisas para um melhor aproveitamento destes recursos minerais, fazendo, inclusive, parcerias com a iniciativa privada, para tal empreitada, apoiando administrativamente e tecnicamente os órgãos de administração direta do Ministério das Minas e Energia.

Portanto, é necessário fazermos uma reflexão, já que houve toda uma infraestrutura para dar totais condições para que as empresas estrangeiras pudessem explorar a Amazônia, sendo que o Estado brasileiro sempre proporcionava as melhores condições de trabalho ao capital estrangeiro e sempre ficava com o lado mais difícil que eram as pesquisas, os planejamentos, sem, contudo, haver jamais uma preocupação com as populações que aqui estavam naquele momento.

“Como se encontrava o Brasil e a América Latina no princípio da década de 1960, dez anos do aparecimento da ideologia cepalina e de sua ação praticada em diversos países desse continente?” Questiona Mantega (1984, p.43). Especificamente no Brasil, que colocou em prática suas principais determinações, constatava-se a solidificação duma sustentação econômica capitalista. Com capacidade própria de acumulação, dominada por oligopólios nacionais e estrangeiros, e com forte participação estatal na economia. (MANTEGA, 1984). Neste período, já havia sido implantado no país um setor importante de bens de capital, juntando-se a isso a produção de bens intermediários e bens de consumo final, articulada através de uma estrutura de transportes e serviços viários, contribuindo para formar uma economia relativamente agregada ao Centro-Sul, seguindo as orientações da CEPAL. Finaliza Mantega.

Então do ponto de vista estritamente econômico, a estratégia cepalina deu certo, com o país centrado num desenvolvimento “para dentro”, baseado no setor industrial e com razoável capacidade de autopropulsão. Porém, tudo isso não modificara as condições sociais do grosso da população, que continuavam iguais ou até pioravam conforme começavam a assinalar os estudos da própria CEPAL feitos no início dos anos 60. (MANTEGA, 1984, p.43).

Por enquanto, basta mencionar que o modelo da CEPAL esbarrou nas limitações da teoria econômica tradicional com a qual compartilhava os fundamentos. (MANTEGA, 1984,

p.44). Seria injusto, no entanto, limitar a teoria da CEPAL à fronteira da teoria usual de extração neoclássica e Keynesiana. Mantega enfatiza ainda que,

Ambas advogam, sem dúvida, o desenvolvimento capitalista baseado no progresso técnico e por meio de elevação gradual da densidade do capital e do aumento da produtividade em geral, tudo isso resultando num aumento do nível de renda da maioria da população ou na difusão do progresso material. Além disso, ambas escamoteiam as contradições do capitalismo, os conflitos sociais e a luta de classe em geral. Nesse sentido, a CEPAL elaborou uma teoria do subdesenvolvimento, vale dizer, uma teoria que pretendeu dar conta das características ímpares dos países situados na periferia dos sistema capitalista, e cuja dinâmica de desenvolvimento deveria ser bastante distinta daquela dos países que formavam o centro desenvolvido. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não equivalia a infância dos países capitalistas pioneiros, ficando pois, fora de alcance da teoria tradicional. (MANTEGA, 1984, p. 44).

Mantega (1984) observa que a ideologia do nacional desenvolvimentismo trabalhada ao longo da década de 50 iniciou-se na CEPAL e foi aperfeiçoada pelos especialistas estrangeiros Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal e, posteriormente, lapidada pelos teóricos da ISEB. Assim, na segunda metade dos anos 50, essa ideologia fornecia um projeto político de desenvolvimento que, mal ou bem, argamassava a sociedade civil brasileira e fornecia ao Estado sua base de legitimação. (MANTEGA, 1984, p.63). É bom ressaltar que, nesse período, vivia-se um absoluto esplendor de legitimação da acumulação capitalista do Estado brasileiro. Com certa liberdade política sindical, num clima de eleições diretas e sufrágio universal. Mantega chamava a atenção para o fato de que,

Isso significa que os interesses da burguesia estavam travestidos com eficácia nos interesses gerais da Nação ou de todo o povo brasileiro. Torna-se indispensável, aqui, reproduzir o papel do nacional-desenvolvimentismo na criação dessa situação extremamente favorável para a acumulação. Acontece que as promessas de melhoria de vida para o grosso da população, a sua integração no progresso, elevação dos salários, etc., não se concretizaram. E não foi por falta de industrialização. Além disso, o “desenvolvimento nacional” resultou na ampla penetração do capital estrangeiro, que passou a ditar as regras da acumulação bem embaixo das barbas dos nacionalistas caboclos. Foi dito, inclusive, que, enquanto discurso, essa ideologia nacional-desenvolvimentista foi encampada, em maior ou menor medida, pelos governos de Vargas (1951-1954) e Kubitschek (1956-1961). Ignora-se, porém, até aqui, se tal ideologia traduziu-se em planos de desenvolvimento. (MANTEGA, 1984, p. 65).

Para Ianni (1986), depois que foi estabelecida toda uma infraestrutura de desenvolvimento para a Amazônia, com a criação de vários órgãos considerados importantes, principalmente a SUDAM, houve mais fluidez no processo de desenvolvimento da região. Ele reitera que:

Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar mais dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração. No mesmo ano de 1966, foi reformulado o Banco de Crédito da Amazônia S.A., passando a denominar-se Banco da Amazônia S.A., ou BASA, conforme a lei nº 5.122, de 28 de setembro. Pouco a pouco, ainda na esfera financeira, o Banco do Brasil (ou BB) dinamizou a sua presença na região, criando novas agências. Assim, em poucos anos a SUDAM, o BASA e o BB passaram a atuar de modo articulado, no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos e públicos e privados na região. Em 1967 criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus, ou SUFRAMA, conforme decreto-lei nº 228, de 26 de fevereiro. Em junho de 1970 o governo federal adotou o Plano de Integração Nacional, PIN, de acordo com o decreto-lei nº 1.106. E o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, foi criado a 9 de julho do mesmo ano, conforme decreto-lei nº 1.110. Em 1971 criou-se o Programa de Redistribuição de Terras e estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA, de acordo como decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho. Entre 1971 e 1978, construíram-se várias rodovias importantes: Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracará (BR 174), entre outras estradas. E cabe registrar, ainda, dentre as iniciativas federais rurais importantes para a Amazônia, dois planos nacionais de desenvolvimento: I PND para 1971-1974, e II PND, para 1975-1979. (IANNI, 1986, p.61).

Este autor entende que vale a pena elencar as principais medidas implementadas pelo Governo Federal durante o período de 1964-1978, pois as mesmas causaram mudanças consideráveis em quase todos os níveis da sociedade amazonense.

- 1) ocorreu a dinamização e diversificação das ações produtivas.
- 2) foi fomentado o sistema creditício, público e privado.
- 3) houve uma ativação e crescimento da administração pública na região.
- 4) desenvolveu-se e acirrou-se a luta pela terra, envolvendo o poder público (federal, estadual, municipal, territorial), e as empresas agropecuárias e de mineração, posseiros e indígenas.
- 5) veio à tona novamente o antigo problema indígena relacionado a terra ou à defesa de sua cultura.
- 6) foram criados núcleos coloniais, com o objetivo de construir reservas de mão de obra para empreendimentos públicos e privados.
- 7) foi reformulada e ampliada a questão geopolítica da região amazônica, com relação aos problemas de defesa e aos problemas da “segurança interna”. (IANNI, 1986, *passim*).

É importante salientar que esses órgãos federais, acrescentados os estaduais e, inclusive os municipais, tiveram uma participação muito importante e influente na vida econômica, política, social e cultural das pessoas que moravam ou passaram a morar na Amazônia. Ainda de acordo com Ianni,

Tinha-se a impressão de que a Amazônia queria livrar-se da dependência do extrativismo, que era apresentado, com frequência, como a origem dos “problemas” da região. Industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo: surtos de expansão, crise e regressão; dispersão das fontes de matérias primas: borracha, castanha, madeira, peles, minerais, etc. além disso, na ideologia dos governantes e técnicos predominava a tese de que a industrialização, o desenvolvimento econômico e o progresso social eram elos necessários e encadeados do mesmo

processo básico de industrialização a qualquer preço. Por isso, diversos órgãos públicos (federais, estaduais e outros) atuaram no sentido de promover e dinamizar a industrialização em algumas áreas da Amazônia. (IANNI, 1986, p.62).

No entendimento de Ianni (1986), os desenvolvimentos e as mudanças econômicas que estavam se processando na Amazônia, naquele momento, contribuíam para que a região começasse a sua ampliação, numa escala crescente, para a cumulação de capital no Centro-Sul e exterior. Pois, a partir do momento em que havia produção de excedentes para os mercados regionais, nacional e internacional, ia se tornando um mercado muito atrativo para os produtos industriais advindos do Centro-Sul e também do exterior. É de suma importância salientar que sitiantes, caboclos, posseiros, colonos e índios, latifundiários, fazendeiros etc. de diferentes maneiras, serão incorporados no mercado onde o capital industrial se estendeu e se diferenciou de forma contínua. Na realidade, a expansão gradativa do mercado vinha ocorrendo desde anos anteriores, porém, vai ser fortalecido e acelerado a partir da criação da SUDAM, INCRA, FUNAI dentre outras agências do governo que passaram a funcionar, dando uma nova dinâmica ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção na região. A partir de então, observa-se o consumo de produtos manufaturados, que passam a ser relevantes, ou essenciais, nos centros, margens, lugares, vilas e núcleos indígenas. Ianni finaliza dizendo que,

Se é verdade que há uma articulação dinâmica entre a ditadura e a transformação numa “fronteira” do capital monopolista, também é verdade que se modificaram as relações de produção, as forças produtivas e as classes sociais na Amazônia. Desenvolveram-se bastante também as articulações entre as classes sociais da região com as classes sociais de outras regiões do país. Ocorreu uma nova fase de desenvolvimento, amadurecimento e articulação das classes sociais dominantes e subalternas, no âmbito da formação social capitalista brasileira. Agora as contradições de classe prevaletentes no Centro-Sul podem repercutir muito mais rápida e profundamente na região. Se é verdade que a Amazônia foi posta, economicamente e politicamente, a serviço da ditadura, também é verdade que a ditadura foi obrigada a propiciar uma maior “unificação” das classes sociais, em âmbito mais largo, nacional. (IANNI, 1986, p. 249).

No livro *Metamorfoses da Amazônia*, da socióloga e docente da Universidade Federal do Amazonas, professora Dr^a Marilene Corrêa da Silva, encontramos um estudo com bastante densidade e perspicácia acadêmica na abordagem sobre as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, e principalmente sobre a formação do pensamento social na região amazônica. Quando discutimos, debatemos ou lemos sobre a Amazônia, em alguns livros, observamos continuamente, falar-se da Amazônia afirmando que a mesma foi esquecida ou encontra-se em estágio de subdesenvolvimento. Com muita frequência, a

questão do “esquecimento” articula-se à do “desenvolvimento tardio” ou malconduzido; com muita veemência, essas apreciações saem do campo dos fatos para “ideologizarem”. (SILVA, 2013, p. 9). Esta autora ressalta dizendo que, como se esses fatos, tivessem relação com a preferência tomada ou algum posicionamento político. A globalização do capitalismo pode apontar outro viés de interpretação, ao se referir à Amazônia ou a pesquisas relacionadas à temática, afirma. (SILVA, 2013).

Se examinada à luz do quadro dos fenômenos suscitados pelas articulações mundiais da economia, a tese do “esquecimento” não se sustenta. Do mesmo modo, a tese da opção politicamente incompetente nas escolhas de modelos de desenvolvimento regional não resiste ao cotejamento com as forças que dinamizam a realidade mundial. Tanto o “esquecimento” como as “escolhas” privilegiam a vontade de grupos e/ou de coletividades donos de seu destino, promotores e produtores da ordem social que os articula. Na verdade, essa pretensa autonomia de decisões pode ser interpretada como um produto de inúmeras combinações, de estratégias, forças econômicas, manifestações culturais que tomam a nação como referência intelectual de análise. (SILVA, 2013, p.9).

Para Silva (2013), no bojo dessas análises, existem prerrogativas que nos levam a observar a possibilidade de outra compreensão. Supõe-se que a Amazônia sempre foi lembrada pelos atores sociais, eles foram encarnados por forças que conduziam o processo de mudanças ou por influência de pessoas da elite ou de grande destaque na sociedade. A Amazônia continua sendo observada com um certo ar de preocupação em relação ao seu desenvolvimento, observa-se que isto está mais relacionado ao choque de sua ocupação no meio ambiente, que ao próprio esquecimento especificamente. “A Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital.”. (SILVA, 2013, p.10). A autora frisa ainda que,

Vários momentos e movimentos na realidade da Amazônia indicam que essa perspectiva é fecunda, mas não isenta do confronto com alguns problemas. O primeiro deles, e o mais amplo, é de como conduzir uma reflexão sobre a Amazônia no quadro de fenômenos e processos sociais globais, sem cair nos rótulos “nacionalista”, “regionalista” ou “internacionalista”. Dizendo de outro modo, como lidar com a interpretação do “específico”, do “particular”, do “diverso” num quadro articulado por sistemas e processos de grande alcance e intensidade como no caso de relações econômicas e culturais mundializada. (SILVA, 2013, p.10).

Portanto, ao fazermos referência à fala desta autora, no sentido de ampliar nossa compreensão sobre a Amazônia, antes de tudo, precisamos entender a sua complexidade, o que é um grande desafio. Não podemos nos conformar com as ideias lançadas pelo senso comum, de que a Amazônia simplesmente foi esquecida e que, por isso, está passando por

esse processo de desenvolvimento. Precisamos entender o contexto histórico em que a Amazônia está inserida, seja em nível regional, nacional ou internacional. A partir daí, conseguiremos entender esse “pseudo ar” de preocupação com a Amazônia, que entendemos estar diretamente ligado ao capital industrial. Um exemplo disso é o grande investimento de Henry Ford na Amazônia, especificamente em Forlândia e Belterra no ano de 1927. Onde o mesmo tinha a pretensão de produzir borracha natural para suprir a demanda americana, em plena expansão carreada por conta da indústria de carros da qual era o maior empresário.

Ao nos referirmos à criação da Zona Franca de Manaus, percebemos que a mesma foi criada no contexto da ditadura militar. Este golpe de Estado praticado pelos militares de alta patente aconteceu em 31 de março de 1964. “No entanto, a Lei nº 3.173, de junho de 1957 (BRASIL, 1957), que resultara do projeto de um deputado do Amazonas, Francisco Pereira da Silva, ainda não sofrera regulamentação quando os militares assumiram o poder.”. (SILVA, 2013, p.19). Havia um grande interesse por parte do ex-comandante militar da Amazônia, o então Presidente da República, naquela ocasião, General Humberto de Alencar Castelo Branco, que fora o primeiro presidente do regime militar no Brasil. Na sua visão, a Amazônia precisava de investimento com um grande aporte financeiro, para o desenvolvimento econômico da região, afirma. (SILVA, 2013).

Quando o assunto é Ditadura Militar e Zona Franca de Manaus, não poderíamos esquecer esta entrevista concedida ao jornal A crítica, publicada justamente no dia em que se completam 51 anos desse golpe de Estado. Golpe Militar e suas marcas da ditadura na Amazônia. Para o cientista social e professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas, Renan Freitas Pinto, intelectual emérito, e, sobretudo, um grande estudioso de Amazônia que tem uma imensa parcela de contribuição no processo de formação do pensamento social da região. Freitas Pinto ao discorrer sobre este assunto, ressalta que a região foi reinventada com o golpe de Estado praticado pelos militares no dia 31 de março de 1964.

Precisamos ter o compromisso de fazer uma diferença: existem aspectos resultantes desse acontecimento político chamado golpe militar que tem o lado militar de fato, mas há um componente muito mais complexo que é civil também. Banqueiros, empresários, setores importantes da sociedade brasileira se alinharam em torno da ideia de uma modernização conservadora ou modernização autoritária. Em relação à Amazônia, a região foi mais uma vez reinventada. Passamos a viver aqui aspectos que ainda não tínhamos experimentado. Com a instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM) que foi um dos produtos desse novo modelo político autoritário, criou-se um polo industrial, o Distrito Industrial de Manaus, e, por meio dele, a formação de uma nova classe trabalhadora com um tipo de inserção inclusive e principalmente de pessoas de origem rural atraídas pelas vantagens oferecidas pelo comércio de Manaus, pelos serviços e pela oportunidade de ganhar dinheiro, de ter emprego e renda.

Migração

Tem um aspecto importante nesse processo sobre o qual ainda precisamos pensar e agir: a migração para Manaus. A cidade sofre uma explosão demográfica; os movimentos populacionais que se dirigem para a Amazônia são muito mais intensos do que para qualquer outra região do País. Essa nova migração para a região se transforma dentro do modelo implantado na última fronteira e na grande fronteira econômica, política e geopolítica de investimentos, na introdução desenfreada da propriedade privada, do capitalismo na sua forma talvez mais brutal que aconteceu aqui (na Amazônia). Uma ação que implicou no desmantelamento e em um grave comprometimento das sociedades indígenas porque suas terras foram apropriadas de forma intensa. Não vivemos mais o período caracterizado como o do golpe militar e da longa ditadura, mas os efeitos desse modelo permanecem nas suas linhas mais fortes.

Do ponto de vista da sociedade, tomemos como parâmetro a universidade. Houve um crescimento, porque fazia parte desse modelo político-militar o interesse em uma nova forma de lidar com a educação e com a pesquisa. O CNPq (criado em 1949, e que passou a funcionar em 1951) ganha nova função. As políticas relacionadas à pesquisa tiveram grande estímulo com grandes volumes de recursos financeiros que antes da ditadura não existiam. Tudo isso para administrar e controlar o processo de produção do conhecimento. O objetivo era orientar a pesquisa e desenvolver um novo tipo de relação da ciência com o poder.

Na contramão desse movimento, na Manaus da Zona Franca e do Distrito Industrial, pouca coisa foi feita em termo de pesquisa voltada para o DI. Isso porque os modelos das indústrias que vinham para cá já eram consolidados nos países de origem das empresas. Aqui funcionavam como plataforma de montagem com uma pequena inserção de um trabalho local ou nacional. A pesquisa no Brasil se voltou fundamentalmente para a agricultura.

Turismo: um fracasso

O que ficou da experiência desse projeto autoritário para o turismo na Amazônia e no Amazonas? Acho que não existe nenhum esforço sério. Você quer levar um amigo que vem à cidade para um passeio de uma hora para ver o rio, um bom museu, ao restaurante, ao cinema. O que faz? Quais as opções que você tem? O que há de interessante do Amazonas para ser mostrado aos que visitam Manaus? Investir responsabilmente nessa área já seria uma alternativa a esse modelo industrial. Escolas de música, de teatro, de cinema seriam atração turística porque estariam equipadas com todas as facilidades de uma cidade moderna, atendimento hospitalar e transporte público condizentes que são condições que o turista exige para ir a qualquer lugar. O turismo cultural na Amazônia é uma possibilidade que não está sendo levada a sério. Na Espanha, praticamente metade da renda vem dessa atividade. Por que a Amazônia, que tem tantas possibilidades, também não é imaginada por esse caminho? É uma das saídas, mas existem outras que não estão no extrativismo, como a alta tecnologia. Criar nas cidades do interior a capacidade para aquele jovem desenvolver tecnologia de ponta, como fizeram os Estados Unidos com o Vale do Silício.

Os atrasos nas cidades

O Brasil teve no extremo sul e em outras regiões situações muito próximas da nossa e hoje você verifica por lá um outro padrão, inclusive cultural. São cidades dinâmicas. Aqui convivemos com um processo de estagnação. Não acontece. O que oferecemos, por exemplo, para os jovens de cidades como Tabatinga, Manicoré, Tefé, Fonte Boa, Coari? Que sociedade o Estado, o Governo Federal e o Governo Municipal estão oferecendo a esses jovens? Como se educam, se formam? Quem é que determina essa estagnação? Falamos sempre de uma política de desenvolvimento. Ora, sabemos que existe na ciência política e na sociologia estudos sobre a formação e a produção do subdesenvolvimento que se dá simultaneamente com as tentativas de desenvolver. Djalma Batista, em 'O Complexo da Amazônia', trabalhou isso. O esforço dele é para explicar o porquê do nosso subdesenvolvimento, por que nos falta essa vontade de formar, efetivamente, um sistema de educação que produza cidadãos, técnicos profissionais, cientistas, artistas. O projeto autoritário aqui instalado trabalhou noutra direção, distanciou esse caminho. (VIEIRA, 2015, recurso eletrônico).

Para Chaves (2011), a política que proporcionou uma diversidade de atividades produtivas integrantes das relações do capitalismo na Amazônia fez com que ocorresse uma redistribuição da mão de obra, contribuindo, sobretudo para o surgimento de outras atividades econômicas no interior da região, devido à crise do extrativismo. E, com a criação da Zona Franca de Manaus nesse período, a consequência foi a desarticulação da economia no interior do estado do Amazonas. No entanto, o que percebemos é que a Amazônia foi colocada numa “bandeja” e oferecida ao capitalismo internacional pelos militares, para ser explorada, devastada da forma mais cruel possível, sem ao menos levar em consideração os atores sociais históricos, que dela faziam parte. Através de projetos mirabolantes, que se diziam de “desenvolvimento”, como afirma Ianni (1986). “A referência supracitada não é acidental. O investimento em infraestrutura na Amazônia, na opinião dominante, só seria justificado em função de megaprojetos.”. (SILVA, 2013, p.19).

A autora entende que, no contexto da guerra fria, a revolução cubana criou condições favoráveis para o deslocamento da guerra fria para a América Latina, quando fica explícito que os países e colônias dependentes encontravam-se com sérios problemas relacionados às questões, e, sobretudo, à produção da democracia. “Nesse terreno fértil, a política anticomunista precisava assegurar a hegemonia imperialista dos EUA, mediante a criação de políticas externas interventivas, limitadoras de avanços democráticos além dos limites da segurança da influência ocidental”. (SILVA, 2013, p.33).

Silva (2013) assinala que,

Assim a doutrina de segurança nacional foi criada pelos EUA, que destinava-se a exportá-la para um tipo de consumidor bem específico: as forças armadas da América Latina. (...) para despertar o interesse das forças armadas, essa doutrina foi vendida numa embalagem, que colocava os militares como a única classe a ter condições de assumir o governo através da “ordem”, assegurar o desenvolvimento econômico (o progresso) de seus países, e, portanto, retirá-los do atraso. (...) no caso brasileiro. O golpe de Estado de 1964 foi produto das novas formas de composição de forças econômico-político-ideológicas dentro desse processo de dominação comandada pelo capital monopolista das nações industrializadas, particularmente dos EUA. Nesta composição o regime político de exceção se encarregou de atrelar o capital nacional aos interesses do capital financeiro dos países exploradores. (NASCIMENTO, 1983, p. 374 *apud* SILVA, 2013, p. 33).

CAPÍTULO III - DRAMAS SOCIAIS DOS SERINGUEIROS NO PERÍODO DA “BATALHA DA BORRACHA”

“Entregá-los ei ao desterro em todos os reinos da terra”. (Jeremias 16:14)

“Um terço dos teus morrerá de peste e se consumirá à fome no meio de tí; outra terça parte que restar espalharei a todos os ventos...” (Ezequiel 5:12)

Ao nos debruçarmos sobre um tema de tamanha importância histórica, sabendo que um dos ofícios dos historiadores é relembrar os fatos históricos e reinterpretá-los e partindo desse pressuposto, não poderíamos esquecer-nos de mencionar os dramas sociais pelos quais passaram os migrantes nordestinos que vieram com a missão de cortar seringa para ajudar no esforço de guerra do Governo Federal, através dos “Acordos de Washington”, e que ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha”. Nosso objetivo é desmitificar os “soldados da borracha”, sem, no entanto, vitimizá-los, pois esses atores sociais e históricos enquanto sujeitos, foram importantíssimos para a história do Amazonas, do Brasil e do mundo. Destacamos aqui, os cânticos dos soldados da borracha, que refletem a situação em que eles se encontravam naquele momento, muitos sem saber nem para onde eram encaminhados, sem entender nem ao menos o contexto daquela guerra, sem nunca terem conhecimento da realidade de um seringal, nessas condições vieram.

Assim como os soldados vão para a guerra cantando os seus hinos, os flagelados da Batalha da Borracha criaram, no seu desespero e na sua esperança, personagens e expressões folclóricas, cujos instantâneos conseguimos capturar. Personagens e expressões de grande valor sociológico e humano, pois revelam os diferentes estados d’alma nordestino no seu primeiro entreencontro na frente amazônica.

Essas manifestações e explosões do espírito sertanejo abrangem uma extensa escala de situações individuais e coletivas, constituindo um desafio e uma manifestação espontânea, quase lírica, do drama por que passaram, inconscientes, muitas vezes, do papel que estavam representando no “anfiteatro amazônico”. Neles vamos encontrar uma verdadeira tipologia humana a revelar sentimentos psíquicos de revolta, ódio, paixão, desespero, mágoa, aflição, arrependimento, sacrifício, bem como de fé, amor, esperança, coragem, fascínio, fortuna e salvação.

Daí a razão deste canção. Nele procuramos descrever a classificação humana do imigrante, repetir o seu cantar folclórico espontâneo, traduzir a minha interpretação e o meu canto sociológico, e identificar o nome e a origem do personagem imigrante.

A partir daquele instante, um pouco depois, em plena II Grande Guerra, nos 42 e 43, quando as entrevistas foram realizadas, o nordestino iria iniciar a sua Grande Marcha e participar da luta no “front” seringueiro.

Repetindo o texto bíblico, poderíamos lembrar: “O tempo da poda chegou: os cantares se ouvem em nossa terra”. As seringueiras vão ser sangradas, e de seu “choro” e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o “seringueiro” ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a

vitória, porque a sua Batalha da Borracha – não teve, para ele, nem começo nem fim. Deixemos, pelo menos, que ele cante o seu cântico, aqui, antes que eu me esqueça.

Flagelados: “A seca me cutucou – ou corre ou morre. Eu vim mode a fome” – **geografia da fome na expulsão do homem.** Joaquim Moreira de Souza, de Russas.

Delirantes e iludidos: “Eu vim mode a seringa que tá uma benção. Dinheiro aqui se ajunta com ciscador” – **a borracha na economia de apelo.** Joaquim Ferreira, de Cachoeira.

Transumantes: “Eu vim veranejar na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha à procura dos pastos” – **economia de trânsito “mode” a geografia de inverno.** José Lino de Araújo, de Campos Sales.

Românticos: “Não sou fanáticos de dinheiro” vim a procura de um cantinho para viver feliz com minha mulher e filhos” – **Terra prometida:** “Sai da tua terra, e de tua parentela e da casa do teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei” – Gênesis. José Florêncio, da Serra Meruoca.

Valentes: “com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas e faca de ponta na cinta chamo qualquer boca de fera” – a coragem no instituto pioneiro da penetração. Francisco Horário Sobreira de Belém do Rio São Francisco, Pernambuco.

Agricultores: “Sou perdido pela plantação. Vim a procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar” – **a chuva corrigindo a seca.** João Garcia de Medeiros, de Carnaúbas.

Desadaptados. “Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não arredo meu pé do firme. Quem vive n’água é caboclo ou é peixe. Gosto do pé enxuto. Estou doido pra voltar” – **o terror pânico à água na geografia psicológica do sertão.** Alfredo Constantino, “nascido e criado no Crato”. (BENCHIMOL, 1982, p. 177-179).

Por esses cantos e relatos desses trabalhadores que vieram para a Amazônia, percebe-se que tinham sentimentos diferentes daquilo que eles esperavam ao chegar aqui. Com certeza, a propaganda do Estado Novo foi muito importante para o convencimento desses migrantes, que pensavam estar partindo em busca de uma vida melhor. Infelizmente, a grande maioria não conseguiu, a contento, realizar os seus sonhos que se perderam no interior das florestas na Amazônia.

Deste modo, um estudo da toponímia da empresa seringueira e rural na Amazônia poderia ser uma importante contribuição no campo da sociologia e da geografia da paisagem e da ocupação humana regional, porque reflete as esperanças, o sofrimento, o sucesso, a fortuna e o desespero do imigrante que aqui chegou e do próprio nativo, com toda a sua carga anímica, os valores de sua cultura, as raízes de sua ancestralidade, a memória de seu passado e a expectativa de seu futuro. (BENCHIMOL, 1982, p. 205).

Ao tomarmos como referência a imigração argelina para a França estudada por Abdelmaleck Sayad (1998), encontraremos similitudes entre as condições sociais da migração nordestina para a Amazônia, no período denominado “Batalha da Borracha” e a imigração analisada pelo sociólogo francês, podendo aprofundar e estreitar uma visão sobre esses dois deslocamentos populacionais. Para o sociólogo, a migração é formada por três princípios: 1) pela identidade do migrante; 2) pelas condições sociais da sociedade de origem, que motivaram a saída do sujeito em busca de melhores condições materiais de vida; 3) pela

sociedade à qual este migrante se dirige, focado na perspectiva da mudança e nas formas de estabilidade social.

Sob a história da ponte migratória entre Ceará e Amazônia na década de 1940, encontramos dados importantes para afirmar que as condições sociais da sociedade argelina, bem como a da cearense, assim como a francesa e a amazônica tornam-se semelhantes, estreitam-se, afunilam-se na experiência social de vida do povo que chega e daquele que recebe. Pois, procurando solucionar os dilemas causados pela seca e tentando abrandar os conflitos sociais, Ceará, Argélia, França e Vale Amazônico aproximam-se pela experiência migratória e pelas formas contextuais que o Governo de cada um criou para a finalidade de acomodação humana e demográfica.

Na experiência nacional na década de 40 do século XX, através de tratados internacionais, cearenses rumam para a Amazônia para abastecerem a mão de obra necessária à extração da borracha, e nisso os contextos sociais de partida e chegada, bem como a rede de sociabilidade engendrada para amparar o migrante são fundamentais para compreender o sofrimento, o descaso e as formas degradantes de trabalho a que esses sujeitos se lançavam para reverter sua condição miserável.

Neste ponto, a migração se estabelece dentro dos campos das relações pessoais, exigindo do pesquisador uma análise das relações dos grupos domésticos. Como passo fundamental, a família e as condições de amparo social deste instituto nos apontam imagens, trajetórias, contextos, dilemas e sentimentos envolvidos no processo migratório. Por isso, de acordo com Eunice Durham (1973), devido ao trabalho agrícola no Brasil ser atinente ao universo familiar, então migrar para outras regiões em busca de condições laborativas para execução deste tipo de trabalho, nos faz observar um movimento de readaptação interna da rede de sociabilidade familiar.

Imagem 05 - Cearenses em Marcha por Fortaleza rumo à Amazônia.



Fonte: Acervo MAUC/UFC.

Benchimol (1977) aponta dois casos importantes sobre a fixação nordestina na Amazônia, que nos fazem refletir, por um lado, sobre as condições sociais de recepção social do “Soldado da Borracha”, e por outro nos desponta uma pergunta: por que voltar à terra de origem? Para o autor, há duas identidades pertinentes na migração nordestina para a Amazônia, o aventureiro e o sozinho, mas, por força do pertencimento familiar com sua terra de origem, logo essas duas identidades retornariam para o Ceará, despontando, assim, um risco iminente para a mão de obra necessária na exploração da borracha na Amazônia.

Gostaria de enfatizar, primeiramente, que existiam diferenças dentro da própria “Batalha da Borracha” entre a primeira e segunda vinda. Segundo Benchimol,

A diferença entre essas duas correntes de imigrantes era flagrante. Enquanto a primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca, que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía, na sua maioria, de “cearenses” que se deslocavam do interior com suas famílias, a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha de centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Os brabos eram entregues à sua própria sorte, para sobreviver como pudessem nos centros, na colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início da fábrica, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta. (BENCHIMOL, 1982, p.227-229).

O pensamento de Benchimol (1982) sobre essas duas identidades inclusas no processo migratório para a Amazônia nos faz concluir que o transporte do sertanejo sem sua família para os campos de trabalho é o mesmo que fazer uma migração temporária, efêmera, sem comprometimento de fixá-los a terra, e que isso agravaria o déficit de mão de obra na região, afetando a economia do extrativismo da borracha para atender ao principal comprador deste produto, os E.U.A.

Desse modo, trazer o sertanejo nordestino com sua família favoreceria a produção da borracha, bem como a formação de núcleos familiares e de povoamento. Com a família próxima, o migrante cearense continuaria seu elo familiar e social, que, mesmo expulso pela seca de 1942, esse “transertanejo” fixado em um novo território, antagônico àquele de sua origem, tendo sua família ao lado, as condições de retorno seriam dirimidas.

A família dentro do processo migratório no período da retomada da produção de borracha para atender à demanda que a Segunda Guerra Mundial requeria, funcionou como um elemento fixador do sertanejo no Vale Amazônico, porém a maior parte das famílias fixadas trocavam as mazelas produzidas pela seca por dilemas idênticos vivenciados nas regiões amazônicas em que foram fixados.

Sobre este ponto, Benchimol (1977) afirma que, se houvesse melhores condições para a mulher nos locais de origem, o estabelecimento familiar do sertanejo na Amazônia não seria de grande impacto degradante, podendo até promover um processo colonizador e civilizador mais forte na Amazônia. Porém, isso não ocorreu, todos fugidos da fome, sem condições mínimas de subsistência, assinavam os contratos de trabalho e assistência apenas para não terem as últimas esperanças sociais e condições de saúde consumidas pelo flagelo da fome causado pelo estado de seca que o Ceará enfrentava no início dos anos 40 do século XX.

Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém [...] “Eu não queria vir, foi ele quem me obrigou” [...] “O jeito foi vir com meus quatro filhos” [...] “Bem que eu não queria vir” [...] “Prefiro morrer de fome na minha terra.”. (BENCHIMOL, 1977, p. 187-197, *passim*).

A seringa “não se dá com mulher”, aprofunda a solidão já cultivada pela perda, pelo desatino, pela falta de vantagens e melindros em uma lida diária em que o sol é o elemento mais próximo de tempo, medidor da vida que passa. A “balata” afasta o amor, alimenta os fantasmas cultivados na falta, criados na solidão, no monólogo diário sobre a esperança. Mulheres e homens fugidos da seca encontravam na Amazônia uma paisagem verde, um

campo que faltava para fazer valer a mudança. No calor, no remanso do rio, concluía que o melhor não era vir, era apenas ficar na fome que um dia passa, mas era ficar.

Deveria ser um povoamento harmônico, atinado à nova dinâmica laboral incentivada pelos cofres federais e americanos, ligada à racionalidade do uso da terra e não mais a um elemento do extrativismo, mas a dinâmica social e laboral da exploração da borracha impossibilitava o povoamento, a fixação humana e a construção de uma nova demografia da Amazônia. Era como que o novo, no piscar de olhos, tornou-se velho, carcomido, cheio de vicissitudes. Como que a ponte comercial entre Brasil e EUA, que deveria remodelar a paisagem ambiental amazônica produziu uma eterna recorrência ao malogro territorial e à descontinuidade econômica, social e populacional, impossibilitando um processo civilizador na Amazônia.

Àquela altura na década de 40, os administradores locais queriam o grosso populacional desbravando terras antes imaginadas para uma civilização, mas por falta de motivo, deixavam para um outro dia. Um dia que chegou pelos braços fortes daqueles homens livres, trabalhadores da terra, mesmo fugidos da fome, o futuro tremulava na sombra daquela gente destemida, “braba”, sem chão e com um propósito: adestrar a natureza em um leite que viraria as rodas de um automóvel e de outros utensílios, desde os hospitalares que atendiam a soldados mutilados dos *fronts* até a benesse dos altos postos das bases militares.

Imagem 06 - Cartaz da Marcha da Borracha.



Fonte: MAUC/UFC.

A borracha ia além de um simples produto beneficiado da matéria-prima de um item extrativista. Dentro da Segunda Guerra Mundial, tornava-se uma medida diplomática entre países, entre regiões que disputavam o mesmo poder e prestígio, pela Europa, América, Ásia, e, principalmente em nível nacional, entre Ceará, Rio de Janeiro e Vale Amazônico, pois a

vinda desses sujeitos com suas famílias para os recôncavos florestais atrás de condições materiais de vida e sobrevivência não significou apenas a abertura de uma nova fronteira econômica ou a retomada comercial de um produto extrativista, significou mais, muito além do que os ganhos e perdas daquele contexto.

Estruturou, sim, a posição geográfica da Amazônia em um cenário econômico nacional e internacional que perdura até o presente momento. Desde os fins dos anos 80 do século XIX este território serve de um vasto depósito de almas disponíveis ao trabalho manual e com a terra.

Mas, retomemos o contexto da década de 40 quando o governo Vargas “preocupado” com duas situações, a do Ceará e o da Amazônia, procurou apenas beneficiar as cercanias da Capital, Rio de Janeiro, com a Companhia Siderúrgica Nacional, enquanto todo o sofrimento ficaria em uma terra que o som das lamúrias se confundiriam com o som dos pássaros, do balançar das copas das árvores. A cor do dia era verde, e este cheio de improvisos adestradores daqueles homens e mulheres menos livres.

Havemos de concordar com Samuel Benchimol (1977) que o ciclo migrante nordestino para a Amazônia seguiu o curso de um de seus capítulos de estudos memoráveis: “Flagelado, Retirante, Brabo, Manso. E talvez Paroara”. É aceitável a assertiva capitular de Benchimol, pois a maior parte das famílias que migraram para cá devido ao estreitamento de parentesco entre os que chegaram como flagelados com aqueles que se remediavam com as oportunidades de vida que o trabalho da terra lhes oferecia, e voltavam para o Ceará em busca de novos homens livres dispostos a desbravar novas plagas amazônicas.

Por isso a referência à categoria de brabo, manso e ao migrante aliciador do romance de Rodolfo Teófilo (1974) “O Paroara”, feita por Benchimol (1977), é fundamental para entendermos as noções de sofrimento, esperança e trabalho dos migrantes nordestinos para a Amazônia. Uma vez que “[...] a maior força de convencimento, portanto, não estava necessariamente em suas falas sobre uma Amazônia sedutora, mas em seu exemplo, como um igual que conseguira prosperar em outras terras [...]”. (CARDOSO, 2011, p. 24).

E vinham com suas diferenças e planos, chegavam à Amazônia e encontravam um contexto atípico àquele relatado nas aventuras de Seu José, que deixou de ser o “Zezé da mironga” quando saiu de sua terra natal; ou no acúmulo de riqueza do Senhor Raimundo que deixara o “Timungo” atrás da porta de entrada, depois da benção dos pais, na hora da partida. Doenças, exploração laboral, dívidas contraídas através de um sistema de aviamento aperfeiçoado das primeiras experiências de trabalho na Região, e das condições insalubres de

vida, que dizimava vários pela “barriga-d’água”, “beribéri”, diarreia, cólera, malária, febre amarela, tifo, pneumonia.

Imagem 7 - Concentração para a Marcha da Borracha (Rua General Sampaio, Fortaleza, CE).



Fonte: MAUC/UFC.

A noção de acúmulo de riquezas pelo trabalho manual com a terra, o sofrimento, a fome, o deslocamento territorial em busca de um espaço cultivável e habitacional, a figura do aliciador, do migrante, a saudade, são construções ideológicas e sociais internas pertinentes à constituição civilizadora do nordestino, que carrega consigo os estigmas, as marcas e as memórias e os esquecimentos. Alguns romances da literatura ficcional brasileira nos apresentam um lastro importante quanto à construção desses elementos pelo povo nordestino. José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna e outros mais que preencheram seus romances e poesias construindo a imagem de um Nordeste ríspido e de um homem sofredor, trabalhador, mas destemido, que alcança seu objetivo com muito esforço e sacrifícios.

Por esta paisagem ideológica, podemos assimilar a lógica interna da constituição de vida do cearense em sua terra de origem e transpor todas essas experiências para o momento histórico entre 1942-45, quando ocorreu a migração em massa de nordestinos, principalmente, cearenses, para a Amazônia. Ao se referir ao cearense em um discurso proferido em Fortaleza, 1940, Getúlio Vargas, assim o enxergava:

[...] adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heroico, persistente. Embrenhado na floresta, foi ter aos confins do Brasil, reivindicando a Pátria e incorporando à soberania nacional de 200.000 quilômetros quadrados – todo território acreano. Essa obra é vossa, cearense. (VARGAS, 1940, p. 95-96).

Retomando a experiência nordestina na incorporação do Acre, Getúlio Vargas convoca, novamente, o povo cearense para mais uma empreitada heroica: povoar a Amazônia e arregimentar a economia nacional. Por conta de sua experiência migratória, o povo cearense deveria ser o protagonista de uma brasilidade e da consolidação do território nacional, como se fossem artífices do corpo da Pátria.

No entanto, quais as condições contextuais para manutenção da vida no meio da floresta dariam meios de perpetuidade da ideia do cearense de artífices do corpo da Pátria? Além do trabalho na extração da seringa, pouquíssimas. Josué de Castro em *Geografia da Fome*, propondo um método geográfico que compreende o fenômeno social da fome que pudesse “[...] localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam na superfície da Terra.” (2002, p.37).

Afirma que a fome na Amazônia é causada por fundamentos sociais permanentes e pela ausência de determinados nutrientes, que, em longo prazo, acelerariam a mortalidade de populações mais vulneráveis dependentes da geofagia regional, por isso a atuação do Estado para amenizar esse dilema é fundamental para o estabelecimento populacional, pois o homem sozinho não conseguiria extrair uma alimentação adequada para sua manutenção local. (CASTRO, 2002).

Por essa razão, o sofrimento do cearense migrante para Amazônia se dava pela permanente condição alimentar, habitacional e societária. Desde os fins do século XIX, uma vasta literatura foi produzida para compreensão das causas e condições de estabelecimento do homem na floresta amazônica. Neste sentido, Regina Horta Duarte destaca que:

A Amazônia é analisada como *lugar* instituído na temporalidade histórica por uma miríade de sujeitos que, por sua vez, enfrentam as condições do meio físico. Para tanto, Garfield dialoga com o geógrafo David Harvey, para quem os lugares são artefatos materiais e ecológicos construídos e experimentados no seio de intrincadas redes de relações sociais, repletos de significados simbólicos e representações, produtos sociais de poderes políticos e econômicos. Com Bruno Latour, o autor argumenta que a "natureza" é inseparável das representações sociais, e que a sociedade resulta também de elementos não humanos. Com Roger Chartier, considera os conflitos sociais à luz das tensões entre a inventividade de indivíduos e as condições delineadas pelas normas e convenções de seu próprio tempo. Esses horizontes precisam ser avaliados na investigação do que homens e mulheres pensaram, fizeram e expressaram. (DUARTE, 2014, p.2).

Destaca-se, inicialmente, o relato de Euclides da Cunha em visita oficial de reconhecimento do rio Purus, cujo objetivo era demarcar os limites territoriais entre o Brasil e o Peru. A obra, publicada póstuma em 1909, apresenta um relato condenatório das condições degradantes do trabalho no seringal, ao qual denominou um martírio humano viver sob leis próximas àquelas abolidas recentemente, em menção comparativa à do escravo que teve sua liberdade posta em 1888. Para Cunha o trabalho no seringal faz “[...] ferir e matar o homem e a árvore [...]”, ao qual o homem “[...] trabalha para escravizar-se [...]”. (CUNHA, 1999, *passim*). Destacamos que Euclides da Cunha tinha uma visão positivista e generalista, quando se tratava desses trabalhadores em migração para a Amazônia. Em “Judas Asveros”, passagem de seu relato de viagem, Euclides da Cunha assim vê o seringueiro:

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingá-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e defronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetus da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram. (CUNHA, 1999, p. 55)

Rodolfo Teófilo, escritor e farmacêutico, em sua verve naturalista, escreve o romance “A Fome” em 1890, no qual elege seu protagonista o nordestino migrante para o Amazonas, afirmando que este sujeito teria apenas sofrimento em sua estada, pois “[...] lá o esperava o trabalho e a doença [...]” (TEÓFILO, 1979, p. 198). Alberto Rangel (1927), em sua obra de 1907, “Inferno Verde” narra a história de Gabriel um caboclo que tem sua terra cobiçada por um nordestino, e por conta do que passou para se tornar um grande latifundiário, o nordestino prova sua sanha e transforma a vida deste caboclo em um inferno, deixando que a veia da maldade seja destilada na natureza, que os cerca, comande a vida dos dois.

Leandro Tocantins (1988), em “O Rio Comanda a Vida” faz uma forte alusão a Gilberto Freyre (2015) ao evocar semelhanças do seringal à ‘Casa grande & Senzala’: “o seringal, sede a beira do rio, possuía sua casa grande – o barracão, mesmo tosco - e a senzala: toda selva”. Ressaltando as formas de trabalhos exploratórios cujas condições de abastecimento e produção eram incompatíveis entre os sujeitos do seringal, pois a hierarquia local possui forte pertença aos níveis de poder e patrimônio.

Ao pesquisarmos sobre a trajetória dos nordestinos que migraram para a Amazônia devido às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Getúlio Dorneles Vargas, no caso da segunda fase da borracha, necessitaríamos ser muito criteriosos para fazer esta análise. Antes de tudo, precisamos entender o contexto político, econômico e social, para depois entrarmos

na essência dessa trajetória de migração. Gostaria de reiterar que, ao se discorrer sobre políticas de migração de nordestinos em sua grande maioria cearenses, usa-se quase sempre o argumento da seca. Porém, queremos nos contrapor a esse argumento, afirmando que não se resume apenas à questão da seca o motivo para a migração desses cearenses, pois muitas pessoas que estavam numa situação social ruim, numa estrutura fundiária desfavorável à pequena agricultura, o desemprego estrutural, tudo isso contribuiu para que eles avistassem naquela ocasião uma chance de tentar uma nova vida em outro lugar. Existia também a possibilidade de fugir do recrutamento para a guerra, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial naquele momento. Ressaltamos que devido à forte participação do governo no convencimento através de desenhos, figuras ilustrativas, fizera-nos eles pensar na possibilidade de uma nova vida e também pelo próprio sabor de aventura como já dizia Benchimol (1982), naquele momento.

Para, Jânia Maria de Paula (2010), em se tratando da migração nordestina e da pobreza que assolou o sertão nordestino e do período do “boom” da borracha, precisamos ser cautelosos para percebermos que o território não existe apenas no contexto da demarcação ou ainda como porção de determinado espaço, limites físicos, mas ao espaço amplo, formado e encarnado pela estrutura daqueles que foram fundamentais para sua formação. O processo de des(re)territorialização pelos quais passaram os nordestinos, tanto na primeira, quanto na segunda fase da borracha, absorvendo os horrores da seca e a opulência do sistema capitalista, através da exploração desumana e sobretudo da ambição desenfreada dos seringalistas, adaptaram o seu viver no interior de uma terra desconhecida, e nem esse sofrimento desencorajou esses migrantes a esquecerem o espaço antigo de suas raízes, pelo contrário, acrescentaram seus costumes, seus jeitos de viver que se juntaram com a cultura local, revigorando essa nova territorialização.

Por isso, quando nos debruçamos sobre o factível das linhas migratórias nordestinas para a Amazônia, devemos ter noção de que essas linhas são caminhos materiais e seculares, renovadores das mesmas rotas de abastecimento e produção através de um modelo feito apenas para exportar. Assim, compreender as condições de vida dentro deste modelo é visualizar várias formas de sofrimento, saudade, exploração e adensamento representativo pelo jugo de posses e ganhos, com que os senhores dos seringais viviam nas benesses, e os empregados dos seringais, muitos com suas famílias, sofriam pela desposse, pela dívida e por graves insalubridades de vida, determinantes para seu falecimento precoce e por seu esquecimento.

3.1 ALGUNS CASOS DE SERINGUEIROS E SERINGALISTAS QUE FORAM PARAR NA JUSTIÇA.

Vale a pena salientar que, mesmo após o fim da “Batalha da Borracha” por volta de 1947, quando se encerram os “Acordos de Washington”, os seringueiros que permaneceram nos seringais, continuavam tendo um tratamento desumano, com práticas de maus tratos, ameaças de surras e até a expulsão das terras dos patrões, daqueles seringueiros que não compravam mais do seringalista e vendiam sua produção para terceiros, sob a alegação de que estavam em débito com os patrões. Eliane Cantarino O’Dwier (1998) afirma que nas bacias dos rios Tejo e Breu, pertencentes ao conjunto hidrográfico do alto Juruá, ela esteve presente para constatar as relações sociais de trabalho. Sua visita neste local foi uma solicitação da Procuradoria Geral da República, conforme ela explica:

Cumprindo solicitação da Procuradoria Geral da República de realizar um levantamento antropológico das bacias dos rios Tejo e Breu, tributários do conjunto hidrográfico do Alto Juruá, subi o rio em direção às cabeceiras para reconhecimento in loco das relações sociais e do sistema de dominação caracterizado como forma de trabalho escravo prevalente nos seringais. Esta atividade extrativista secular distingue aquela região por uma especialidade: a exploração de borracha, apropriação da natureza pelo trabalho do homem. (O’DWIER, 1998, p.15).

O’Dwier (1998) reitera que compareceu a este local após denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, a respeito de violações das liberdades pessoais, uma variedade considerável de formas de constrangimento ilegal contra as pessoas estabelecidas naqueles locais, essas populações ainda continuavam com a prática do corte da seringa. É importante acrescentar que o termo seringueiro não significava só uma condição de trabalho, porém, uma forma de inserção no mundo mediada pela floresta que, segundo os seus patrões denominavam de “os bichos seringueiros”. O’Dwier chama a atenção para uma reunião em que se consolidou a criação da Associação dos Seringueiros do Rio Tejo. Nessa ocasião, Pedro Ribeiro dos Santos solicitou o testemunho dos colegas de trabalho para tratar a respeito da definição de “bicho seringueiro”, como eram chamados pelos patrões.

Explicou: “os seringueiros que são bons pagadores e produzem de mais de 1000kg por safra são considerados bichos pelos seus patrões”, Dirigindo-se a nós: “na mata, cientista, não temos o nome de gente. Não é assim, freguesia?”, disse pedindo a confirmação dos companheiros. “Nós fazemos [a produção da borracha] mas não temos nome”, concluiu. (O’DWIER, 1998, p.18).

Para O'Dwier (1998), esse tipo negativo de exploração é absorvido pelos seringueiros como uma reflexão sobre o seu trabalho e sobre essa relação com os seus patrões. É possível que haja a construção de uma consciência ecológica, embora “selvagem”, diferentemente das utopias naturalistas atuais. Neste caso, a natureza é conservada porque eles precisam dela, não porque eles tenham essa consciência de que precisam conservá-la para a posteridade. A autora chama a atenção para o fato de adquirirem animais para comerem através das caçadas não os tornavam menos críticos e tampouco faziam oposição para as caçadas de maneira exagerada praticada pelos patrões. Mas, ao observar o canto do uirapuru, a autora ressalta como sendo o único que não consegue ser imitado por outro pássaro de nome japiim, a partir daí, faz a seguinte comparação entre o pássaro uirapuru e os seringueiros da floresta.

É de prioridade desse canto inimitável que se rejubilam, como talvez deles próprios, únicos bichos que conseguem tirar da mata a seringa que os patrões comercializam nos grandes centros. São eles ao mesmo tempo, que zelam pela floresta e pelas árvores de seringas, para que o leite não seque e a mãe natureza mantenha-se eternamente fértil. (O'DWIER, 1998, p.19).

O'Dwyer (1998) enfatiza a disputa judicial entre os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho e o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era o arrendatário do Seringal Oriente, localizado no alto rio Juruá. Esta audiência foi realizada em 19 de junho de 1989. O motivo da disputa era a falta de pagamento de renda por parte dos seringueiros citados. O advogado do seringalista se manifestou primeiro argumentando que a renda era de direito do seringalista, pois isso vinha sendo pago há mais de dez anos pelos acusados, fato que lhes daria o direito da exploração das estradas de seringueiras.

Na sequência, o advogado de defesa considerou equivocada a ação de despejo. Tendo em vista que não havia respaldo legal para tal, pois os réus estavam amparados pela Lei nº 4.504 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964) e também pelo decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966a), que proíbem que se negocie como preço de arrendamento uma quantidade determinada de frutos, ou produto, ou ainda o equivalente em dinheiro – e os réus pagam por estrada de seringueira, 33 kg de borracha por ano. Além dessa alegação, o advogado frisou, ainda, que não existe um contrato escrito e com mais um agravante o fato de o contrato ser indeterminado, o que cabalmente vai contra as regulações legais. (O'DWYER, 1998).

Quando o seringalista Francisco Praxedes Brandão filho, que era arrendatário do Seringal Oriente, depôs, o mesmo afirmava que queria a devolução das estradas de seringueiras, por falta de pagamento da renda do ano de 1988, ele, inclusive, abria mão das

áreas de moradias, com suas casas, suas lavouras e criação de galinhas, porco, ovelhas. Porém, não aceitaria indenizá-los por essas benfeitorias. Em contrapartida, os seringueiros afirmavam que de nada adiantava morar numa área tão extensa, sem poder extrair o látex das seringueiras. (O'DWYER, 1998).

O'Dwier (1998) suspeita que, pelo fato de o seringalista exigir que os seringueiros comprassem suas mercadorias e vendessem sua produção de borracha, fosse o motivo da ação de despejo movido pelo seringalista, já que os seringueiros não compravam mais mercadorias com o patrão e tampouco vendiam sua produção de borracha, fato que contribuiu para essa disputa na justiça. O argumento utilizado pelos seringueiros era de que eles preparavam todo o processo para a retirada do látex, ou seja, roçavam, preparavam as estradas, colocavam as escadas nos troncos das seringueiras, sem que o patrão os remunerassem por esse serviço, enquanto que, anteriormente, o seringueiro era responsável apenas pelo corte.

Depois de efetuado todo o processo de instrução, observando que, para mover uma determinada ação, era imprescindível ter interesse e legitimidade, fato que não ocorreu, porque o autor da ação não comprovou com documentos o arrendamento do Seringal Oriente, o que contribuiu para a extinção do processo e o seu arquivamento. Observa-se que o fim desse processo não significou uma trégua entre ambas as partes envolvidas. Os seringueiros enviaram uma mensagem via rádio declarando-se vitoriosos, porém, o seringalista enviou uma contramensagem ao alto Juruá, desmentindo. O'Dwyer destaca esse julgamento da seguinte forma:

Porque esse julgamento pode valer como uma notícia cifrada, dentro de uma garrafa, como as utilizadas pelos náufragos, e enviadas pelo Juruá abaixo antes mesmos de relatarmos a viagem pericial até os altos dos rios. E ainda, como acontecimento, ele revela uma singularidade: pode ser observado em todo o seu transcurso, desde o momento em que os seringueiros foram citados até as opiniões que emitiram nessas circunstâncias, acompanhando a vinda deles à cidade, viajando à noite, para chegar a tempo na audiência. (O'DWYER, 1998, p. 31).

O'Dwyer (1998) ressalta que, infelizmente, houve comentários maldosos e carregados de preconceitos por parte tanto dos funcionários, quanto pelos próprios membros da Vara Cível da Comarca a respeito dos seringueiros, tachando-os de analfabetos, desconhecedores dos procedimentos legais. A autora ressalta que,

O etnocentrismo desse tipo de opinião é do conhecimento antropológico, que considera cientificamente infundada a oposição entre pensamento primitivo, considerado pré lógico, e pensamento civilizado, como como sinônimo de culto e científico – sobre isso, ver carta aberta do antropólogo Raymundo Heraldo Maués de recusa a participar de uma perícia médica solicitada pelo juiz da 3º vara da justiça

federal por esta ver o índio “como portador de desenvolvimento mental incompleto” (Boletim da ABA, nº 6, 1º semestre de 1989 *apud* O’DWYER, 1998, p.33).

3.2 SISTEMA DE AVIAMENTO, MECANISMO DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES.

Em se tratando de dramas, dificuldades e até atrocidades a que os seringueiros estavam sujeitos na Amazônia, não poderíamos deixar de apontar o sistema de aviamento,¹⁷ que colaborou para que essas mazelas acontecessem. Não é de nosso interesse fazer um estudo detalhado e aprofundado sobre o aviamento. Desejamos, apenas, enfatizar que esse era um meio pelo qual se dava a expropriação dos trabalhadores migrantes nordestinos na Amazônia. Neste sentido, utilizamos Roberto Santos, como referência principal sobre esse assunto, pois o mesmo é considerado um clássico da literatura amazônica em se tratando da história econômica. Esse autor faz a seguinte observação:

Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador” por seu turno, era “aviado” por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. (SANTOS, 1980, p.159)

Santos (1980) acrescenta, ainda, que, na parte mais alta da cadeia, encontravam-se as firmas exportadoras, eram as que mais se beneficiavam do acúmulo de renda através dos “juros extras” e da diminuição do preço local da borracha. Santos frisava que a cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. “Neste caso, ele próprio se constituía um “aviador” de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu “aviado” ou freguês.”. (SANTOS, 1980, p. 159-160, grifos do autor)

Santos (1980) comenta que se tinha a ilusão de que a chegada dos nordestinos iria contribuir para “monetizar”, ampliando o sistema e minimizando as relações tradicionais de dependência. Muitos nordestinos tinham em mente o sentimento e o desejo forte do enriquecimento e o sonho com fortunas grandiosas em dinheiro. Mas logo caíram na realidade, e isso se tornou uma grande ilusão, sugerida pela eficácia do psicológico.

Santos comenta a situação em que se encontravam esses migrantes após tamanha

¹⁷ Sobre esse tema ver também MIYAZAKI, N.; ONO, Mario. O aviamento na Amazônia. *Sociologia*, v. 20, n. 4, p. 530-563, 1958. [parte de um livro originalmente escrito em Japonês].

desilusão,

O seringueiro ficava de tal modo isolado, pela própria disposição geográfica das atividades produtivas regionais, que seu vínculo com o “barracão” se tornava exclusivo e ele perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava. Nessas condições, a grande função desempenhada pela moeda seguia sendo a prestação de serviços de cálculo. (SANTOS,1980, p.158).

Santos (1980) observa que, mesmo após um século, o aviamento ainda deixava o seu rasto, que marcava com profundidade a sociedade regional. Santos afirma ainda que,

Em 1966, Amílcar Tupiassu o analisava sob uma ótica sociológica; ainda então concebia a sociedade amazônica como um continuum em cujas extremidades antípodas se encontravam o “macro-núcleo urbano” e o “micro – núcleo extrativista”. Ligando as extremidades entre si surgia o “elo” do aviamento. Nessa concepção, o aviamento desempenhava o papel de elemento sustentador e articulador de toda a estrutura social da Amazônia; mais ainda: por ser a via dos contatos do homem rural amazônico com a sociedade nacional, evitando que esse homem regredisse ao estado indígena, o aviamento constituía, segundo Tupiassu, o mecanismo que lograva integrar à sociedade global o personagem isolado no seio da imensidão amazônica. (SANTOS, 1980, p .158).

Santos (1980) faz uma observação importante sobre o possível embrião do aviamento, afirmando que, na época do Brasil colônia, nascia um regime de crédito, onde o negociante fixado em Belém abastecia de mantimentos a empresa coletora das “drogas do sertão”, que recebia um pagamento no final da expedição, o produto físico recolhido. Isso ficou conhecido como aviamento, que funcionaria como um grande mecanismo em toda a economia da região amazônica, no processo de extração e produção da borracha e que persiste até a atualidade, com pequenas modificações, sem muita importância. Sobre o aviamento, destaca que o mesmo surge a partir do momento em que a região amazônica entra em contato com o capitalismo industrial europeu através de um sistema fortemente monetizado. Ele chama a atenção para as características fundamentais que serviram como base para propiciar esse surgimento, onde ressalta que:

- a) Base de recursos naturais espacialmente amplo e de difícil acesso;
- b) Atraso das técnicas de produção;
- c) Índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo;
- d) Presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las;
- e) Ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito;
- f) Demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área. (SANTOS, 1980, p.155).

Diante de tais condições, esse autor admite que se tornava inevitável o uso do sistema de aviamento, fazendo com que as lideranças mercantis locais se integrassem aos interesses do mercado externo, ganhando duplamente, através de duas maneiras distintas. Primeiro, com os preços que cobram fora, e segundo com o tradicional sistema de exploração da mão de obra. Sobre o aviamento Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves (2011) tem o seguinte entendimento,

Nos seringais tradicionais, a cadeia do aviamento, articuladora-mor das relações de produção, cuja natureza política é a dominação/exploração, coordena o processo técnico de produção e define a apropriação dos resultados do processo. [...] Esse sistema articula numa extensa e complexa rede de relações econômicas, políticas e sociais os diferentes segmentos envolvidos no extrativismo da borracha. A economia da borracha constituiu-se numa trama de relações materiais e ideais dos homens com a natureza, fundada na teia de relações dos homens entre si. (CHAVES, 2011, p. 17 e 33).

Chaves (2011) completa sobre o aviamento, afirmando que ele se caracteriza por diversas maneiras de troca de mercadorias, no entanto, sem o uso do dinheiro. Devido à ausência de circulação monetária no interior dos seringais, os alimentos usados pelos seringueiros e seus dependentes eram fornecidos, ou seja, “aviados” para somente serem quitados quando acabasse o processo de produção. Chaves destaca que,

Durante aquele período, o seringueiro, enredado nas tramas da produção da borracha para o mercado europeu, tornou-se o personagem central dos enredos amazônicos. Essa condição não significou para esse produtor melhorias em suas condições de vida; ao contrário, relegou –o a um extremo empobrecimento resultante das relações de trabalho, fundadas na superexploração que marcaram as empresas extrativistas (seringais tradicionais) na cadeia do aviamento. (CHAVES, 2011, p. 13).

É importante enfatizar que, embora estivessem sujeitos às relações semisservis, os seringueiros sempre praticavam alguma forma de reagir, de acordo com a situação, afirma Chaves (2011). Alguns, embora indignados, não se manifestavam, outros fugiam ou então arrumavam confusão com o patrão. Sobre esses fatos, a autora confirma que,

Segundo depoimentos dos seringueiros mais antigos, sempre se ouvia falar de “greves”, onde o conjunto dos trabalhadores se rebelava contra as condições de exploração. A espoliação sofrida pelos seringueiros não pode ser entendida como sendo restrita à relação seringueiro-seringalista, mas no interior das relações entre uma modalidade de produção, o extrativismo e o modo de produção dominante, o capitalismo. Embora a produção da borracha não se ajuste aos moldes da produção especificamente capitalista, a ele estava subordinado pela condição imposta à Amazônia, ou seja, a indústria europeia em sua crescente necessidade de expansão atribui a esta região o papel de fornecedora de matéria prima. (CHAVES, 2011, p.38).

Ao se tratar da alimentação dos seringueiros durante o período da produção da borracha, Chaves (2011) afirma que quando os trabalhadores se dirigiam para a floresta com o objetivo da retirada do látex, nas estradas de seringueiras, não levavam nada para se alimentar, fato constatado na declaração de um seringueiro chamado Dorvalino. Observe-se o que ele diz:

A gente chega às vezes onze horas, dez horas da estrada, às vezes, às vezes não tem o que comer, a gente tem outro trabalho no roçado da gente: - velha faz um frito de farinha aí, pra mim aguentar o estômago. Num tem nada pra almoçar, num tem. Então nós vamos comer só de noite, porque a hora que eu chegar eu vou trabalhar. Eu pegava meu terçado e quando dava cinco horas (da tarde), bem não aguento mais a fraqueza, as pernas tavam tremendo. Quando chegava na beira do (rio): - ei velha! Traz a tarrafa! Ai ela trazia para mim na beira, ai eu pegava o meu peixe. Quando era sete, oito horas (da noite) já tava em casa, então nós ia jantar. (seu Dorvalino). (CHAVES, 2011, p.46).

Se existia problema quanto à alimentação, imagine-se em relação à saúde desses trabalhadores que viviam embrenhados na selva em busca do tão cobiçado látex. O quanto era complicado, quando o trabalhador, que tirava o sustento para sua casa, naquele serviço de alto risco, viesse a ficar doente. Chaves (2011) ressalta que, com relação à saúde do seringueiro, em caso de acidentes graves que viessem a tornar o trabalhador inválido, ou até mesmo no caso de óbito, eram as mulheres que ficavam responsáveis para assumir o lugar do marido no processo de produção da retirada do látex, como forma de sustentar sua prole.

Chaves (2011) constatou outra situação que merece destaque, é quanto ao processo de defumação, que causava muitos males aos trabalhadores, devido à aspiração da fumaça diariamente, dessa maneira os pulmões não aguentavam muito, após dois anos, estavam comprometidos. Vale a pena frisar que este processo de defumação foi mudado nos últimos anos da década de 1970, para o uso da prensa, o que contribuiu grandemente para a redução do tempo de trabalho e um menor esforço durante o processo.

É muito importante frisar que os migrantes que vinham para a Amazônia para trabalhar no corte de seringa, uma grande maioria só trabalhava no verão, pois o período do inverno era impróprio para a colheita, por causa da chuva. Isso era um complicador a mais em relação à dívida que, assim, só crescia.

Para Teixeira (2009), o romance *A Selva* publicado em 1930, de Ferreira de Castro, foi a maior demonstração dos dramas sociais e da violência sofrida no regime de aviamento. Muito jovem ficou órfão e emigrou para Belém, para casa de um tio, que o encorajou a ir para um seringal, onde lá, vai perceber a brutal contradição entre o barracão e a mata, a diferença

entre o comércio de extração do látex e a forma servil das relações de trabalho, marcada pelo excesso de violência física. Ferreira de Castro pode perceber com muita intensidade o sofrimento humano através da colheita da borracha, cujos lucros se destinavam ao exterior, diferentemente do café, onde os lucros permaneciam aqui no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social em seus locais de produção e venda.

Teixeira afirma ainda que:

A borracha criou imensa riqueza de uma burguesia parasitária e criou a miséria dos trabalhadores que tiveram na própria selva os muros de sua prisão e de seu cativeiro. O café criou, sem dúvida, uma riqueza concentrada nas mãos da elite cafeeira, mas alimentou os meios de uma burguesia que assumiu plenamente as possibilidades do capital e diversificou seus investimentos no comércio, na indústria, nas finanças, nos transportes, de maneira a descolonizar a riqueza que lhe chegava às mãos. (TEIXEIRA, 2009, p.11).

Para Teixeira (2009), o que aconteceu com o café foi muito importante para garantir o desenvolvimento econômico do Brasil e as mudanças sociais que ocorreram naquele período. Bárbara Weinstein (1993) também já chamava a atenção para a discrepância entre a produção de café, cacau e borracha. A economia cafeeira é um exemplo espetacular, em toda a América Latina, de um desenvolvimento continuado, advindo pela geração de lucros da exportação do café. Porém, sobre a borracha, a autora é bem enfática, afirmando que,

A prosperidade promovida pelo negócio da borracha, ao contrário, mostrou-se efêmera e superficial. Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferiam das estruturas sócio econômicas características do período colonial. (WEINSTEIN, 1993, p. 16).

3.3 DIFERENÇAS ENTRE O SOLDADO DA BORRACHA E SOLDADO DAS FORÇAS ARMADAS

O desfecho final dessa guerra para os Soldados da Borracha é inglório. Terminando os confrontos nos campos de Batalha na Europa, os patriotas da borracha continuaram a tombar nas trincheiras dos seringais; os que sobreviveram não foram tratados como heróis, não tiveram do que se vangloriar esquecidos no tempo, no inferno verde que purificou seus corpos, depois de mortos suas almas não terão vergonha de voltar ao Ceará. (GONÇALVES, 2007, p.21).

Segundo Nelson Prado Pinto (1984), o Governo Federal utilizou uma estratégia

interessante para seduzir os trabalhadores para os seringais, através do Decreto- Lei nº 5.225, editado em primeiro de fevereiro de 1943, colocando no mesmo nível o extrativismo gumífero e o serviço militar. Pinto afirma que,

Assim, o trabalhador alistava-se por dois anos, como “soldados da borracha”, fazendo jus a um pequeno salário durante a viagem e um adiantamento para deixar com seus dependentes, além de um uniforme completo. Uma vez no seringal, seu contrato de trabalho seguiria as normas ditadas pela legislação vigente. (PINTO,1984, p.98).

Conforme observamos, na figura abaixo, os migrantes nordestinos recebendo as braçadeiras, uma maneira de o governo compará-los aos soldados das forças armadas. Uma forma de atingir o seu psicológico, fazendo com eles acreditassem que realmente estavam numa guerra, embora essa guerra fosse nas florestas, onde a luta era muito mais difícil, pois morreram mais brasileiros no interior das florestas, nos seringais nesse período, que na segunda Guerra Mundial na Itália. Benchimol afirma que

Foram eles, os "arigós", os insubmissos, os rebeldes, os contestadores que se recusavam a partir para morrer à míngua no "front" seringueiro, entregues à sua própria sorte, na solidão da floresta. E por aqui ficaram, ou de lá regressaram, ainda deu tempo, como testemunhas vivas de um processo desumano de migração e ocupação Amazônica. (BENCHIMOL, 1982 p.230).

Imagem 8 - Soldados recebendo as braçadeiras.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz - MAUC/UFC.

Percebemos que o Governo Federal usava de artifício para enganar os trabalhadores nordestinos, ao afirmar que tanto o soldado das forças armadas, quanto os soldados da borracha estavam em igualdade de condições. Neste contexto, vai surgir a figura do “Soldado da Borracha”, através da propaganda do Estado Novo. Foi dito a esses migrantes que eles faziam parte de um grande exército, que tinha um valor simbólico de militarização do trabalho, pois foram trabalhando o psicológico desses trabalhadores no sentido de se sentirem responsáveis, por uma eventual vitória dos aliados. Quando chegavam no seringal é que percebiam que lá eles estariam sujeitos às normas regidas pelo contrato entre os trabalhadores e a SEMTA.

Observamos aqui, o anexo II que enumera as cláusulas gerais do contrato padrão de trabalho nos seringais.

1º - o seringalista se compromete:

A) A entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em estado que permitia a sua exploração e a auxiliá-lo na construção da barraca e do defumador, que ficam todavia, pertencente ao seringalista, independentemente de qualquer indenização; b) adiantar ao seringueiro: I – gêneros alimentícios, peças de roupa, e medicamentos de uso comum, até a importância de Cr\$ 150,00 por mês; II– utensílios e ferramentas necessárias aos serviços de extração do látex e outros, inclusive arma e munição de caça.

2º - Os fornecimentos referidos na letra b da cláusula primeira não constituem operações de compra e venda não sendo permitido sobre o valor dos mesmos qualquer acréscimo que represente lucro; e à proporção que forem sendo realizados serão lançados na CARDENETA do seringueiro.

3º - O seringueiro se comprometia a trabalhar seis dias por semana, quer na época apropriada à extração do látex, no que empregará todo esforço possível para obter uma produção máxima, quer no período de entressafra, quando deverá, quando deverá se ocupar de outros misteres dentro do próprio seringal, a juízo do seringalista, mediante salário diário mínimo de 7 (sete) cruzeiros com comida ou dez cruzeiros sem comida.

4º - Toda borracha produzida será entregue ao seringalista e só poderá sair do seringal devidamente marcada, e pela barraca ou porto que o seringalista determinar.

5º - a infração da cláusula anterior importa em fraude, sujeita a ação policial inclusive apreensão do produto e procedimento criminal que no caso couber.

6º - Da borracha produzida pelo seringueiro ser-lhe-á creditado, pelo seringalista, logo que a mesma for vendida, o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) no mínimo sobre o preço oficial que vigorar nas praças de Manaus ou Belém, onde deve ser negociada, depois de classificada, não se computando qualquer despesa de frete, seguro, impostos, taxas, comissão, etc que recairão sempre sobre o seringalista.

7º - O seringueiro poderá cultivar, livre de qualquer ônus, um hectare de terra, ficando expressamente proibido a destruição de castanheiras ou seringueiras.

8º - Os animais abatidos pelos seringueiros, em caçada, pertencer-lhes-ão, bem como as respectivas peles.

9º - Além dos elementos indispensáveis à identidade do seringueiro, serão feitos, obrigatoriamente, na CARDENETA, todos os lançamentos de débitos, relativos aos fornecimentos de mercadorias, utensílios, ferramentas, armas, etc., sujeitos à comprovação do seu custo e despesas; e a crédito e percentagem correspondente à borracha entregue, mediante a apresentação da respectiva conta de venda.

10º - O seringueiro não poderá abandonar o serviço ou passar para o seringal pertencente a outro seringalista, sem liquidar integralmente as suas contas e

obrigações decorrentes do presente contrato, salvo, todavia, se o seringalista com quem pretende trabalhar assumir, como fiador, a responsabilidade do débito acaso existente, ou pagá-lo imediatamente ao credor, se este assim o preferir.

11º - A solução dos conflitos que ocorrem entre os contratantes, caberá a justiça do trabalho. (MARTINELLO, 2004, p.396).

Este contrato não passava de um discurso vazio, pois não era cumprido, na maioria dos casos, o que estava escrito nele. Vejamos o exemplo da arma e munição de caça, dificilmente o seringalista fornecia esta ferramenta, sob a alegação de que perderia muito tempo neste ofício, atrapalhando na extração do látex. Quando do fornecimento da alimentação, sempre havia majoração nos preços, constituindo também forma de exploração. O trabalhador que labutava no interior das florestas, mesmo com um contrato assinado, prevalecia o que estava anotado e a vontade do seringalista, mesmo sabendo que era proibido conforme o contrato. Em muitos casos, houve a ação policial quando o seringueiro era flagrado vendendo a borracha para outra pessoa, pois estava previsto no contrato; porém, na grande maioria das vezes, o seringueiro se arriscava em fazer isso, devido à grande exploração que ocorria na hora da entrega da borracha defumada ao seringalista, que descontava a possível água que supunha existir, quando o produto era pesado.

Embora estivesse previsto no contrato que o seringueiro podia dedicar-se ao cultivo da terra, dificilmente isso acontecia, sob o argumento de diminuir a produção. Outra observação que merece atenção é quanto ao tópico relacionado ao abandono do seringal, o que dificilmente ocorria, pois os seringueiros nunca tinham crédito, permaneciam sempre devendo, o que impossibilitava a sua saída, concorrendo para uma contínua expropriação do seringalista sobre o trabalhador que, em sua grande maioria, sequer entendia o contrato, mesmo porque em grande número eram analfabetos.

Observamos também o que diz anexo I do termo de compromisso (entre o SEMTA e o “soldado da borracha” recrutado)

Os benefícios concedidos e as obrigações assumidas pelo trabalhador são as seguintes:

A – O DNI fornecerá gratuitamente ao trabalhador: 1º - meios de transportes para ele e para seu equipamento de viagem, dos pontos de recrutamento e concentração aos de locação nos seringais; 2º - alojamento nas hospedarias durante a viagem; 3 – assistência médica e sanitária nos locais indicados no item 2º; 4º - equipamento de viagem, que ficará sendo de propriedade do trabalhador, composto de um vestuário de duas calças e um blusão, um par de alpercatas ou equivalente, uma rede, uma mochila, uma caneta, um prato fundo e um talher; 5º - novo vestuário se, decorrido três meses do fornecimento do equipamento inicial, não estiver ainda o trabalhador colocado no seringal; 6º - alimentação adequada, durante a vigência deste termo de compromisso.

B – O DNI, a título de auxílio, efetuará os seguintes auxílios ao trabalhador: Cr\$ 20,00 quando assinar o presente termo, Cr\$ 20,00 quando chegar a Belém, e Cr\$

20,00 na ocasião da assinatura do contrato de trabalho.

C – O DNI proporcionará ao trabalhador e sua família, a necessária e indispensável assistência religiosa.

D – O trabalhador, durante a vigência deste termo de compromisso, se obriga a prestar, a critério da administração do DNI, qualquer trabalho previsto pela legislação trabalhista, estabelecendo o salário diário de Cr\$ 4,00 sem prejuízo do auxílio constante da letra “B”.

E – O trabalhador obriga-se a observar os regulamentos dos acampamentos e das companhias de navegação, quando embarcado.

F – Se por motivo relevante e justo, durante a vigência deste termo de compromisso, não convier ou não foi possível o aproveitamento do trabalhador, será ele reconduzido para o ponto recrutado. Ficam ressalvados os casos de comprovada força maior e os decorrentes de justa causa para a rescisão do contrato de trabalho especificados no artigo 482, da consolidação das leis trabalho.

G – Se o trabalhador, durante a vigência deste, solicitar peças do equipamento de que trata a letra “A”, antes de decorrido três meses do fornecimento inicial, ou der lugar a prejuízo de qualquer natureza, fica acordado ser lícito o desconto das importâncias correspondentes aos danos causados, da quantia de Cr\$ 200,00, referida na letra “B”. (MARTINELLO, 2004, p.395).

Observamos que, em nenhum momento, este termo de compromisso entre o SEMTA e o “Soldado da Borracha” também foi colocado em prática a contento pelo Governo Federal, por diversos motivos, dentre os quais, podemos destacar: difícil acesso aos locais dos seringais, na grande maioria, o acesso era somente pelos rios, falta de entendimento entre órgãos responsáveis pela colocação destes trabalhadores nos seringais, o (SEMTA), Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, e posteriormente o (CAETA): Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, todos os órgãos ligados ao Departamento Nacional de Imigração, (DNI). Este órgão tinha o controle sobre o recrutamento, distribuição, hospedagem e alimentação, além do transporte dos migrantes nesse período.

Pinto (1984) frisa que os locais para onde os migrantes se deslocavam, chamados de hospedarias, tinham mais a aparência de campos de prisioneiros, onde se observava alimentos estragados, falta de atendimento médico, isso sem contar as grandes jornadas de viagens que, às vezes, chegavam até a três meses para chegar no destino final, que era o seringal. Chegando lá, a coisa piorava ainda mais, devido às péssimas condições de trabalho. A situação era tão crítica que até as pessoas que se beneficiavam dessa mão de obra, neste caso, os seringalistas e aviadores, não economizavam nas críticas às pessoas que faziam parte dessa organização. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial em 1945, houve uma expectativa muito grande por parte dos “Soldados da Borracha”, pensaram que, talvez, pudessem voltar para seus lares ou até mesmo chegaram a acreditar que receberiam a tão sonhada indenização. Sobre esse fato, Frederico Alexandre de Oliveira Lima (2013) comenta,

Porém, se a vida nos seringais não mudou de forma imediata, é certo que uma coisa mudou quase imediatamente: a esperança e o sentimento de heroísmo, ou pelo menos de dever cumprido, e a certeza de que a pátria reconhecera aqueles que, durante o esforço de guerra aliado, permaneceram embrenhados nas selvas, extraindo látex indispensável ao funcionamento da máquina militar norte-americana. (LIMA, 2013, p.116).

Observa-se que esse governo utiliza como artifício uma lei que, democraticamente, no nosso entendimento, era para fazer justiça, mas ao contrário, fez-se injustiça, ao não incluir os “Soldados da Borracha”, e, ao mesmo tempo, se contradizendo, pois foi dito anteriormente, conforme Pinto (1984), que os mesmos teriam igualdade de condições através do Decreto-Lei nº 5.225, editado em primeiro de fevereiro de 1943 (BRASIL, 1943), colocando no mesmo nível o extrativismo gumífero e o serviço militar. Vejamos o que diz a Lei Nº 1.147, de 25 de junho 1950 (BRASIL, 1950), que dispõe sobre o amparo à assistência aos ex-combatentes:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os institutos de previdência social e as caixas econômicas federais financiarão, na medida das suas possibilidades, a aquisição ou a construção de imóveis para moradia dos civis ex-combatentes, contribuintes daquelas instituições, que não sejam proprietários, ou, se forem falecidos, de suas viúvas e filhos menores.

f) preferência aos ex-combatentes casados e aos de maior número de filhos sob sua dependência econômica, permanecendo incorporado ou não às Forças Armadas, observado o disposto na letra "h", do art. 1º da citada lei;

Art. 2º Aos ex-combatentes, não beneficiados pelo disposto no artigo anterior, serão doados pela União, em terrenos do seu domínio, ou por ela adquiridos para tal fim, lotes de terra para lavoura ou criação de área não superior a 20 (vinte) hectares.

Art. 3º Para preenchimento de qualquer emprego nas repartições públicas federais, entidades autárquicas e sociedades de economia mista, inclusive os extranumerários em geral, terão preferência, mediante concurso, em igualdade de condições, durante cinco anos, os ex-combatentes.

Art. 4º Em igualdade de condições terão preferência os filhos dos ex-combatentes, ou quando for o caso, estes próprios na matrícula dos estabelecimentos de ensino público.

Art. 5º Consideram-se civis ex-combatentes para os efeitos desta lei:

a) os participantes, não militares, da FEB e da FAB;

b) os tripulantes de navios e embarcações da Marinha Mercante Nacional que tenham participado, de maneira efetiva, de operações de guerra.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

Percebemos que os ex-combatentes eram bastante privilegiados em detrimento dos seringueiros, é o que nos mostra essa Lei nº 1.147 datada de 1950 (BRASIL, 1950), cinco anos após o final da guerra. Novamente, depois de 43 anos, eles continuam sendo beneficiados, através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que os beneficiava por conta dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o governo privilegiou os ex-combatentes que participaram efetivamente da Segunda Guerra Mundial. Observemos o que

nos mostra o Artigo 53:

Art. 53 - Ao **ex-combatente** que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

I - aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;

II - pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;

III - em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual à do inciso anterior;

IV - assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

V - aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;

VI - prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

Parágrafo único - A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao **ex-combatente**. (BRASIL, 1988).

Infelizmente, na mesma Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os mesmos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, mudando apenas de artigo que, nesse caso, foi o artigo 54, o governo, depois de mais de quatro décadas, especificamente 43 anos depois, é que vai reconhecer os “Soldados da Borracha”, ao prever pensão mensal vitalícia, apenas no caso de carência dos seringueiros e seus dependentes, o mísero piso de dois salários mínimos, enquanto que o ex-combatente teria direito ao soldo de segundo tenente, o equivalente a dez salários mínimos. Isso mostra uma discrepância muito grande e um descaso ainda maior, como se esses trabalhadores fossem pessoas de categoria inferior. Levando-se em conta somente salário, sem, contudo, levar em conta outros benefícios que os ex-combatentes tiveram.

Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 setembros de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.

§ 1º - O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º - Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º - A concessão do benefício far-se-á conforme lei proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição. (BRASIL, 1988).

Novamente, após 26 anos do fim da guerra em 1945, o governo continua insistindo em privilegiar uns em detrimento de outros através da Lei Nº 5.698, de 31 de agosto 1971 (BRASIL, 1971) que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O ex-combatente segurado da previdência social e seus dependentes terão direito às prestações previdenciárias, concedidas, mantidas e reajustadas de conformidade com o regime geral da legislação orgânica da previdência social, salvo quanto:

I - Ao tempo de serviço para aquisição de direito à aposentadoria por tempo de serviço ou abono de permanência em serviço, que será de 25 (vinte e cinco) anos:

II - À renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria de qualquer espécie, que será igual a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, definido e delimitado na legislação comum da previdência social.

Parágrafo único. Será computado como tempo de serviço, para os efeitos desta Lei, o período de serviço militar prestado durante a guerra de 1939 a 1945.

Art. 2º Considera-se ex-combatente, para os efeitos desta Lei, o definido como tal na Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, bem como o integrante da Marinha Mercante Nacional que, entre 22 de março de 1941 e 8 de maio de 1945, tenha participado de pelo menos duas viagens em zona de ataques submarinos.

Parágrafo único. Consideram-se ainda, ex-combatentes, para os efeitos desta Lei, os pilotos civis que, no período referido neste artigo, tenham comprovadamente participado, por licitação de autoridade militar, de patrulhamento, busca, vigilância, localização de navios torpedeados e assistência aos naufragos.

Art. 3º O ex-combatente já aposentado de acordo com o regime comum da legislação orgânica da previdência social terá direito à revisão do cálculo da renda mensal de seu benefício, para que ela seja ajustada ao valor estabelecido no item II do artigo 1º, com efeitos financeiros a contar data do pedido de revisão.

Parágrafo único. Poderá igualmente ser revisto a pedido, nas condições deste artigo, o valor da aposentadoria que tiver servido de base para o cálculo de pensão concedida a dependentes de ex-combatentes.

Art. 4º O valor do benefício em manutenção de ex-combatente ou de seus dependentes, que atualmente seja superior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, não sofrerá redução em decorrência desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos dos dispostos neste artigo, incorporam-se ao benefício da previdência social as vantagens concedidas com fundamento na Lei nº 1.756, de 5 de dezembro de 1952.

Art. 5º Os futuros reajustamentos do benefício do segurado ex-combatente não incidirão sobre a parcela excedente de 10 (dez) vezes o valor do maior salário-mínimo mensal vigente no País.

Art. 6º Fica ressalvado o direito do ex-combatente que na data em que, entrar em vigor esta Lei, já tiver preenchidos requisitos na legislação ora revogada para a concessão da aposentadoria por tempo de serviço nas condições então vigentes, observado, porém nos futuros reajustamentos, o disposto no Artigo 5º.

Parágrafo único. Nas mesmas condições deste artigo, fica ressalvado o direito à pensão dos dependentes de ex-combatente.

Art. 7º Ressalvada a hipótese do artigo 6º, no caso de o ex-combatente vir contribuindo, de acordo com a legislação ora revogada, sobre salário superior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, não será computada, para qualquer efeito, a parcela da contribuição que corresponda ao excedente daquele limite, a qual será restituída, a pedido.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 1.756, de 5 de dezembro de 1952 e 4.297, de 23 de dezembro de 1963, e demais disposições em contrário.

Mais uma vez, constatamos que os ex-combatentes foram beneficiados. Desta vez, acrescentam-se os órfãos de menor idade, que sejam carentes de recursos. Tendo prioridade ao acesso em estabelecimento de ensino bem como a ajuda através de bolsas de estudos. Como nos mostra a Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968 (BRASIL, 1968a).

Art. 2º Serão concedidas bolsas de estudo, com prioridade, através das Comissões Estaduais de bolsas de Estudo:
 I - aos filhos menores de ex-combatentes, somente quando a solicitação for encaminhada pela respectiva Associação, sediada na Capital do Estado, acompanhada dos documentos comprobatórios; II - aos menores órfãos carentes de recursos, quando apresentados documentos que comprovem essa condição.
 Parágrafo único. Em ambos os casos, solicitação deverá ser justificada com declaração, firmada por autoridade pública, da inexistência de estabelecimento oficial no local de domicílio do requerente.
 Art. 3º As bolsas de que trata o artigo anterior equivalerão à anuidade externato, desde que não ultrapasse a importância de 2 (duas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
 Art. 4º As Comissões Estaduais de bolsas de Estudo, até 30 de março de cada ano, deverão apresentar ao Ministério da Educação e Cultura, através da Coordenação Nacional de bolsas de Estudo, o relatório do ano anterior, indicativo do número de bolsistas reprovados, filhos de ex-combatentes ou órfãos carentes de recursos.
 Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário. (BRASIL, 1968a).

Após os seringueiros serem contemplados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mesmo sendo reconhecidos tardiamente, através dos Atos Transitórios Constitucionais, art. 54, sendo contemplados com uma pensão equivalente a dois salários mínimos. Começaram a surgir várias fraudes em relação a este benefício, onde várias pessoas passaram a receber, sem contudo terem direitos, devido à fragilidade da lei, que exigia apenas a prova testemunhal. Diante disso, o governo emitiu uma Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social de nº 4.630 de 13 de março de 1990 (BRASIL, 1990), que posteriormente passou a vigorar como Lei nº 9.711/98 (BRASIL, 1998), praticamente dez anos após a criação do referido benefício. Exigia-se, a partir desta lei, além da prova testemunhal, a prova material, ou seja, a partir de agora os trabalhadores precisavam provar que trabalharam no esforço de guerra, durante a Batalha da Borracha.

Tinham que comprovar com documentos emitidos pelos órgãos institucionais criados pelo Governo Federal durante o processo de migração, órgãos como SEMTA, CAETA, SAVA. Isso causou um transtorno muito grande devido às dificuldades de conseguir essas provas. Primeiro, já tinha passado exatamente 53 anos do final da segunda guerra mundial, e os órgãos do governo já não existiam mais, pois foram criados apenas para aquele fim. Outro agravante era em relação à idade desses trabalhadores que estavam vivos, pois não tinham

mais condições de irem procurar os seus direitos. A Portaria 4.630, de 13 de março de 1990 (BRASIL, 1990), dispõe sobre as instruções necessárias execução da Lei n. 7.986, de 28 de dezembro de 1989 (BRASIL, 1989), e dá outras providências. O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 60 da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989 (BRASIL, 1989), resolve:

Art. 10 É devida pensão mensal vitalícia aos seringueiras recrutados nos termos do Decreto-lei n. 5.813, de 14 de setembro de 1943 que tenham trabalhado durante a Segunda Guerra Mundial nos seringais da Região Amazônica, amparados pelo Decreto-lei n. 9.882, de 16 de setembro de 1946, e que não possuam meios para a sua subsistência e de sua família. Art. 20 O benefício de que trata este artigo é extensivo aos seringueiros que, atendendo ao chamamento do governo brasileiro, trabalharam na produção de borracha 'no mesmo período, na Região Amazônica; contribuindo para o esforço de guerra. Art. 30 A pensão especial vitalícia é transferível aos dependentes do beneficiado, por morto deste, que comprovem o estado de carência referido no art. 10, obedecido, para a apuração da dependência, cri lírio idêntico ao estabelecido no artigo 10 da Consolidação das Leis da Previdência Social, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984. Para efeito da aplicação do disposto neste artigo, não haverá redução do valor global da pensão mensal vitalícia, revertendo e: favor dos beneficiários remanescentes as paralelas dos componentes do respectivo rateio que perderem a condição de dependentes. Art. 40 A comprovação da efetiva prestação de serviços referida coar. 10 será feita perante os órgãos e representações locais do Instituto Nacional de Previdência social - INPS, por todos os meios da prova admitidos em direito, inclusive a justificação administrativa ou judicial. Parágrafo Único. A comprovação de que o requerente ou os seus dependentes não possuam meios para a sua subsistência será feita mediante apresentação de atestado fornecido por órgão oficial.

Até que, finalmente, um partido político tomou uma iniciativa que merece servir de exemplo para os demais sobre a necessidade dos trabalhadores, no caso aqui, dos “Soldados da Borracha”, quando, em novembro de 2001, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) de nº 2555-4. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), usando do ofício de uma liminar, contrário ao artigo 21 da Lei nº 9.711/98 (BRASIL, 1998), que mudou o artigo 3º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989 (BRASIL, 1989), que passou a exigir dos seringueiros uma prova material de que teriam prestados serviços na segunda Guerra Mundial, para, a partir de então, obterem direito ao benefício de dois salários mínimos. Porém, infelizmente, foi negado, constituindo mais uma violação do direito desses trabalhadores, que se encontravam em idade avançada e não puderam receber o seu tão sonhado auxílio financeiro, a partir dessa exigência. Vejamos o Acórdão, negando o direito de aposentadoria, de quem não comprovasse tal prova material:

A vedação à utilização da prova exclusivamente testemunhal e a exigência do início de prova material para o reconhecimento judicial da situação descrita no art. 54 do ADCT e no art. 1º da Lei nº 7.986/89 não vulneram os incisos XXXV, XXXVI e LVI do art. 5º da CF. O maior relevo conferido pelo legislador ordinário ao princípio

da segurança jurídica visa a um maior rigor na verificação da situação exigida para o recebimento do benefício. Precedentes da Segunda Turma do STF: REs nº 226.588, 238.446, 226.772, 236.759 e 238.444, todos de relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio.

Descabida a alegação de ofensa a direito adquirido. O art. 21 da Lei 9.711/98 alterou o regime jurídico probatório no processo de concessão do benefício citado, sendo pacífico o entendimento fixado por esta Corte de que não há direito adquirido a regime jurídico.

Ação direta cujo pedido se julga improcedente.¹⁸ (BRASIL, 2001, recurso eletrônico).

Nas falas dos “Soldados da Borracha”, fica evidente o drama social desses atores. Para Lima (2013), o Governo Federal simplesmente não cumpriu sua parte, quando da arregimentação que previa indenização. Porém, vale ressaltar que essa atitude por parte da União não desencorajou esses homens do desejo de lutar pelos seus direitos. Outros seringueiros que não conseguiram retornar para suas cidades de origem, tiveram que se readequarem no meio das matas como forma de resistência, mantendo-se envolvidos com a retirada do látex na floresta. Com o fim do conflito, os seringueiros que ficaram por não terem condições de se deslocarem para as cidades de origem, ou ainda, aqueles que permaneceram por conta das dívidas contraídas nos seringais, ficaram sem assistência por parte do Governo Federal, tiveram que seguir caminhos diferentes. Uns ficaram às margens dos rios, outros ficaram perambulando pelas cidades, aceitando qualquer tipo de serviço com mínima remuneração para sobrevivência.

Um fato que realmente chama a atenção, segundo Lima (2013), é o fracasso da “Batalha da Borracha”, porque, mesmo no meio desses “Soldados da Borracha”, existiam discordâncias em relação ao abandono por parte do Governo Federal sobre esses trabalhadores, afirmando que, realmente, o que houve foi falta de vontade para o trabalho. Vejamos o que foi publicado no Jornal O Acre em setembro de 1947,

Uma opinião diferente sobre a *Batalha da Borracha* – A Amazônia não é nenhum “inferno”; Seus habitantes não são “demônios”. Queixas dos que fracassaram e os motivos do fracasso – Trabalhos “perigosos” e “pesados” que centenas de meninos afrontam sorrindo – Maria Isabel e seus corajosos 15 anos – Elementos desclassificados comprometendo o trabalho e a disciplina – imprudências vícios e crimes – Original depoimento de um ex- “Soldado da Borracha”.

Os *Soldados da Borracha*, em sua maior parte, tem grande culpa no que lhes sucedeu no Amazonas. (Jornal Acre, 1947 *apud* LIMA, 2013, p.118).

Embora existisse esse posicionamento por parte de um trabalhador que participou da “Batalha da Borracha”, conforme publicação do citado jornal, não encontramos, durante a

¹⁸ Acórdão publicado Diário Oficial da Justiça em 02 de maio de 2003.

nossa pesquisa, estudos que comprovem um número considerável de trabalhadores que partilhavam desse posicionamento. Portanto, entendemos como um momento de desabafo, um fato isolado que não condiz com a realidade da grande maioria dos seringueiros que labutaram na Segunda Guerra Mundial no interior das florestas na Amazônia.

Com o final do conflito, centenas de migrantes, os chamados “Soldados da Borracha” viram-se sem condições econômicas e tiveram a dura missão de escolher entre voltar à terra natal ou fixar residência no interior do estado do Amazonas. Benchimol (1982) afirma que, no Amazonas, a falta de ajuda financeira para estes trabalhadores (o autor classifica-os como filhos pródigos da borracha), estes abandonavam os seringais endividados e rumavam para outras cidades criando os primeiros processos de “afavelamento”.

Como se pode inferir da afirmação de Benchimol (1982), o final da Segunda Guerra Mundial traz para o migrante nordestino uma série de novos problemas, dentre eles, ter de escolher entre voltar ou se deslocar para o interior do estado do Amazonas, ressaltando que os mesmos estavam sem condições econômicas para colocar em prática novas estratégias de sobrevivência. Por diversos motivos, acabavam seguindo o destino das cidades de Belém e Manaus como alternativas de salvação, de sobrevivência e, como consequência, “muitos se marginalizavam logo, outros desafogavam o desespero no crime, na valentia e na cachaça; as crônicas policiais da época registravam essas ocorrências nos jornais da cidade”. Desta forma, observamos, neste momento, a migração destes homens, mulheres e crianças para a cidade de Manaus, na qual Benchimol metáforiza: “Uma verdadeira chuva de “arigós” nas ruas, praças, cidades, rios, e seringais do nosso interior, cuja repercussão vai ser decisiva e importante na história das integrações humanas, sociais, econômicas e psicológicas na Amazônia do futuro.”. (BENCHIMOL, 1982. p. 17).

Destacamos, aqui, o total descaso por parte dos governadores e do Governo Federal por esses seringueiros, homens que lutaram na floresta em favor de um esforço de guerra aliado que, no final, foram simplesmente abandonados de maneira cruel e desumana. As cidades da Amazônia cresceram em decorrência desse grande número de migrantes nordestinos, conhecidos como “Soldados da Borracha”, que retornaram dos seringais e não conseguiram voltar para as cidades natais, não tiveram outra saída, senão permanecerem nas cidades e capitais da Amazônia seja nas margens dos rios, na floresta na retirada do látex das seringueiras seja ainda praticando a agricultura de subsistência.

Martinello (2004), apesar de reconhecer a falta de empenho tanto por parte da maioria dos governadores de alguns estados envolvidos, quanto principalmente do Governo Federal, o principal responsável pelo fracasso da “Batalha da Borracha”, destaca com louvor o interesse

e a criatividade de alguns governos locais, como foi o exemplo do governador do Acre, Guiomard dos Santos, que devido a esses fatos, continua sendo lembrado até hoje pelos feitos, ao elaborar planos de colonização ainda 1942, no governo de Oscar Passos em meio à Batalha da borracha, que estava em curso. Martinello cita como exemplo,

O caso do Seringal Empresa, cujos lotes foram cedidos aos retirantes da borracha com alguma aptidão para as atividades agrícolas. Novos núcleos e colônias foram criados de 1947 a 1950. Neles plantava-se mandioca, milho, arroz e feijão; e também produziam açúcar, mel, carvão, leite, carne, ovos e frutas. (CEDEPLAR /UFMG *apud* MARTINELLO, 2004, p. 359).

Martinello (2004), ao se referir ao Banco de Crédito da Borracha (BANCREVEA), faz duras críticas afirmando que:

Desgraçadamente, o envolvimento do Banco de Crédito da Borracha no financiamento de tantas aquisições do governo, como a compra da CIA. Ford do Brasil, do acervo da RDC, e o uso desse fundo para financiar depois a compra dos excedentes da borracha, levou esta instituição de crédito a consumir praticamente todo esse encaixe que deveria ser intocável, porque pertencente, de direito, aos seringueiros. Foi aí, aliás, onde se consumiu todo o numerário de tão comentado prêmio do *soldado da borracha* e sobre o qual todos faziam menção em suas entrevistas. (MARTINELLO, 2004, p.359).

Esse dinheiro do Banco de Crédito da Borracha avaliado em torno de Cr\$ 10.000.000.00, segundo Bouças, era de direito para ser destinado para os seringueiros na assistência dos mesmos (BOUÇAS, [S.d.] *apud* MARTINELLO, 2014, p. 358). O professor José Lino do Nascimento Marinho (2013) na dissertação de mestrado, “*Seringueiros do Médio Solimões: Fragmentos e memórias de vida e trabalho*”, suspeita dessa situação de abandono em que se encontravam os seringueiros do Médio Solimões, afirmando que,

Tem-se a impressão de que os seringueiros remanescentes da batalha da borracha foram abandonados fatalmente pelo governo brasileiro, porque dos sete entrevistados nesta pesquisa nenhum deles possui o benefício de aposentadoria como soldado da borracha. Somente um deles possui casa condigna, todos outros residem em casebres na periferia da cidade de Tefé na mais absoluta miséria. Chega a faltar-lhes o básico para alimentação e vestuário conforme observamos no trabalho de campo. Este estudo da história e memória dos seringueiros de Tefé no Médio Solimões adquire maior importância não só como registro científico, mas também como denúncia de que a Constituição Federal de 1988, em alguns casos, continua no papel. Ela afirma com letra pítrea que todos são iguais perante a Lei. Faltou acrescentar que a maneira como cada um exerce seu poder de influência para fazer valer a lei na busca de direitos, é diferente, enquanto isso os seringueiros vivem uma condição humana de pobres, analfabetos, doentes, alguns deles perdidos na escuridão da cegueira, desinformados, abandonados à própria sorte. Parecem condenados a uma pena perpétua diante de uma realidade cruel e mesquinha que ampara o opressor e maltrata o oprimido. (MARINHO, 2013, p.107).

A senhora Ana Ajuricaba Távora de Oliveira que era presidente da *casa do pobre*, em Rio Branco no Acre, através de uma carta de recomendação do Major Guiomar dos Santos, então governador daquele estado, na ocasião, saiu em favor dos “Soldados da Borracha”, confirma Martinello (2004) enfatizando que a mesma saiu viajando pelas principais cidades brasileiras, em busca de fundos para os milhares de seringueiros que perambulavam pelas ruas da cidade de Rio Branco, após a desativação dos seringais. Chegando a Fortaleza, dona Ana, concedeu uma entrevista ao *Correio do Ceará* (05.12.1946), onde afirmava:

Em Rio Branco, capital do território, existem nada menos que dois mil migrantes cearenses, a maioria doente e formada de mendigos. Muitos deles naturalmente gostariam de regressar ao Ceará. Outra parte poderia ficar distribuída nos empregos que o governo se esforça por criar. É grande a exploração dessa pobre gente nos seringais. Os seringueiros vendem a borracha aos seringalistas a Cr\$ 10,00 o quilo, [o que é muito: devemos lembrar que o quilograma da borracha era cotado, na época, a Cr\$ 24,00 por quilograma – destaque do autor]. E ainda há descontos. E aos seringueiros são fornecidas, pelos seringalistas, mercadorias por preços exorbitantes. É claro que há exceções. Os seringueiros quando tem saúde, trabalham. Mas acontece que vem o impaludismo e outras doenças; é muito ruim a sua situação nos barracões”. (OLIVEIRA, 1946¹⁹ *apud* MARTINELLO, 2004, p.344).

Essas denúncias feitas pela dona Ana, fizeram com que surgisse um amplo e polêmico debate acerca da “Batalha da Borracha”, e principalmente sobre o paradeiro dos soldados seringueiros. Martinello conclui afirmando que:

Travaram-se violentas diatribes em que se distinguiam os representantes do nordeste, profligando a insensatez e leviandade dos governantes da época e responsáveis pela malfadada *batalha da borracha*, que brincaram com a vida de tantos nordestinos, além de empobrecer os Estados do Nordeste de uma mão de obra preciosa. (MARTINELLO, 2004, p.345).

Martinello (2004) enfatiza que os representantes da Amazônia não concordaram com a tragédia e tampouco com a quantidade de mortos, defendendo que uma grande quantidade destes nordestinos estaria trabalhando nos seringais ou desenvolvendo alguma atividade na Amazônia, contribuindo, dessa maneira, com seu trabalho para o desenvolvimento da Amazônia. No entendimento de Lima (2013), com o fim do Estado Novo e o consequente retorno da democracia, houve muitas críticas à campanha de produção da borracha voltada para a guerra e, por isso, ganhou eco na Assembleia Constituinte que estava se instalando. Foi fundamental para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que tinha como objetivo investigar as consequências e possíveis resultados da “Batalha da Borracha”. Depois de instalada a CPI, observam-se claramente dois posicionamentos diferentes em

¹⁹ Entrevista concedida ao periódico *Correio do Ceará* em 05 de dezembro de 1946.

relação à “Batalha da Borracha”, um estava voltado para o viés econômico, relacionado aos preços da borracha, onde havia o entendimento de que os “Soldados da Borracha”, que haviam se deslocado para a Amazônia durante o esforço de guerra, estavam em boas condições de trabalho e que, por isso, permaneciam trabalhando nos seringais.

Infelizmente concordaram com essa posição, os, então, deputados do Amazonas, que pertenciam ao Partido Social Democrático (PSD), Cosme Ferreira Filho e Francisco Pereira da Silva, tal posicionamento, desprovido de preocupação com a situação dos seringueiros, talvez explique o motivo pelo qual se justifique o esquecimento dos “Soldados da Borracha”, como atores sociais históricos, importantes para o esforço de guerra aliado durante a segunda guerra mundial. Este autor (LIMA, 2013) chama a atenção para o outro posicionamento,

De outro lado estavam aqueles que argumentavam o abandono dos trabalhadores e a desorganização da campanha. Aliados a essa segunda postura, estavam parlamentares dos partidos opositores, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP), representantes de Estados nordestinos fornecedores de mão de obra, como Manuel do Nascimento Fernandes Távora, do Ceará, e João Fernandes Campos Café Filho, do Rio Grande do Norte. (LIMA, 2013, p. 126).

Este grave problema social surgido a partir da “Batalha da Borracha” consegue contagiar, de tal maneira debates polêmicos e acirrados, que o deputado Café Filho, então representante do Rio Grande do Norte, solicitou o requerimento de nº 263 para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para então apurarem, a situação dos trabalhadores que foram enviados para a Amazônia. Martinello assinala que,

Grande expectativa se criou especialmente em volta dos depoimentos do Ministro João Alberto Lima de Barros, idealizador e criador de Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e do Sr. Valentim Bouças, Diretor Executivo do CCAW (Comissão de Controle dos Acordos de Washington). As declarações do primeiro (que nunca foram publicadas), advogando para si a paternidade do fracasso pelo serviço de SEMTA e pela campanha da borracha na parte da imigração, se de uma parte estão a indicar alguma humildade e até certo desassombro, não o livraram, porém, da responsabilidade por esses crimes e nem das consequências que poderiam advir disso. (MARTINELLO, 2004, p.346-347).

Martinello (2004) acrescenta ainda que, infelizmente nesses casos, não era prevista punição, até porque os “os mortos continuavam mortos”. Quando ocorreu o IV Seminário de Estudos Geográficos que aconteceu em 19 de julho de 1946, e que tinha como tema, a campanha da borracha, o Ministro João Alberto Lima de Barros, após discorrer sobre a criação da SEMTA e de ter conversado com as autoridades norte-americanas para a

operacionalização da mesma, afirmava:

O nosso desejo era transportar os trabalhadores com o mínimo de sacrifícios. No momento de uma guerra, ninguém vai perguntar quem foi o responsável pela derrota do exército inglês na África. O importante é vencer. Se, no momento atual fôssemos tomar medidas apressadas, impondo sacrifícios aos homens nordestinos seria uma crueldade, mas naquela ocasião era preciso obter a borracha a qualquer preço, de qualquer maneira. A guerra o exigia. Era a nossa cooperação. (BARROS, 1946 *apud* MARTINELLO, 2004. p. 347).

Infelizmente, essa CPI não trouxe nenhum resultado positivo para que viesse beneficiar os “Soldados da Borracha”, foi arquivada ainda em 1946. É importante esclarecer que, durante o período da ditadura militar, pouco se falou dos seringueiros, somente com os debates acerca da nova constituinte de 1988 e com a morte de Chico Mendes, que teve repercussão nacional e internacional, vieram à tona novamente os “Soldados da Borracha”. Lima (2013) chama a atenção para o fato de os seringueiros viverem em condições cruéis:

Aos seringueiros ainda era imposta uma condição cruel, pois, no fim dos anos 1970, principalmente no Acre, os projetos agropecuários, expulsaram os trabalhadores dos seringais para as cidades, derrubando as florestas. Tal processo resulta em nova mudança na condição social desses indivíduos, já que de pobres extratores de látex no seio da floresta, transformando-se em miseráveis moradores da periferia das cidades Amazônicas, sem qualquer auxílio para o trabalho ou para a construção de sua própria casa. (LIMA, 2013, p.129).

O que realmente nos chama a atenção é o fato de a historiografia brasileira não ter dado muito destaque aos migrantes nordestinos denominados “Soldados da Borracha”, que se deslocaram para a Amazônia, para ajudar nessa guerra, dentro da floresta, sujeitos aos perigos da selva e as doenças que dizimaram, segundo Secreto (2007), em torno de cinquenta por cento dos 50.000 mil nordestinos enviados para a Amazônia. Porém, exalta com muita ênfase a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e também sobre o primeiro ciclo da borracha, onde é dado um enfoque maior. Surge um grande questionamento, por que do silêncio por parte do Governo Federal em relação aos heróis da borracha na Amazônia que deram seu suor, sangue e a sua própria vida em prol de uma guerra, e sequer reconheceu a importância desses homens que deixaram suas famílias, suas casas e que vieram motivados pela propaganda do governo, artifício usado para enganá-los de maneira covarde e depois simplesmente os abandonaram à sua própria sorte?

Exercendo a docência durante mais de uma década, constatei que os livros didáticos também não davam a importância aos seringueiros da “Batalha da Borracha”. O professor Cláudio Vicentino, autor de livros didáticos sobre a História do Brasil e Geral, não chega a

preencher uma lauda sequer com esse tema de tamanha relevância. Reproduzimos aqui o conteúdo sobre o tema.

A borracha: alternativa ao café?

O desenvolvimento da indústria em diversos países era intenso no início do século xx, podendo-se falar de uma segunda revolução industrial, que já vinha ocorrendo desde meados do século anterior. Novos setores industriais emergiram e outros se aprimoraram tecnologicamente, acarretando novas demandas de matéria prima. Tradicionalmente integrado à economia capitalista como área dependente e produtora de matérias primas, o Brasil passou a suprir parte de novas necessidades da indústria. Uma delas foi a borracha. Produto fundamental para a próspera indústria de pneumáticos e de automóveis. A borracha contudo, jamais ocupou o lugar do café na economia brasileira. Caracterizou-se como um surto econômico, que teve seu início, apogeu e decadência em aproximadamente 50 anos. Mesmo assim, a economia acabou provocando um problema entre o Brasil e a Bolívia em 1903, quando trabalhadores brasileiros ocupam o Acre, território até então boliviano. Depois de contendas com o exército daquele país, brasileiros e bolivianos assinaram um acordo, o Tratado de Petrópolis, segundo o qual o Brasil anexaria o Acre e, em troca, pagaria uma pesada indenização de 2 milhões de libras esterlinas para a Bolívia. (VICENTINO; DORIGO, 2013, p.27)

Quero, ainda, tecer alguns comentários enumerando algumas situações: 1) Que esse pequeno texto trata somente do primeiro ciclo da borracha, que aconteceu entre 1880-1912; 2) O autor tem a preocupação de enfatizar que a borracha não superou o café, o que não está em discussão nesse momento; 3) Enfatiza que a economia da borracha provoca um grande conflito entre o Brasil e a Bolívia tachando como negativo, o fato de o Acre ser anexado ao Brasil através do Tratado de Petrópolis, devido à indenização de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia; 4) Em nenhum momento, o autor faz menção aos “Soldados da Borracha” que lutaram na “Batalha da Borracha” durante a Segunda Guerra Mundial, embora essa luta fosse dentro da floresta. Ficando claro o descaso tanto pela Historiografia Brasileira, quanto pelo Governo Federal e pelo autor do livro didático. Com um agravante, o explícito preconceito pela região amazônica, como se ela não fizesse parte do Brasil.

Embora tardiamente, consideramos muito importante essa notícia que foi publicada recentemente no dia 02 de março de 2015 no portal do Portal G1 AC²⁰ a respeito dos soldados da borracha. (BRASIL, 2015). Vale a pena salientar que teve início com o PEC 556 / 2002 (GRAZZIOTIN, 2002), de autoria da então Deputada Wanessa Grazziotin (PC do B - AM), que estabelece a equiparação de proventos entre os seringueiros (que hoje recebem 2 salários mínimos) como os ex-combatentes (que hoje recebem 7 salários mínimos). Por fim, uma

²⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/indenizacao-e-o-primeiro-passo-diz-sindicato-dos-soldados-da-borracha.html>>. Acesso em: 17 mar 2015.

parte dos “Soldados da Borracha” conseguiram receber R\$ 25 mil em 2015, conforme noticiou o jornal G1 AC.

“Soldados da borracha do Acre recebem indenização a partir desta segunda R\$ 25 mil serão pagos em parcela única aos soldados, viúvas e dependentes. No estado, o número de beneficiados chega a 6.897 pessoas”.

O Ministério da Previdência Social começa o pagamento da indenização, no valor de R\$ 25 mil, a partir desta segunda-feira (2), para os ex-soldados da borracha [trabalhadores recrutados durante a 2ª Guerra Mundial para a retirada de látex da Floresta Amazônica], viúvas e dependentes. O pagamento será feito em parcela única e deve ser depositado na conta dos beneficiados junto com o pagamento da aposentadoria.

O número de beneficiados no estado chega a 6.897 pessoas, de acordo com o Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Soldados da Borracha do Acre (Siacre). "O pagamento dos R\$ 25 mil vai ocorrer de acordo com o calendário que os ex-soldados sacam o benefício do INSS. Eles vão receber gradativamente e até o final do mês todos devem ter recebido", disse Luziel Carvalho, presidente do Siacre.

Carvalho explica que, nos casos em que o benefício é rateado, o valor da indenização também será dividido automaticamente na conta dos pensionistas. "Quem tem dependentes e o dinheiro for dividido para mais de um membro da família, por exemplo, viúva e filho, o dinheiro vai cair pela metade na conta de cada um", falou.

O presidente considera um avanço a indenização ser paga, após 13 anos em que a proposta tramitava no Congresso Nacional. No entanto, o sindicato pretende ainda entrar na Justiça para questionar o valor da indenização. "Esperaremos eles receberem o dinheiro nesse mês de março e vamos entrar na Justiça pleiteando duas coisas. Primeiro que não poderia estar recebendo só quem está vivo, porque quem morreu está ficando de fora. Outra coisa é que se o governo está indenizando é porque está reconhecendo que houve um dano. O que questionamos é o valor dessa reparação de dano", finalizou. (FULGÊNCIO, 2015, recurso eletrônico).

Embora seja uma espécie de reconhecimento por parte do Governo Federal em relação aos “Soldados da Borracha”, porém, de maneira parcial, pois não reconhecem os direitos dos que já morreram caso que poderia ser resolvido, indenizando também os dependentes destas pessoas que já se foram e não puderam contemplar esse benefício devido à demora, pois, desde o fim da guerra em 1945, esses nordestinos esperavam por esta notícia que veio somente sessenta anos depois. Vejamos o caso da criação da “Comissão da Verdade” criada pelo governo federal que foi instituída com o objetivo de descobrir os mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil no período de 1964-1985, com o intuito de indenizar os parentes sobreviventes, mas, sobretudo, como uma forma de corrigir uma injustiça social e se redimir da tragédia que foi imposta a essas pessoas durante o regime militar, como forma de minimizar o sofrimento desses atores sociais e históricos.

E porque não se fazer o mesmo em relação aos “Soldados da Borracha”? Reconhecendo que, realmente, esses trabalhadores foram atores sociais e históricos, fundamentais no contexto da “Batalha da Borracha” durante a Segunda Guerra Mundial que ocorreu no período 1939-1945, para tentar minimizar esse sofrimento e angústia dos remanescentes que ainda estão vivos e dos dependentes dos que já morreram. Por que, depois

de tantos anos, esses trabalhadores são parcialmente reconhecidos somente os que estão vivos? E os mortos vão ficar no esquecimento, sem ao menos um reconhecimento por parte das futuras gerações, para os seus parentes que ainda estão vivos.

Vejamos que, até mesmo, o Judiciário se manifesta diante da situação gritante desses nordestinos, na fala da Juíza Federal Maria Divina Vitória,

No dia em que abandonarmos os nossos bravos, os homens que desbravaram essa terra, em que nos esquecermos de nossos antepassados e de nossos ancestrais, de nossas tradições e de nossos costumes, em que não tivermos os mesmos interesses de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e abandonarmos à própria sorte aqueles que em situações adversas tiveram a coragem de colocar o seu tijolo na construção de nossa pátria, então não seremos mais uma Nação, mas uma massa disforme, que não sabe de onde veio e para onde vai. (VITÓRIA, [S.d.] *apud* LIMA, 2013, p. 115).

Portanto, entendemos que os resultados encontrados no nosso trabalho foram satisfatórios, tendo em vista que ficou claro todo o processo de migração colocado em prática pelo governo brasileiro e americano, através dos “Acordos de Washington” no sentido de trazer os trabalhadores nordestinos para a Amazônia para auxiliarem no esforço de guerra aliado. Ficou explícito também que as políticas públicas desenvolvidas na Amazônia através dos grandes projetos desenvolvimentistas não proporcionaram um desenvolvimento para Amazônia, e tampouco para os atores sociais que participaram do processo, em especial para os seringueiros que continuam lutando para que essa batalha realmente tenha um desfecho positivo, pois entendemos que essa batalha ainda não terminou, tendo em vista que nem todos foram reconhecidos e beneficiados a contento pelo Governo Federal. Enfatizamos ainda que, em relação aos dramas sociais e sofrimentos que esses migrantes nordestinos passaram, ficou claro o processo de exploração sofrido por esses trabalhadores através do mecanismo de expropriação proporcionado pelo sistema de aviamento que existiu naquele momento e que até hoje perdura na Amazônia, embora com algumas mudanças, porém com o mesmo caráter de exploração

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à conclusão de que a empreitada para trazer os nordestinos para a Amazônia, para se engajarem na “Batalha da Borracha”, não foi uma atitude deliberada apenas do governo brasileiro, foi, além de tudo, uma ação estratégica do governo norte-americano em conjunto com o governo brasileiro, por conta da conjuntura da eclosão da guerra mundial e principalmente devido à atitude do Japão de bombardear a base americana de Pearl Harbour e dominar o Pacífico e, como consequência, o bloqueio do fornecimento de borracha. Essa urgência necessária na indústria bélica norte-americana, ocasionada pela falta desta importante matéria-prima, que era a borracha natural, ameaçada em sua comercialização pelo desenvolvimento da guerra no Pacífico.

Os Estados Unidos imediatamente procuraram firmar vários acordos com as nações Latino-Americanas que eram conhecidas por terem tradição na produção de borracha, propondo a aquisição de todo excedente produzido por esses países. No Brasil, foram fechados, em março de 1942, os “Acordos de Washington” que vigoraram durante o período de 1942 a 1947. Neste período, a produção, comercialização e industrialização foram posta em prática e controlada pelo Governo Federal. A estratégia desse acordo sobre a borracha tinha como objetivos estimular ao máximo a produção extrativista amazônica e exportar os excedentes para ajudar os Estados Unidos no esforço de guerra.

Essa estratégia dos americanos iria marcar as vontades e expectativas de brasileiros e americanos em relação ao novo programa Amazônico para a borracha. Os americanos estavam preocupados, e devido à preocupação, criou-se um clima de tensão, principalmente pela possibilidade da falta de borracha, que era uma ameaça para a sua indústria bélica. Diante disso, observa-se que os norte-americanos tinham interesses marcados pelo oportunismo e pragmatismo, enquanto os brasileiros tinham o objetivo da extração da borracha, para ajudar os americanos e aliados. Não se pode negar, no entanto, que os erros e equívocos cometidos pelos governos norte-americano e brasileiro na implementação do programa, tanto administrativamente, quanto no plano operacional, foram suficientes para o atraso e o insucesso na retomada de produção da borracha na Amazônia.

Percebemos, durante a nossa pesquisa, que, por conta da urgência em adquirir a borracha natural, matéria-prima muito importante, naquele momento de guerra, ao iniciar o processo de trazida desses nordestinos para a Amazônia e a chegada dos mesmos nos seringais, houve muita falta de sintonia, tanto das agências do governo norte-americano quanto do governo brasileiro, quanto entre as próprias agências norte-americanas, que não

planejavam juntas, mais tinham planejamentos diferentes, o que contribuiu, inclusive, para o atraso desta empreitada na Amazônia.

Outra observação importante a ser feita é que naquele momento da batalha da borracha, a extração da borracha na Amazônia estava numa espécie de falência dos seringais; os que estavam em situações melhores, suas áreas se encontravam despovoadas e tinham um difícil acesso. As agências norte-americanas tinham muitas dificuldades para identificar as áreas consideradas boas para extrair a borracha natural, para transportar os seringueiros, e, principalmente, para o transporte da borracha extraída. Essas dificuldades tiveram que ser sanadas e isso contribuiu para o atraso do fomento da borracha natural.

Após o final da batalha da borracha, o que nos chama a atenção foram as graves consequências provocadas na região devido à falta de vontade política das classes produtoras na Amazônia, no sentido de desenvolver uma política de substituição do extrativismo atrasado, que ocorreu na área, pela adoção da heveicultura racional e sistemática. Pouco tempo depois do fim dos “Acordos de Washington”, o Brasil precisou importar uma grande quantidade de borracha natural para suprir as necessidades de sua indústria de artefatos; e os seringais da Amazônia ficaram numa situação de falência ou hipotecados ao Banco de Crédito da Amazônia. Portanto, mesmo existindo alguns pontos positivos, como: a assistência técnica recebida dos americanos, o incentivo à industrialização dos produtos da borracha, a criação do Banco de Crédito da Borracha, dos Territórios Federais, do Instituto Agrônomo do Norte, foi capaz de minimizar a sensação de frustração, que se observa, ao verificarmos que a Amazônia deixou de aproveitar a oportunidade de diminuir os grandes problemas econômicos que, no passado, praticamente, assolaram sua economia.

Em se tratando de políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia, observamos um verdadeiro descaso no que se refere a essas políticas públicas para a região, apesar de que ideologicamente se aponte para a importância da Amazônia, ainda existem muitas fragilidades por falta de uma conexão entre o norte e o restante do país. Na Amazônia, tanto na primeira fase quanto na segunda fase da borracha, as estruturas produtivas não foram desenvolvidas e tampouco as suas relações sociais, pois as mesmas foram marcadas pela exploração através do aviamento, o que significou a pulverização da produção e a garantia de excedentes ao capital estrangeiro, que subjugava o negócio. O pensamento que dominava as elites locais e o próprio Governo Federal era a manutenção da exploração dos recursos extrativos, particularmente a borracha, o que se evidencia nos planos de desenvolvimento econômico e regional, destacados nos acordos com os E.U.A., denominado de “Batalha da Borracha”.

Observamos que o projeto de desenvolvimento para a Amazônia, não foi considerado um fracasso, se considerarmos que o mesmo foi construído com o objetivo de acumulação do capital e para o capital estrangeiro. Quanto a isso, pode-se afirmar que cumpriu seu papel. Porém, se olharmos para a população da região amazônica, para os atores sociais que estiveram presentes durante a elaboração desses projetos de desenvolvimento, como por exemplo, a classe trabalhadora, afirmaremos que, certamente foi um fracasso. Pois, no período da ditadura militar, afirmamos categoricamente que não houve uma política de desenvolvimento regional para a região amazônica que colocasse os recursos subordinados aos interesses do desenvolvimento nacional.

Portanto, as políticas públicas de desenvolvimento implementadas na Amazônia, na prática, não passaram de discursos e retóricas, pois, afinal de contas, não pensaram nem planejaram para a Amazônia, levando em consideração o meio ambiente e as populações que aqui estavam naquele momento; na verdade, eles entregaram a Amazônia para o capital estrangeiro e os empresários nacionais ávidos por lucros e pela riqueza que a região amazônica proporcionava naquele momento. Sem, contudo ter uma preocupação com o desenvolvimento regional, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os habitantes da região.

Sobre os dramas sociais, constatamos que, até hoje, existem pessoas sofrendo, sejam alguns que estão vivos, sejam os parentes que estão vivos e não foram contemplados recentemente com a indenização no valor C\$ 25.000.00 (vinte e cinco mil reais), conquistado através da PEC 556 da ex-deputada Federal Wanessa Grazziotin (2002). Portanto, reiteramos que essa “Batalha da Borracha” ainda não terminou, continua a esperar por uma solução que seja razoável para esses trabalhadores migrantes nordestinos, em sua grande maioria cearenses que vieram para a Amazônia no período da Segunda Guerra Mundial, que lutaram em favor do esforço de guerra, onde os aliados foram vencedores, porém, os “Soldados da Borracha” ainda continuam nesse luta, que não sabemos ainda como será o fim.

Esse acontecimento da “Batalha da Borracha” que provocou a vinda dos nordestinos para a Amazônia e as consequências desta política de migração, que não são muito estudadas, é o foco da presente pesquisa. O meu interesse por esse tema e a maneira como desenvolvi essa dissertação, se deu sobretudo, pela natureza interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Diante disso, entendemos que o nosso estudo poderá ser relevante, na medida em que pretendemos auxiliar para minimizar esta lacuna e concorrer para contribuir com o resgate desta temática da migração cearense no período de 1939-1970. E, através desta pesquisa, abrir novos horizontes para o desenvolvimento de

estudos, dentro do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, com a comunidade científica na cidade de Manaus, na região Norte, no país, ou seja, aprofundar o tema da migração cearense para a Amazônia nesse período da “Batalha da Borracha”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. B. **Arigós, jabá e o caso da carne verde: vivências populares na cidade de Manaus (1939 – 1949)**. 105f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. Manaus: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/index.php/component/attachments/download/23>>. Acesso em: 17 maio 2015.

ALTAMIRA, J. A segunda Guerra Mundial e o papel da esquerda. *In*: COGGIOLA, O. (Org). **Segunda guerra mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

AMAZONAS. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. 04 maio 1942. p. 3.

BATISTA, D. **O Complexo da Amazônia- análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco: antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, S. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1982.

BRASIL **Decreto nº 16.763, de 31 de dezembro de 1924a**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16763-31-dezembro-1924-514353-republicacao-89434-pe.html>>. Acesso em: 14 jan 2015.

BRASIL **Lei nº 1.147, de 25 de junho de 1950**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1147-25-junho-1950-363399-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar 2015.

BRASIL, J. Após 70 anos, soldados começam a ser indenizados com R\$ 25 mil. Sindicato promete ir à Justiça para garantir indenização a quem ficou de fora. **G1 [Portal de Notícias]**. 10 mar 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/indenizacao-e-o-primeiro-passo-diz-sindicato-dos-soldados-da-borracha.html>>. Acesso em: 17 mar 2015.

BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil. 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 21 jul 2014.

BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 jul 2013.

BRASIL. **Decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966a**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm>. Acesso em: 16 jan 2015.

BRASIL. **Decreto nº 63.952, de 31 de dezembro de 1968**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63952-31-dezembro-1968-405481-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 set 2014.

BRASIL. **Decreto nº 3.359, de 20 de junho de 1941.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3359-20-junho-1941-413355-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 fev 2015.

BRASIL. **Decreto nº 31.672, de 29 de outubro de 1952.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31672-29-outubro-1952-323684-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 dez 2014.

BRASIL. **Decreto nº 35.133, de 01 de março de 1954.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35133-1-marco-1954-323028-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez 2014.

BRASIL. **Decreto nº 9.521 de 17 de abril de 1912a.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912-528099-republicacao-100546-pe.html>>. Acesso em: 20 out 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: 18 nov 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 288, de 28 fevereiro de 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm>. Acesso em: 20 out 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.221, de 1 de abril de 1942.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4221-1-abril-1942-414103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 set 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.225, de 01 de fevereiro de 1943.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jan 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 764, de 15 agosto de 1969.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0764.htm>. Acesso em: 20 out 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.440, de 24 de Dezembro de 1945.** Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8440-24-dezembro-1945-416367-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 nov 2014.

BRASIL. **Decretos nº 2.543-A, de 05 janeiro de 1912.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-republicacao-100826-pl.html>>. Acesso em: 15 mov 2014.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jun 2014.

BRASIL. **Lei nº 3.173, 06 de junho de 1957.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3173.htm>. Acesso em: 20 out 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de novembro de 1964.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 16 jan 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.793, de 07 de janeiro de 1924.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4793-7-janeiro-1924-565572-publicacaooriginal-89342-pl.html>>. Acesso em: 18 abr 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942a.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5044-4-dezembro-1942-415253-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm>. Acesso em: 02 nov 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968a.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5507-10-outubro-1968-358647-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5698.htm>. Acesso em: 14 jan 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7986.htm>. Acesso em: 18 mar 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/634141.pdf>>. Acesso em: 21 mar 2015.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência. **Portaria nº 4.630, de 13 de março de 1990.** Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/MPAS/1990/4630.htm>>. Acesso em: 20 dez 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão de Ação Direta de inconstitucionalidade, nº 2555.** Requerente: Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Requerido: Presidente da República Congresso Nacional. Distrito Federal, 2001. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=2555&processo=2555>>. Acesso em: 23 mar 2015.

CAMPOS, A. L. V. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: COGGIOLA, O. (Org). **Segunda guerra mundial: um balanço histórico.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

CARDOSO, A. A. I. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877).** 244f. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: [s.n.], 2011. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2839/1/2011_Dis_AAICardoso.pdf>. Acesso em: 15 jan 2015.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. Ed. Rio de Janeiro:LTC,1970.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, M. P. S. R. **De “cativo a liberto”**: o processo de constituição Sócio histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CORRÊA, L. M. **A Borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial**. Manaus. Edições Governo do Estado, 1965.

CUNHA, E. **À margem da história**: Euclides da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica?**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, W. **Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DRAYTON, R. **Nature's government: science, imperial Britain, and the 'Improvement' of the World**. New Haven: Yale University Press, 2000.

DUARTE, R. H. Garfield, Seth *in Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region*. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, São Paulo jan./jun. 2014. Resenha de: GARFIELD, S. *In Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region*. Durham: Duke University Press, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a19v34n67.pdf>>. Acesso em: 25 jan 2015.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. Editora São Paulo: Perspectiva, 1973.

ERIVONALDO, N. O. **A Imigração Nordestina na Imprensa Manauara (1877-1917)**. 147f.2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. Manaus: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/index.php/component/attachments/download/20>>. Acesso em: 12 dez 2014.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2015.

FULGENCIO, C. Soldados da borracha do AC recebem indenização a partir desta segunda. **G1 [Portal de Notícias]**. 02 mar 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/soldados-da-borracha-do-ac-recebem-indenizacao-partir-desta-segunda.html>>. Acesso em: 17 mar 2015.

FURTADO FILHO, J. E. A Batalha da Borracha: alguns aspectos de sua propaganda. *In*: GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57. jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2014.

GÓIS, S. C. C. **As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)**. 197f. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social – UFC. Fortaleza: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6150/1/2013-DIS-SCCGOIS.pdf>>. Acesso em: 03 fev 2015.

GOMES, A. M. C. **História e historiadores**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, A. M. C.; *et al.* **Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

GRANDIN, G. **Forlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRAZZIOTIN, V. **Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 556, de 2002**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=58213>>. Acesso em: 19 fev 2015.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HOBSBAWM, E. J. E. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

HOSENILDO, G. A. **Imprensa e Poder**: a propaganda Vargasista na imprensa Amazonense (1937-1945). 210f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. Manaus: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/index.php/component/attachments/download/19>>. Acesso em: 25 jan 2015.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A., 1986.

LEAL, D. A. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira. (1880-1930).** 207f. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social – UFAM. Manaus: [s.n.], 2007. Disponível em: < <http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2356/1/davi%20avelino%20leal.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015.

LIMA, F. A. O. **Soldados da borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas.** 158f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História – UFAM. Manaus: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/index.php/component/attachments/download/92>>. Acesso em: 15 jan 2015.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, natureza.** Belém: CEJUP, 1992.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** 2. ed. São Paulo: Polis, 1984.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARINHO, J. L. N. **Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.** 127f. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura Amazônica) - Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Manaus: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2288/1/jose%20lino%20nascimento.pdf>>. Acesso em: 19 nov 2014.

MARSHALL, J. **To have and have not: southeast Asian raw materials and the origins of the Pacific War.** Berkeley: University of California Press, 1995.

MARTINELLO, P. A. **“Batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MENDONÇA, C. **Gente do nordeste no Amazonas** [fac-similado]. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2002.

O'DWIER, E. C. **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico.** Niterói: EdUFF, 1998.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. *In: SALATI, E.; et al. Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas: Papirus 1990.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papirus, 1988.

PAULA, J. M.; *et al.* O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico. **Revista Geografar**, v.5, n.1, p. 61-82, jan./jun. 2010. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/17782/11611> >. Acesso em: 03 jan 2015.

PINTO, L. F. **Jari, toda verdade sobre de Ludwig**: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Editora: Marco Zero, 1986.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil**: falência da borracha no Brasil. São Paulo: HUCITEC/CRE, 1984.

PINTO, R. F. [Entrevista]. **Jornal Amazonas em Tempo**, 15 set 1989.

RANGEL, A. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas**. 4. Ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAYAD, A. **A imigração ou paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWAB, M. C. Nacionalismo, políticas sociais, e marcha para o oeste nos artigos de Paulo Figueiredo durante o Estado novo. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV., Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza, [s. n.]. 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0222.pdf>>. Acesso em: 19 dez 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Estado Novo, um autorretrato**. Brasília: CPDOC/FGV, 1983.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 40, p.115-135, jul/dez, 2007a. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288/431>>. Acesso em : 20 nov 2014.

SECRETO, M. V. **Soldados da Borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA FILHO, A. L. M. Estilhaço de uma guerra. *In*: GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2013.

SIMMEL, G. Soziologie: untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE**, v. 4, n. 12, 2005. [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. Disponível: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv4n12dez2005.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2014.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva**: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

TEÓFILO, R. **A Fome**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras: 1979.

TEÓFILO, R. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a Vida**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

TONNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típicas ideias. *In*: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, G. **O Ceará e os seus Homens de Trabalho**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, [s.d.]. 1940. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/33.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2015.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História Geral e do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Scipione, 2013.

VIEIRA, I. Golpe Militar e suas marcas da ditadura na Amazônia: para o cientista social e professor titular da universidade federal do Amazonas, Renan Freitas Pinto, a região foi reinventada com o golpe. **Acritica.com**, 01 abr. 2015. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/noticias/manaus-amazonas-amazonia-Golpe_Militar-Marcas-ditadura-militar-vivem-Amazonia-politica-professor-UFAM_Renan_Freitas_Pinto_0_1112288787.html>. Acesso em: 19 jan 2015.

VIEIRA, I. Série de entrevistas propõe discutir a partir da Amazônia as experiências da ditadura: para estudioso, Ernesto Renan Freitas Pinto, as políticas e projetos para a região continuam seguindo os parâmetros estabelecidos pelos militares. **Acritica.com**, 30 mar 2015a. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/noticias/manaus-amazonia-amazonas-serie-entrevistas-Amazonia-experiencias-democraticas-ditadura-regime-militar-politica-impeachment_0_1330666922.html>. Acesso em: 19 jan 2015.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência: 1850-1920**. São Paulo: Ed. USP, 1993.